



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Letras - IL

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP

Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL

André Lúcio Bento

**A VOZ DOS EVENTOS SOCIAIS:
UMA CONSTRUÇÃO PELA ATIVIDADE DE TEXTOS E DE DISCURSOS**

Brasília

2011

André Lúcio Bento

**A VOZ DOS EVENTOS SOCIAIS:
UMA CONSTRUÇÃO PELA ATIVIDADE DE TEXTOS E DE DISCURSOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Linguística, na área de concentração *Linguagem e Sociedade*.

Orientadora: Dra. Maria Luiza Monteiro Sales Coroa

Brasília

2011

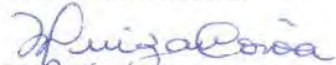
André Lúcio Bento

**A VOZ DOS EVENTOS SOCIAIS:
UMA CONSTRUÇÃO PELA ATIVIDADE DE TEXTOS E DE DISCURSOS**

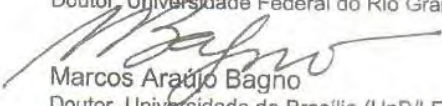
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Linguística, na área de concentração *Linguagem e Sociedade*.

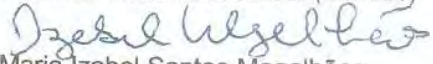
Aprovada em 2 de dezembro de 2011.

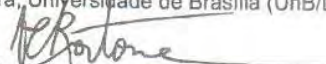
Banca Examinadora:


Maria Luiza Monteiro Sales Coroa
Doutora, Universidade de Brasília (UnB/LIP) – Presidente


Orlando Vian, Jr.
Doutor, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – Membro Efetivo


Marcos Araújo Bagno
Doutor, Universidade de Brasília (UnB/LET) – Membro Efetivo


Maria Izabel Santos Magalhães
Doutora, Universidade de Brasília (UnB/LIP) e Universidade Federal do Ceará (UFC) – Membro Efetivo


Marcia Elizabeth Bortone
Doutora, Universidade de Brasília (UnB/LIP) – Membro Efetivo

Viviane Cristina Vieira Sebba Ramalho
Doutora, Universidade de Brasília (UnB/LIP) – Membro Suplente

Escova

Eu tinha vontade de fazer como os dois homens que vi sentados na terra escovando osso. No começo achei que aqueles homens não batiam bem. Porque ficavam sentados na terra o dia inteiro escovando osso. Depois aprendi que aqueles homens eram arqueólogos. E que eles faziam o serviço de escovar osso por amor. E que eles queriam encontrar nos ossos vestígios de antigas civilizações que estariam enterradas por séculos naquele chão. Logo pensei de escovar palavras. Porque eu havia lido em algum lugar que as palavras eram conchas de clamores antigos. Eu queria ir atrás dos clamores antigos que estariam guardados dentro das palavras. Eu já sabia também que as palavras possuem no corpo muitas oralidades remontadas e muitas significâncias remontadas. Eu queria então escovar as palavras para escutar o primeiro esgar de cada uma. Para escutar os primeiros sons, mesmo ainda bígrafos. Comecei a fazer isso sentado em minha escrivaninha. Passava horas inteiras, dias inteiros fechado no quarto, trancado, a escovar palavras (...).

Manoel de Barros

Enquanto eu tiver perguntas e não houver resposta continuarei a escrever (...).

Clarice Lispector

Dedico este trabalho aos meus pais: Dona Léa e Seu Pedro.
As minhas irmãs Érica e Vânia.
Aos meus irmãos Luiz e Roberto.
E ao nosso irmão Marcos, que tão cedo nos deixou.

“(...) o caminho da gente é agente que abre. Conforme o risco de Deus”

Autran Dourado

Muito obrigado!

Aos meus amigos Sóstenes e Solange, pela solidariedade, pela colaboração e pelas trocas de ideias nos nossos encontros das quintas-feiras.

Aos colegas, também orientandos de Maria Luiza Coroa: Elaine, Geraldo, Eduardo, Zilda, Ana Paula e Mara.

Ao meu grande amigo Elton Barros, por tanto apoio e tanta consideração.

Aos meus amigos e afilhados Jeane e Cleiton, pelo carinho e pela admiração.

Ao amigo André Rocha, pelo apoio técnico em tantos momentos

Ao amigo Paulo Strack, pelo apoio técnico e cinematográfico.

Às professoras e amigas Josenia Vieira, Hilda Lontra, Edna Cristina, Lucília Garcez, Vilma Reche, que me acompanharam e me estimularam em tantos momentos da minha trajetória na UnB. Um beijo!!

Ao querido amigo, inteligentíssimo linguista e destacado poeta Marcos Bagno. [*Eu sou um despenhadeiro aonde as palavras caem e não se magoam*. Vaganau, 2010]

Ao querido Orlando Vian Jr., por tudo o que vem produzindo no meio acadêmico e pela colaboração aos meus estudos em Linguística Sistêmico-Funcional quando da promoção do minicurso “Um olhar sistêmico sobre a transitividade”, na UFSC, em 2008.

À querida Izabel Magalhães, pela seriedade com que conduz sua carreira, pela intensa e produtiva atividade acadêmica e pelas contribuições pioneiras nos estudos críticos do discurso e do texto no Brasil.

À querida Marcia Bortone, pela confiança a mim dispensada em tantos trabalhos importantes, pela dedicação aos estudos da leitura e dos letramentos e pela forma emocionada com que recebeu o convite para participar da minha banca examinadora.

À querida Viviane Ramalho, pela amizade, pelo carinho e também pela forma como recebeu o convite para compor a minha banca examinadora.

À minha amiga, professora e orientadora Maria Luiza Coroa. Poder compartilhar da sua companhia me enche sempre de muito orgulho. É grande a minha satisfação em trabalhar ao lado da grande professora e intelectual Maria Luiza. Um beijo e um abraço!!

Resumo

Com a convicção de que a linguagem humana gera sentidos em contextos sociais, de que ela é um sistema sociossemiótico que nos capacita a representar o mundo e a interagir por meio de textos e de que ela é um dos elementos da escala social que afeta e é afetado por fatores de ordem ideológica, simbólica, política, institucional, entre outros, esta tese tem o objetivo de interpretar como os textos, realizados em gêneros, organizam e constroem o momento discursivo dos eventos sociais. Outra convicção teórica que norteia este trabalho, de cunho qualitativo, é a de que o discurso compreende modos de representação, constitui as estruturas, as práticas e os eventos sociais, além de construir identidades e relações de poder, legitimando-as ou transformando-as. As conclusões desta tese apontam para o fato de que o momento discursivo dos eventos sociais pode ser cingido, para fins unicamente analíticos e didáticos, em uma dimensão mais retórica, a matriz genérica, e em uma dimensão mais ideológica, a matriz discursiva. A primeira corresponde à estruturação funcional predominante nos eventos, fazendo com que eles atuem na sociedade nos planos retóricos do argumentar, do narrar, no injungir, do expor/explicar, do predizer ou do dialogar. A segunda, a matriz discursiva, corresponde ao conjunto das configurações ideológicas e simbólicas que se constrói a cada evento que se realiza na sociedade. A junção indissociável dessas duas matrizes constitui a “voz” dos eventos sociais, uma construção que se dá pela ação que os textos, realizados em gêneros, possibilitam no nível dos eventos. Os principais aportes teóricos em que se baseia esta tese provêm da Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2001, 2003 e 2006; CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999), da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004; Eggins, 2002 e 2010) e da Teoria da Multimodalidade (KRESS & van LEEUWEN, 2006; KRESS, 2010; JEWITT & KRESS, 2008). Para as considerações em torno da conceituação dos gêneros (textuais), seu papel na organização social e sua estrutura de composição, as contribuições residem nas proposições de Bakhtin (2010), Adam (2008), Bronckart (1999), Fairclough (2001 e 2003), Miller (1994), Jordan (1997), Marcuschi (2005 e 2008), Trimble (1985) e Swales (1990).

Palavras-chave: discurso; gêneros textuais; eventos sociais; matriz genérica; matriz discursiva; Análise de Discurso Crítica.

Abstract

With the conviction that human language creates meanings in social contexts, that it is a socio-semiotic system which enables us to represent the world and interact via texts and that it is one of the elements of the social scale which affects and is affected by factors of ideological, symbolic, political and institutional order, among others, this thesis aims to interpret how texts, realized in different genres, organize and build the discursive moment of social events. Another theoretical conviction that guides this work, of qualitative character, is that that discourse includes modes of representation, constitutes the structures, practices and social events, and builds identities and power relations, legitimizing or transforming them. The conclusions of this thesis point to the fact that the discursive moment of social events can be encompassed, solely for analytical and educational purposes, by a more rhetorical dimension, the genre matrix, and by a more ideological dimension, the discursive matrix. The first corresponds to the functional structure predominant in events, causing them to act in society in the rhetorical planes of argumentation, narration, injunction, exposition/explanation, prediction or dialogue. The second, the discursive matrix, corresponds to the set of ideological and symbolic configurations which are constructed on each event that takes place in society. The indissoluble junction of these two matrixes constitutes the "voice" of social events, a construction which occurs by the action that texts, realized in different genres, make possible in terms of events. The main theoretical framework on which this thesis is based comes from the Critical Discourse Analysis (FAIRCLOUGH, 2001, 2003 and 2006; CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999), the Systemic-Functional Linguistics (HALLIDAY, 1994, HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004; EGGINS, 2002 and 2010) and the Theory of Multimodality (KRESS & van LEEUWEN, 2006; KRESS, 2010, JEWITT & KRESS, 2008). For the considerations about the concept of (textual) genres, their role in social organization and the structure of their composition, contributions lie in the propositions of Bakhtin (2010), Adam (2008), Bronckart (1999), Fairclough (2001 and 2003), Miller (1994), Jordan (1997), Marcuschi (2005 and 2008), Trimble (1985) and Swales (1990).

Keywords: discourse; genres; social events; generic matrix; discursive matrix; Critical Discourse Analysis.

SUMÁRIO

Resumo _____	6
Abstract _____	7
Introdução _____	10
Capítulo 1- Linguagem, discurso e representação _____	17
1.1 Linguagem: um lugar na interação, nas práticas sociais e na paisagem sociosemiótica ____	18
1.2 Análise de Discurso Crítica: uma abordagem transdisciplinar _____	22
1.2.1 Discurso, realidade e representação _____	24
1.2.2 Discurso, ideologia e hegemonia _____	31
1.3 Linguística Sistêmico-Funcional: a gramática moldando a realidade _____	35
1.3.1 Metafunção representacional e sistema de transitividade _____	37
1.3.2 Metafunção interpessoal e sistema de modo (<i>mood</i>) _____	40
1.3.3 Metafunção textual e sistemas temático e de informação _____	42
1.3.4 Sistema de avaliatividade _____	42
1.4 Resumo do capítulo _____	44
Capítulo 2 - Gêneros: textos e discursos como modos de ação _____	45
2.1 Gêneros: ações e funções na organização social _____	46
2.1.1 Gêneros e estruturas funcionais _____	54
2.1.2 Gêneros como artefatos multimodais _____	63
2.1.3 Gêneros e contexto _____	67
2.2 Resumo do capítulo _____	70
Capítulo 3 – Pesquisa qualitativa e pesquisa linguística _____	71
3.1 Linguística: aquele elefante apalpado por cegos _____	72
3.2 Qualidade e quantidade: aspectos retóricos _____	73
3.3 Pesquisa qualitativa: um processo multicultural _____	75
3.4 Percurso metodológico: etapas, procedimentos e eixos de atuação _____	76
3.4.1 As etapas da pesquisa _____	79
3.4.1.1 Definição da perspectiva de pesquisa _____	79
3.4.1.2 Questão de pesquisa _____	80
3.4.1.3 Construção do objeto _____	81
3.4.1.4 Revisão bibliográfica _____	84
3.4.1.5 Análise de dados _____	85
3.4.1.6 Respostas possíveis _____	87

3.5 Resumo do capítulo _____	89
Capítulo 4 – A matriz genérica dos eventos sociais _____	91
4.1 Por que uma voz para os eventos sociais _____	92
4.2 A matriz genérica dos eventos sociais _____	92
4.3 Estruturações funcionais dos eventos sociais _____	98
4.3.1 Eventos sociais de matriz argumentativa _____	98
4.3.2 Eventos sociais de matriz injuntiva _____	104
4.3.3 Eventos sociais de matriz narrativa _____	112
4.3.4 Eventos sociais de matriz expositiva/explicativa _____	119
4.3.5 Eventos sociais de matriz dialogal _____	123
4.3.6 Eventos sociais de matriz preditiva _____	128
4.4 Matriz genérica, práticas sociais e práticas discursivas _____	132
4.5 Resumo do capítulo _____	136
Capítulo 5 - A matriz discursiva dos eventos sociais _____	137
5.1 Eventos sociais e ordens de discurso _____	138
5.2 A instabilidade discursiva dos eventos sociais _____	140
5.3 A matriz discursiva da campanha presidencial de 2010 _____	141
5.3.1 A campanha de Dilma Rousseff e a semiotização do Presidente Lula _____	142
5.3.2 A campanha de José Serra e o discurso fundamentalista _____	156
5.4 As eleições e a construção metonímica do voto _____	168
5.5 O “caso Bruno” e o discurso de banalização da mulher _____	170
5.6 A palestra e a oposição entre mito e ciência _____	175
5.7 A reunião de líderes e o apagamento dos efeitos da globalização _____	177
5.8 A reunião do Copom e a racionalização do futuro _____	179
5.9 Resumo do capítulo _____	181
Considerações Finais _____	184
Referências Bibliográficas _____	191
Anexos _____	197

Introdução

O sentido de “voz” que marca o título desta tese sobrepõe-se à acepção mais fisiológica do produto do aparelho fonador, esse empréstimo de outros aparelhos com funções mais primárias como respirar e engolir, por exemplo. Não é “voz”, sinônimo dos sons mais primitivos, postos em coordenação com atividades instintivas tais quais a mastigação e a olfação. Trata-se de voz, no sentido defendido por Mey (2001, p. 19-27), na condição de um elemento que pressupõe “um papel (...) uma atividade, uma ação”. É a voz metáfora da atividade social.

Uma das consequências desta escolha lexical é o fato de que admito que os eventos sociais agem em contextos específicos. Desse modo, tomo os eventos não como acontecimentos, ou acasos, que simplesmente ocorrem, mas como realizações marcadas pelas nossas convicções, pretensões, legitimações e, sobretudo, pelas nossas necessidades de ação em níveis mais amplos do que a rotineira interação face a face. Outra consequência em admitir que os eventos sociais agem diz respeito ao fato de que eles se constituem como fonte de sentidos e de discursos e que, portanto, se constituem ideologicamente.

Um ponto de partida para entender, explicar e analisar essa voz é, minimamente, entender, explicar e analisar a constituição complexa dos próprios eventos sociais, o que exige um olhar para além dos limites da ciência linguística. Isso se deve ao fato de que a parcela de discurso e linguagem dos eventos responde somente por um de seus momentos, coocorrendo com outros de ordem institucional, religiosa, material etc., numa relação dialética (FAIRCLOUGH, 2003 e 2006; HARVEY, 1996; FAIRCLOUGH, JESSOP & SAYER, 2002).

Todavia, tendo em vista a ambientação deste trabalho nos estudos da linguagem, o meu foco será dado ao momento discursivo dos eventos, notadamente em aspectos que os constituem em tal condição. Utilizo-me da expressão “em aspectos” por dois motivos: primeiro porque “aspectos” não pretende exaurir a totalidade, uma vez que aquilo que nos dispomos a analisar quase sempre são faces, partes de um fenômeno ou objeto, e não a inteireza deles; segundo porque, dentro desta delimitação de análise, procuro observar somente alguns desses aspectos, que já não responderiam por nenhum tipo de completude, o que talvez não ficasse claro caso a escolha recaísse sobre a expressão “nos aspectos”. Assim, admito como ponto de partida uma análise sobre o momento de linguagem e de discurso dos eventos, abordando-os numa perspectiva textual e retórica, e numa perspectiva mais discursiva e ideológica.

Uma análise do momento discursivo dos eventos sociais dispensa uma atenção especial aos textos, uma vez que estes são partes, são elementos desses eventos (FAIRCLOUGH, 2003) e, assim, se constituem como efeitos das estruturas e das práticas sociais, bem como das ordens de discurso¹. Além disso, é preciso observar que os textos, como partes dos eventos sociais, são articulados com práticas discursivas características de cada área da vida social, o que faz dos textos e dos eventos elementos situados em contextos sociais específicos.

Pelo fato de a relação entre os elementos que constituem os eventos sociais ser dialética, as concepções de linguagem de onde partem as minhas reflexões consideram-na como atividade e como (apenas) um dos sistemas capazes de gerar sentidos em contextos sociais. Trato a linguagem como entrecruzada com outros sistemas de recursos semióticos que, juntos, vão engendrando as redes de sentidos e de discursos particulares. É a linguagem em contato com outros elementos da escala social, afetando

¹ As noções de *estruturas sociais, eventos sociais, práticas sociais e ordens de discurso* (FAIRCLOUGH, 2003) serão discutidas mais adiante, na extensão dos Capítulos 4 e 5.

e sendo afetada por fatores de ordem material, tecnológica, litúrgica, simbólica... É a linguagem no processo de conflito e de poder social e, portanto, não erigida sobre os preceitos da estabilidade e da homogeneidade, como se pretendia quando dos estudos que originaram a Linguística Moderna. É a linguagem como uma das partes do organismo social, possibilitando a homens e mulheres atuações na sociedade.

Tais posicionamentos sobre as concepções de linguagem fizeram-me observar que existem, no nível dos eventos sociais, configurações que mantêm as estruturas funcionais de ordem retórica, semelhantes às de que se servem os textos quando da sua formação. Ou seja, o que permite as mais rudimentares textualizações não se esgota no nível dos textos ou gêneros das nossas interações imediatas e cotidianas, mas atinge o nível dos eventos, dando-lhes, em alguma medida, uma condição de textos. Em resumo, quero defender que existem estruturas funcionais que perpassam as composições dos textos, dos gêneros e dos eventos, garantindo-lhes um plano estável que favorece as nossas interações e ações em diferentes níveis da organização social. Contudo, os eventos, tais quais textos e gêneros, constroem uma dimensão de cunho mais instável, porque atendem a representações discursivas e, portanto, ideológicas e simbólicas.

Essas constatações iniciais me permitiram lançar as questões da reflexão aqui levada a efeito:

- De que maneira os textos, realizados em gêneros², organizam e constroem o momento discursivo dos eventos sociais?

² Há uma demanda na teorização dos gêneros que se divide entre as designações *gêneros textuais* (ou de textos) e *gêneros discursivos* (ou de discursos). Não é o objetivo deste trabalho discorrer sobre os desdobramentos e implicações teóricas de tal divisão, embora eu reconheça que haja diferenças entre as duas denominações. De modo geral, conforme Rojo (2005), a opção teórica por *gêneros textuais* estaria baseada nos exames da materialidade dos textos, enquanto que a escolha por *gêneros discursivos* estaria concentrada nos aspectos sociais e culturais. Rojo (2005) ressalva, contudo, que ambas as abordagens encontram-se “enraizadas” na herança bakhtiniana. Esta é, a meu ver, uma contribuição interessante, apesar de não resolver os comprometimentos que cada uma dessas opções resguarda. Além do que, podemos tratar os textos em sentido amplo, localizando-os em relação às suas condições de produção, portanto, em termos sociais e culturais. Tendo em vista que, neste trabalho, algumas vezes será enfatizada a materialidade dos textos e em outros momentos a sua realização em termos da ação e da organização social, não julgo aqui ser possível e necessário tomar um posição definitiva de como tratar esta categoria. Além disso, penso que, num dado gênero, o texto pode ter um propósito e o discurso pode ter outro, por estar atuando sub-repticiamente e, assim, possibilitar as construções e até as naturalizações ideológicas. Esse é o caso muito comum no gênero “lei”, cujo texto quer, claramente, estabelecer normas e costumes jurídicos, enquanto o discurso atua de forma opaca para atender a preceitos de ordem ideológica. Desse modo, e dada a tarefa inconclusa quanto à diferenciação entre *gêneros textuais* e *gêneros discursivos*, uso simplesmente o termo “gênero”, uma vez que já está demarcado o seu estudo nos domínios da linguagem, o que impede uma possível confusão com “gênero social”. Assim, a opção por “gêneros” tem o objetivo de deixar em aberto o debate em questão, além de evitar alguma possível abordagem dicotômica que oponha textos a discursos.

- De que maneira o momento discursivo dos eventos sociais afeta a produção, a distribuição e o consumo dos textos que lhe são constituidores? e
- De que maneira os gêneros, por seu turno, afetam o momento discursivo dos eventos de que fazem parte?

Estabelecidas as questões da tese, foram definidos os seus objetivos:

Objetivo geral

- Propor que os eventos sociais têm, no seu momento discursivo, uma matriz genérica, uma estruturação funcional predominante que repercute as macroações retóricas que estão na base de composição dos textos e dos gêneros que constroem discursivamente esses eventos, bem como propor que os eventos sociais fundam (e se fundam sobre) uma matriz discursiva, que corresponde a uma configuração ideológica e simbólica, construída a cada vez que esses eventos se atualizam.

Objetivos específicos

- analisar o conceito de *eventos sociais*, em relação aos conceitos de *estruturas e práticas sociais*;
- analisar de que modo o momento discursivo dos eventos sociais é construído pela ação de textos; e
- de que modo, dialeticamente, tal momento afeta a produção, a distribuição e o consumo dos textos que constituem esses eventos.

Resumidamente, proponho que estruturações funcionais semelhantes às que existem incrustadas nos textos e nos gêneros existem incrustadas nos eventos sociais constituindo a matriz genérica deles. Por ser de natureza mais retórica³ do que

³ A acepção de “retórica”, neste trabalho, corresponde a uma ação e à realização de uma tarefa (BITZER, 1968). Nesse sentido, a ação retórica a que me refiro está associada ao nosso intento de argumentar, narrar, injungir, predizer, expor etc. Tal recorte, dentro da ampla possibilidade de sentidos do termo “retórico”, encontra respaldo, como mostrarei no Capítulo 2, nas propostas de Fairclough (2001), Jordan (1997) e Trimble (1985).

discursiva, essa matriz é uma estruturação em número limitado que reflete as macroações e textualizações argumentativas, narrativas, expositivo-explicativas, dialogais, injuntivas e preditivas que constroem os primeiros seguimentos textuais⁴. Por outro lado, proponho que a matriz discursiva dos eventos sociais é de natureza não limitada, pois funda (e se funda sobre) uma rede de configurações ideológicas e simbólicas, propriedades que não nos permitem uma delimitação calculável *a priori*.

Na organização deste trabalho, reservo os Capítulos 4 e 5 para construir as respostas às questões desta tese. Os Capítulos 1 e 2 correspondem às reflexões e aos pressupostos teóricos em que se sustentam as minhas análises, e o Capítulo 3 diz respeito ao trajeto metodológico aqui adotado. A decisão de dividir o referencial teórico em dois capítulos dá-se em função da necessidade de tratar, mais detidamente, a categoria dos gêneros, central para a minha argumentação. Desse modo, em toda a extensão do Capítulo 2, discuto a conceituação de gêneros, seu papel nas ações que empreendemos com os outros, sua participação na organização social, sua relação com os contextos da situação imediata e de cultura, bem como as discussões em torno das suas composições infraestruturais.

O percurso que sistematiza *A voz dos eventos sociais: uma construção pela atividade de textos e de discursos* é estruturado de acordo com o resumo a seguir:

Capítulo 1 — **Linguagem, discurso e representação** — primeira parte dos estudos teóricos em que está ancorada esta tese, especialmente quanto às contribuições da Análise de Discurso Crítica (Fairclough 2001, 2003 e 2006; Chouliaraki & Fairclough, 1999) e da Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday, 1994; Halliday & Matthiessen, 2004; Eggins, 2002 e 2010; Martin, 1992). O Capítulo 1 inscreve o trabalho no âmbito dos seguintes recortes conceituais:

- linguagem como atividade de interação, como elemento das práticas sociais e como recurso sociossemiótico;

⁴ Opto pela expressão “seguimentos textuais” para me referir a “processo” e “continuidade”, e não a “trechos” e “excertos”, como acepções que a palavra “segmentos” contempla.

- discurso como modos de representar aspectos da realidade, como elemento das estruturas, práticas e eventos sociais, bem como elemento construtivo das identidades e das relações de poder e dos sistemas de crença e de conhecimento;
- sistema linguístico como um conjunto de subsistemas que nos capacitam a interagir e a representar o mundo por meio de textos.

Capítulo 2 — **Gêneros: textos e discursos como modos de ação** — segunda parte dos estudos teóricos, com ênfase na categoria dos gêneros. Este capítulo situa a discussão em torno de tal categoria considerando os seguintes aspectos:

- a conceituação de gêneros como modo de ação (MILLER, 1994; BAZERMAN, 2005 e 2006; BATHIA, 1997; FAIRCLOUGH, 2001, 2003 e 2006; DOLZ & SCHNEUWLY, 2010; MARCUSCHI, 2008);
- o caráter situado e histórico dos gêneros (BAKHTIN, 2000 e 2010b; FAIRCLOUGH, 2003 e 2006);
- a composição da infraestrutura genérica (ADAM, 2008; BAKHTIN, 2010; BATHIA, 1997; BRONCKART, 1999; FAIRCLOUGH 2001 e 2003; JORDAN, 1997; MARCUSCHI, 2005 E 2008; TRIMBLE, 1985; SWALES, 1990).
- a configuração multimodal dos gêneros (KRESS & VAN LEEUWEN, 2006; KRESS, 2010; JEWITT & KRESS, 2008).
- a relação entre gêneros e contexto (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004; EGGINS, 2002 e 2010).

Capítulo 3 — **Pesquisa qualitativa e pesquisa linguística** — delineamento das discussões sobre a pesquisa linguística, dependente das definições de linguagem/língua (CASTILHO, 2003; RAJAGOPALAN (2003); KINCHELOE & MCLAREN 2006) e sobre o modelo de pesquisa qualitativa (BAUER & GASKELL, 2002; FLICK; 2004; DENZIN & LINCOLN, 2006). Este capítulo resume os passos seguidos para a elaboração da presente tese, com base na proposta de Deslauriers & Kérisit (2008) e Flick (2009). Além disso, neste capítulo apresenta-se o modo como a discussão é desenvolvida, bem como as etapas, os procedimentos e os eixos de atuação da pesquisa, com base nos exemplares empíricos que compõem o seu *corpus*: os textos que ilustram

a construção da matriz genérica e da matriz discursiva dos eventos sociais mais adiante analisados.

Capítulo 4 — **A matriz genérica dos eventos sociais** — proposição teórica de que parte do momento discursivo dos eventos sociais é marcado por uma matriz genérica, que repercute as macroações retóricas que configuram os textos. Por esse critério, os eventos sociais podem ser organizados em eventos sociais de matriz argumentativa, de matriz narrativa, de matriz injuntiva, de matriz expositiva/explicativa, de matriz dialogal e de matriz preditiva. Neste capítulo, retoma-se a discussão sobre as denominadas estruturações funcionais, para a proposta teórica de que elas existem nos textos, nos gêneros e nos eventos sociais, num *continuum*.

Capítulo 5 — **A matriz discursiva dos eventos sociais** — proposição teórica de que parte do momento discursivo dos eventos sociais é marcado pela matriz discursiva, que corresponde ao conjunto das representações ideológicas e simbólicas de cada evento particular que se atualiza em contextos específicos. Em resumo, a matriz discursiva é a face mais ideológica dos eventos sociais e, juntamente com a matriz genérica, constitui a *voz* desses eventos, que é a ação deles na sociedade. Neste capítulo, é feita uma discussão em torno da relação e das diferenças entre a matriz discursiva e as ordens de discurso.

Em suma, na minha argumentação, defendo que existem estruturações funcionais que perpassam textos, gêneros e eventos sociais. Nesse trajeto, tais estruturações vão, em alguma medida, possibilitando a pessoas, entidades, instituições, religiões, entre outros, parte da ação e da interação de que precisam ou são obrigados a desenvolver. De alguma maneira, defendo que os textos são processos construídos em diversos níveis de concretização e abstração e, desse modo, em diversos graus de dependência quanto a estruturas do sistema linguístico. Por outro lado, defendo que as representações discursivas também atuam em diversos estágios dos processos textuais, desde as primeiras textualizações até o plano dos eventos, fazendo com que estes sejam mais que simples ocorrências, mas, sobretudo, elementos compostos por textos e, desse modo, elementos capazes de intervir na sociedade, retóricamente e discursivamente.

Capítulo 1

Linguagem, discurso e representação

Este capítulo é a primeira parte do referencial teórico em que está ancorada a presente argumentação. O percurso adotado nele considera: (i) as concepções de linguagem na condição de interação, de ação “com” e “sobre” os outros e de semiótica social; (ii) as postulações em Análise de Discurso Crítica, sobretudo em relação às diversas acepções de discurso e do seu lugar nos processos sociais, à sua constituição ideológica e ao seu papel na construção das representações; e (iii) as postulações em Gramática Sistemico-Funcional, notadamente no que diz respeito à associação entre sistemas e funções que capacitam o ser humano a interagir e representar mundos por meio de textos.

1.1 Linguagem: um lugar na interação, nas práticas sociais e na paisagem sociosemiótica

O objeto de estudo da Linguística é historicamente um elemento controverso: ao mesmo tempo em que é estudada, a linguagem é o instrumento desse estudo. Além disso, a linguagem é “controversa” pela sua própria condição multifacetada, capaz de gerar diversos olhares científicos, desde os que buscam entendê-la apenas pelo lado interno, reduzida a estruturas, até os que buscam entendê-la somente pelo lado externo, esvaziada de estruturas estritamente linguísticas. Há, ainda, os que buscam vê-la pelos dois lados: são os olhares que admitem que as estruturas linguísticas participam das interações e das ações que praticamos na vida social e vice-versa.

É no papel desempenhado pela linguagem nas interações e nas práticas sociais que se sustentam as análises aqui realizadas, porque as abordagens de linguagem como mera “representação do pensamento” e como simples “ferramenta de comunicação” não apreendem o contato da linguagem com outras fontes de sentidos, cingidas pelas nossas ideologias, crenças e valores; além disso, elas não captam — e nem têm o objetivo de captar — os movimentos dialéticos que fazem a linguagem afetar e ser afetada por fatores de ordem material, institucional, simbólica e ideológica.

Tal recorte teórico tem consequências imediatas na noção de sujeito, que, desse modo, é aquele constituído também pela linguagem, capaz de agir por meio dela e, a partir dela e com ela, constituir os outros sujeitos da interação. Assim, Faraco (2003, p. 64-70) defende que esses sujeitos são “fundamentalmente seres de linguagem” e propõe que

linguagem e as línguas são efetivos *sine qua non* da vida social, do funcionamento das sociedades humanas. Nós poderíamos dizer talvez que elas são as ligas com as quais as relações sociais são constituídas, são sustentadas e ensopadas de sentido.

Numa abordagem que também considera a constituição social dos sujeitos, Hanks (2008, p. 42) lembra-nos que a noção de *habitus*, proposta por Bourdieu, sob um ponto de vista linguístico “corresponde à formação social dos falantes, o que inclui a

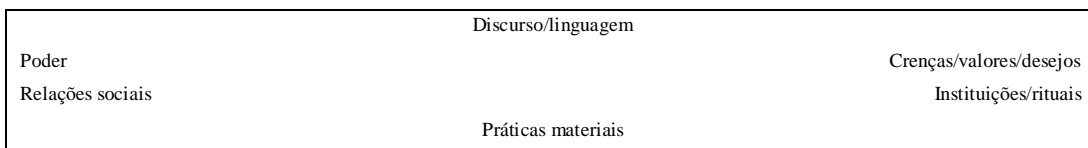
disposição para determinados tipos de uso linguístico, para avaliá-los segundo valores socialmente internalizados”. Hanks (2008, p. 42) afirma ainda que

em uma teoria da prática aplicada à linguagem, as regularidades de uso não são explicadas por regras, códigos ou convenções, mas disposições e esquemas incorporados, os quais não são seguidos ou obedecidos, mas atualizados no discurso.

Um outro aspecto acarretado por esse recorte teórico sobre a linguagem diz respeito ao processo de constituição da linguagem propriamente dita e de outros elementos a ela relacionados. Conforme Geraldi (2003, p. 79),

outra pretensão desse tipo de abordagem seria não dispor de nenhuma categoria fixa e pronta, de nenhum fenômeno para sempre acabado (se assim o fosse, seria morto). Você não tem pensamento, você não tem a sociedade estratificada, fechada e estabelecida, você não tem o sujeito pronto e acabado, mas tem sempre movimento, e um e outro fenômeno só podem ser definidos na relação um com outro, porque são modos de nós mesmos nos representarmos, processos sociais que só por um gesto científico, digamos assim, são recortados, mas que, na verdade são concomitantes, são simultâneos, um implicando o outro o tempo todo, sem que isso signifique que um é causa do outro.

A dialética que localiza a linguagem em relação a outros elementos foi o que levou Harvey (1996, p. 77-95) a propor que a linguagem/discurso é um dos momentos dos *processos sociais*, conforme quadro reproduzido a seguir:



Quadro 1 – Os seis momentos dos processos sociais, conforme Harvey (1996)

Harvey admite que sua proposta reduz a vasta gama de aspectos presentes nos processos sociais, mas defende que estes “fluem através e em torno” desses seis momentos fundamentais, numa relação em que cada momento internaliza todos os

outros “como fluxos, como um processo aberto em que passam sem restrições de um momento para todos os outros”.

A proposta de Harvey foi reinterpretada em Chouliaraki e Fairclough (1999). Mais adiante, no Capítulo 4, tratarei mais especificamente das noções em torno das práticas, processos e eventos sociais, por serem noções centrais para minha argumentação. Contudo, é importante salientar agora que as contribuições de Chouliaraki e Fairclough feitas a partir da terminologia de Harvey tomam as práticas sociais como “as maneiras habituais, em tempos e espaços particulares, pelas quais pessoas aplicam recursos – materiais ou simbólicos – para agirem juntas no mundo”. Nesse sentido, são momentos das práticas sociais: o *discurso* (semiose); a *atividade material*; as *relações sociais e processos* (instituições, relações de poder); e o *fenômeno mental* (sistema de crenças, desejos, valores, ideologias).

Além das proposições teóricas que consideram a linguagem no âmbito da interação humana e como parte inerente às práticas sociais, outra acepção que ultrapassa as noções de linguagem como “representação do pensamento” e como “ferramenta de comunicação” é a de linguagem como uma semiótica social. Para Halliday & Hasan (1985, p. 4), a linguagem é um entre outros sistemas de significação, que, conjuntamente, constituem a cultura humana. Os outros sistemas são, em ordem ascendente de complexidade, o físico, o biológico e o social. Mas a linguagem seria um sistema de significação de quarta ordem, pois ela é, ao mesmo tempo, semiótica, social, biológica e física. Halliday e Hasan sustentam, ainda, que um sistema de significados é um sistema em que se criam e se trocam significados, o que nos leva a considerar, mais uma vez, a linguagem como uma atividade que se dá nos contextos sociais.

A assunção da linguagem na condição de uma semiótica social retira-lhe a exclusividade como fonte de construção de sentidos motivados social e culturalmente. Ela é uma entre outras fontes de significação — embora seja a “principal fonte de poder”, nos dizeres de Halliday —, ao lado de elementos como a dança, o cinema, o vestuário, a culinária, as formas de produção econômica e os papéis sociais, por exemplo.

A perspectiva de semiótica social é claramente dissonante da tradição inaugurada por Saussure, em que se são destacados estruturas e códigos, e não funções e usos sociais dos sistemas semióticos, conforme Hodge e Kress (1988, p. 2). A crítica de

Hodge e Kress prossegue afirmando que, na visão saussureana, a interação real em contextos reais foi rejeitada e que a semiótica foi separada da sociedade, tal qual a semiótica o foi do pensamento político e social. A essa constatação podemos acrescentar a posição de van Leeuwen, quando, no prefácio de *Introducing Social Semiotics*, afirma que o “foco mudou do ‘signo’ para o modo como as pessoas usam os ‘recursos’ semióticos, tanto para produzir artefatos de comunicação e eventos quanto para interpretá-los”. Trata-se da oposição verificada entre a “linguagem como regra” e a “linguagem como recurso”, apontada por Halliday (1977) e lembrada por Matthiessen (1995).

A opção teórica por uma abordagem linguística que concebe a linguagem funcionando em contextos sociais, constituindo sujeitos, participando da criação de sentidos motivados e, portanto, não assépticos sob o ponto de vista ideológico, religioso e político faz com que este trabalho esteja localizado nos limites teóricos da Análise de Discurso Crítica e da Linguística Sistemico-Funcional, cujas principais contribuições e categorias são revisitadas nas seções seguintes.

A discussão em torno das concepções e papéis dos gêneros nas interações e na organização social é a temática desenvolvida na extensão do Capítulo 2.

1.2 Análise de Discurso Crítica: uma abordagem transdisciplinar

Nos anos de 1970, especialmente na Universidade de *East Anglia*, desenvolveu-se uma linha de investigação sobre o fenómeno linguístico com interesse para além da linguagem em si mesma. Esse novo olhar, que concebia a linguagem como prática social, ficou conhecido como Linguística Crítica, cujo marco inicial foi a obra *Language and Control* (Fowler et al., 1979). A proposição dessa nova abordagem teve severas repercussões, inclusive a de não ser considerada linguística pelos adeptos da chamada “linguística autónoma”, a gramática gerativa transformacional, que era hegemónica na época.

Considero que o que distingue a Linguística Crítica (LC) de outras abordagens da ciência linguística reside em três aspectos principais: i) a linguagem admitida como prática social (prática no sentido de “uma intervenção na ordem social e económica”, na tradição de Althusser); ii) a intrínseca relação entre linguagem e ideologia (o reconhecimento de que os significados linguísticos e os textos são estruturados ideologicamente); e iii) os estudos linguísticos realizados a partir do rótulo “crítico”⁵.

Embora tomadas, às vezes, como abordagens indistintas, a LC e a Análise de Discurso Crítica (ADC) apresentam traços de dessemelhança. Boa parte dos estudiosos críticos considera a ADC como uma abordagem metodológica e teórica que se formou a partir das primeiras inserções realizadas pela LC. Contudo, há de se observar, atualmente, um predomínio dos estudos linguísticos realizados em ADC, sendo a Linguística Crítica referendada como a baliza histórica da introdução de parte da Linguística no campo maior das Ciências Críticas. Além disso, Magalhães (2004, p. 3) destaca que

não cabe reduzir a ADC à LC, pois há questões teóricas e práticas que foram explicitadas pela ADC, contribuindo para o avanço dos debates. A ADC tem se dedicado à análise de textos, eventos discursivos e práticas sociais no contexto sociohistórico, principalmente no contexto das transformações sociais, propondo uma teoria e um método para o estudo do discurso. Enquanto a LC desenvolveu um método

⁵ Sob forte influência da Escola de Frankfurt, o termo “crítica” ocupa-se, em termos gerais, da preocupação com as distorções ideológicas apresentadas como naturais, resultando, assim, em uma postura emancipatória.

para analisar um pequeno corpus textual, a ADC oferece uma contribuição significativa da linguística para debater questões da vida social contemporânea, como o racismo, o sexismo (a diferença baseada no sexo), o controle e a manipulação institucional, a violência, as transformações identitárias, a exclusão social.

Além dos avanços teóricos e práticos apontados por Magalhães (2004), há de se destacar que próprio termo *crítica* amplia-se, no âmbito atual da ADC, para a “combinação de prática do *engajamento social e político* com uma construção de sociedade *sociologicamente embasada*” (Krings et al., apud Wodak, 2004). Além disso, a *crítica* estabelece a preocupação dos estudos em ADC no que se refere a dar visibilidade aos sentidos construídos, de forma a revelar as representações de natureza ideológica.

Gouveia (2006) aponta para uma evolução teórica que se verifica desde a Linguística Crítica até a Análise de Discurso Crítica. Gouveia destaca que ambas abordagens estão preocupadas com a dimensão social. Porém, há uma grande diferença referente aos seus respectivos pontos de partida: as análises em LC partem dos textos e da estrutura linguística, enquanto que os estudos em ADC buscam “fazer das estruturas e dos processos sociais, das mensagens e do significado o ponto de reflexão a partir do qual a análise dos sistemas de significado deve ter lugar”. Além disso, no mesmo trabalho, Gouveia (2006, p. 9) explica que

tal como acontecia em Fairclough (1985), também em Hodge & Kress (1988), no surgimento de Kress (1985), se testemunha um afastamento relativamente ao projeto inicial da linguística crítica e a procura por modelos mais abrangentes para a teoria. Não se defende, ou publicita, apenas o seu uso por teóricos críticos de outras disciplinas, como acontecia originalmente, pretende-se, sobretudo, que ela própria possa contribuir para o entendimento do fenómeno linguístico, mesmo quando este é visto a partir de outras disciplinas que não a linguística.

A citação acima permite-nos introduzir outra característica dos estudos realizados em ADC: transdisciplinaridade. Dado o compromisso de se realizar análise com a linguagem como elemento das práticas sociais, é evidente a necessidade de se buscar em outras ciências, igualmente críticas, o aparato teórico que, juntamente com a

linguagem, irá fundamentar as investigações feitas em ADC, e isso privilegia os estudos contextuais, históricos, sociológicos, filosóficos, políticos etc.

1.2.1 Discurso, realidade e representação

O delineamento do que seja a contribuição teórica da Análise de Discurso Crítica para os estudos da linguagem exige-nos uma atenção especial ao trabalho do linguista britânico Norman Fairclough, especialmente pela proposição de uma perspectiva metodológica para os estudos em ADC, questão anteriormente bastante difusa na Linguística Crítica.

Um dos grandes subsídios de Fairclough (2001) possivelmente tenha sido a proposta do modelo tridimensional do discurso, em que este é visto, simultaneamente, como *texto*, *prática discursiva* e *prática social*, numa abordagem denominada Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO). Nessa perspectiva, dada ao nosso conhecimento por meio da obra *Discourse and Social Change*, Fairclough estabelece o compromisso da pesquisa científica *sobre e com* a linguagem e a mudança social, o que torna a relação discurso-e-estrutura social uma relação dialética e constitutiva, pois “a prática discursiva é constitutiva tanto de maneira convencional como criativa: contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença) como é, mas também contribui para transformá-la” (op. cit., p. 92).

O discurso na condição de prática social implica, conforme Fairclough (2001), dois fatores essenciais:

- o discurso é um modo de ação sobre as coisas, sobre o mundo e sobre os outros;
- o discurso é também uma condição da estrutura social, que, por seu turno, é um efeito da prática social, numa relação, já dita, dialética.

Ao lado dessas propriedades constitutivas, o discurso possui, ao mesmo tempo, elementos construtivos:

- o discurso é um elemento construtivo das denominadas identidades sociais;
- o discurso participa da construção das relações sociais;
- o discurso contribui para a construção de sistemas de crenças e de conhecimento.

Anteriormente, eu disse que uma grande contribuição de Fairclough para os estudos em ADC foi a proposta do modelo tridimensional do discurso. Essa proposta é representada, tal como em *Discurso e Mudança Social*, na figura a seguir:



Figura 1: Concepção tridimensional do discurso (FAIRCLOUGH, 2001, p. 101)

O discurso, na sua dimensão textual, é analisado sob o ponto de vista da organicidade do texto, sendo, em princípio, relevante qualquer aspecto textual. A tradição linguística tem dado bastante atenção à análise dos signos, que se recobrem, de acordo com a proposta saussureana, de um caráter de arbitrariedade. Isso não se coaduna com uma proposta crítica de análise linguística e discursiva. Além disso, ao opor a língua (*la langue*), de caráter social, à fala (*la parole*), de caráter individual, Saussure inaugura a clássica tendência do chamado *objetivismo abstrato*, que se baseia,

também, na pressuposição de que língua é um sistema autônomo e regular, próprio para servir de objeto de análise. Bakhtin (Volochinov, 2010, p. 108), opõe-se fortemente ao objetivismo abstrato, asseverando que

a língua, como sistema de formas, que remetem a uma norma, não passa de uma abstração, que só pode ser demonstrada no plano teórico e prático do ponto de vista do deciframento de uma língua morta e do seu ensino. Esse sistema não pode servir de base para a compreensão e explicação dos fatos linguísticos enquanto vivos e em evolução. Ao contrário, ele nos distancia da realidade evolutiva e viva da língua e de suas funções sociais.

Um aspecto dessa “língua viva”, no meu entendimento, refere-se à produção de textos em contextos situados. Desse modo, por meio da proposta de Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO), Fairclough (2001) sugere que a análise textual pode ser organizada em quatro aspectos:

- **Vocabulário:** constitui-se para além da tradição dicionarista, do ponto de vista da sua intensa rede de realizações nos “diferentes domínios, instituições, práticas, valores e perspectivas”. Daí a importância dos processos de “relexicalização”, que correspondem aos diversos usos do léxico para uma abordagem de “significância política e ideológica”. Um caso ilustrativo de relexicalização é o uso produtivo, no atual estágio da modernidade, do termo “investimento” para referir o processo educacional, o que se dá mediante uma questão de ordem de discurso⁶.
- **Gramática:** corresponde ao tratamento “das palavras combinadas em orações e frases”.
- **Coesão:** corresponde “à ligação entre orações e frases”, o que envolve variados procedimentos (repetição de palavras, usos de termos sinônimos, mecanismos de referência, de substituição etc).

⁶ Ordens de discurso, segundo Fairclough (2003), são os momentos semióticos de uma instituição ou organização, por exemplo.

- **Estrutura Textual:** corresponde à “arquitetura dos textos” e aos seus modos de organização superiores.

O discurso, na condição de prática discursiva, conforme estabelece Fairclough (2001, p. 99-100), envolve os processos de *produção*, *distribuição* e *consumo* dos textos:

A análise de um discurso particular como exemplo de prática discursiva focaliza os processos de produção, distribuição e consumo textual. Todos esses processos são sociais e exigem referência aos ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares nos quais o discurso é gerado. (...) Uma forma de ligar a ênfase na prática discursiva e nos processos de produção, distribuição e consumo textual ao próprio texto é focalizar a intertextualidade do último.

A relevância em se considerar esses processos reside no fato de que é necessário relacionar as diversas maneiras de organização e interpretação textuais com os modos como eles são produzidos, distribuídos e consumidos, porque isso colabora para o entendimento das práticas sociais “em termos de sua relação com as estruturas e as lutas sociais” (op. cit., p.100).

Outra questão de destaque que a análise dos processos de produção, distribuição e consumo dos textos é capaz de indicar relaciona-se com a complexa rede de construção social dos sentidos, uma vez que nem sempre tais processos se dão de forma individual, o que demonstra formas particulares de “processamento de textos” de acordo com a diversidade de práticas sociais e de instituições, por exemplo.

Além dos processos de produção, distribuição e consumo de textos, a dimensão do discurso como prática discursiva envolve:

- **análise do contexto:** categoria que auxilia no entendimento das práticas sociais de que o discurso é elemento;
- **coerência:** propriedade geralmente associada ao texto, porém, mais bem admitida como uma “propriedade das interpretações” (op. cit., p. 113);
- **força:** componente associado aos significados acionais e interpessoais, que envolve os *atos de fala*;

- **intertextualidade:** categoria, quanto à distribuição, “útil na exploração de redes relativamente estáveis de enunciados em que os textos se movimentam, sofrendo transformações predizíveis ao mudarem de um tipo de texto ao outro” (op. cit., p. 114). Quanto ao consumo, a intertextualidade diz respeito aos “outros textos que os intérpretes variavelmente trazem ao processo de interpretação”. Ainda há de se considerar, quanto à propriedade intertextual, não só as diversas vozes que se fazem presentes, mas, também, as que são “excluídas, e que ausências significantes há” (FAIRCLOUGH, 2003).

Em Fairclough (2003, p. 8), temos a dimensão do que se considera como texto: além de uma constituição multimodal, os textos assumem localização central dentro dos eventos sociais, uma vez que eles (os textos) “podem provocar mudanças em nosso conhecimento”, “têm efeitos a longo prazo” e “podem contribuir com mudanças na educação, mudar relações industriais e muito mais”. Sobre o caráter multimodal dos textos, Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 16) estabelecem que “até mesmo os textos ‘escritos’ são crescentemente multissemióticos”, pondo em questão se o termo *texto* continua adequado frente à sua propriedade multimodal, mas concluem que seguem usando-o “na ausência de qualquer alternativa melhor”. Isso amplia a noção de texto porque leva em conta outros sistemas capazes de constituir sentidos além da escrita.

A aceitação de que o não verbal também possibilita interação e exerce papel muito mais importante do que um simples acessório estético é o que Kress e van Leeuwen (1996) defendem, ao estabelecerem que as imagens representam não somente estética e expressão, mas também estrutura social e política, além de dimensões comunicativas. Com isso, é evidente que uma construção multimodal possui um viés ideológico, uma vez que as escolhas de determinados sistemas semióticos, em detrimento de outros, dar-se-ão conforme intenções, também, ideológicas.

De algum modo, afirmamos que as escolhas entre os diversos modos semióticos possíveis de participarem da configuração textual não são arbitrárias, devendo, pois, estar de acordo com os diversos contextos sociais em que se constituem. Ou seja, as imagens também constituem as práticas sociais, não sendo isso uma exclusividade dos textos escritos ou orais.

Kress e van Leeuwen (1996), baseados na Linguística Sistêmico-Funcional, propõem a chamada *gramática visual*, que corresponde, em termos gerais, à organização dos diversos elementos não verbais (cores, imagens, fotografias, texturas, sons) com o propósito de constituírem sentidos, o que exige dos diversos leitores, os *viewers*, um letramento diferenciado.

A dimensão do discurso como prática social recebe um enfoque diferente em Chouliaraki e Fairclough (1999) e em Fairclough (2003 e 2006). Não se tratando mais da exata correspondência entre prática social e discurso, este passa a ser considerado um dos elementos das práticas, ao lado de outros momentos igualmente constitutivos que deverão ser, também, tratados pelas análises feitas no âmbito da ADC. O discurso, nessa orientação, influencia e é influenciado pelos demais momentos, que se relacionam de forma articulada e internalizada. Conforme Fairclough (2003), o momento discursivo de determinada prática social é aquele configurado por *gêneros* (modos de agir), *discursos* (modos de representar) e *estilos* (modos de ser).

A representação pelo discurso é, na contribuição de van Leeuwen (2005), algo que necessariamente passa por um processo de *transformação*:

quando uma prática social é representada por meio de um discurso, sofre algumas transformações: elementos — por exemplo, certas ações ou agentes — podem ser apagados, a ordem em que as ações da prática ocorreram poderá ser reajustada, ações, atores ou outros elementos podem ser substituídos por outros elementos, e elementos podem ser adicionados, por exemplo, avaliações, ou propósitos.

Em van Leeuwen (2009, p. 145-150), “transformação” é intercambiável com “recontextualização”⁷, de modo que os “discursos são recontextualizações das práticas sociais”, que, por sua vez, têm os seguintes “elementos cruciais”:

- **ações:** o núcleo de uma prática social é formado por um conjunto de ações, que podem ou não ser realizadas de forma específica;

⁷ Para Bernstein (1996), a recontextualização discursiva constrói-se em um lugar constituído pelo próprio deslocamento do discurso, por meio de uma intervenção ideológica. Nesse processo, textos são transferidos de um contexto para outro e, conseqüentemente, são transferidos para outras práticas e relações.

- **modos de execução:** as ações podem ter de ser realizadas de formas específicas;
- **atores:** os atores sociais participam das práticas em diferentes papéis (agentes, pacientes, beneficiários);
- **estilos de apresentação:** os atores sociais podem ser apresentados de diversas maneiras;
- **tempo:** as práticas sociais (ou partes delas) ocorrem em determinados momentos e duram certo tempo;
- **espaços:** as práticas sociais (ou partes delas) também acontecem em espaços específicos, escolhidos ou organizados como um ambiente apropriado para elas;
- **recursos:** as práticas sociais também requerem recursos específicos, ferramentas e materiais específicos;
- **qualificação:** os elementos concretos de práticas sociais tornam-se aptos a funcionar como atores, configurações ou recursos dessas práticas;
- **exclusão:** alguns elementos de uma prática social podem deixar de ser representados em um discurso particular;
- **substituição:** os elementos reais de uma prática social são transformados em elementos do discurso;
- **acréscimo:** os discursos também podem adicionar as reações e os motivos para a representação das práticas sociais.

No caso específico da *substituição*, atores podem ser representados, por exemplo, como indivíduos específicos ou como os tipos de pessoas, eles podem ser referidos em termos abstratos ou específicos, e assim por diante. A proposta de Van Leeuwen reitera que a representação não é apenas um “resultado” objetivo da codificação da realidade. Ao contrário disso, a representação é um processo em que as práticas sofrem alterações, de acordo com os mais variados preceitos. Ao mesmo tempo em que o discurso é moldado nas práticas, ele as transforma.

Tomarei para a argumentação desenvolvida neste trabalho a aceção de discurso como “representação” afetada ideológica e culturalmente, processo da ação de sujeitos capazes de criar realidades conforme vetores históricos situados. Trata-se de uma representação lacunar, porosa, possível de ser contestada, completada, admitida, negada pelo outro.

1.2.2 Discurso, ideologia e hegemonia

Início a discussão sobre a relação imbricada linguagem/ideologia, admitindo a centralidade que esse conceito interdependente tem nos trabalhos de Bakhtin e do seu Círculo. A proposta de Bakhtin (2010, p. 31) sustenta o estreitamento entre as “bases de uma teoria marxista da criação ideológica” e os “problemas da filosofia da linguagem”, o que define o “produto ideológico” como parte da realidade, ao lado de outros. A diferença entre ele e os outros está no fato de que o produto ideológico “reflete e refrata outra realidade, que lhe é exterior”. Isso é o cerne da natureza sógnica da ideologia, exemplificada por Bakhtin, entre outros, por meio dos instrumentos de produção: tomado como ferramenta, o instrumento de trabalho não tem sentido, tem função. É o caso, por exemplo, da foice e do martelo que, alçados como emblema da União Soviética, assumem a condição de signo, pois se revestem de sentido.

Considero importante retornar à ideia de “refração”. Penso que ela está associada à opção de Bakhtin por tratar as manifestações ideológicas na condição de produtos. São produtos no sentido de que a realidade pode ter sido distorcida ou tratada com fidelidade, ou ainda enfatizada “de um ponto de vista específico”. Para o pensador russo, “todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é, se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom etc)”.

Bakhtin argumenta que a ideologia reside em um terreno interindividual e que o seu caráter semiótico não encontra lugar mais produtivo do que a linguagem, sendo a palavra “o fenômeno ideológico por excelência”. Ela o é, também, porque exerce papel central no curso das relações sociais e porque as manifestações ideológicas são, sobretudo, comunicação.

Na abordagem bakhtiniana, a palavra também é um signo ideológico “neutro”. Inicialmente, poderíamos enxergar uma contradição nesse outro posicionamento, dada a completa disjunção entre linguagem e neutralidade. Mas a palavra é neutra porque ela pode desempenhar funções ideológicas de diversas ordens, enquanto que os outros signos estão presos a determinados domínios, o que é o caso da cruz em relação ao cristianismo, da suástica nazista em relação ao partido alemão de extrema direita e, mais

recentemente, da cor verde em associação aos posicionamentos em prol das causas ambientais, entre outros.

A construção da realidade sob um ponto de vista específico parece ter ressonâncias em outros teóricos. Para Žižek (1996, p. 16),

a ideologia é uma comunicação sistematicamente distorcida: um texto em que, sob a influência de interesses sociais inconfessos (de dominação etc), uma lacuna separa seu sentido público “oficial” e sua verdadeira intenção — ou seja, em que lidamos com uma tensão não refletida entre o conteúdo enunciado explicitamente no texto e seus pressupostos pragmáticos.

A busca por desvelar as distorções e questionar ou desnaturalizar as produções naturalizadas da ideologia via linguagem é uma das tarefas dos pesquisadores que atuam na vertente da ADC. Para Fairclough (2001, p. 117), não se deve privilegiar o caráter estável das inserções ideológicas; antes, deve-se pautar o olhar crítico para o projeto maior, o de transformação, uma vez que sua grande contribuição está justamente no entendimento de que a mudança social também é possível por meio da mudança discursiva.

O estudo da ideologia nos textos, embora, às vezes, não seja possível estabelecer localizações tão pontuais (espaciais) da sua materialidade, pode ser feito por meio da análise das *pressuposições*, das *metáforas*, da *coerência*, do estabelecimento das *tomadas de turno*, da *polidez*, enfim, da constituição final dos sentidos do texto. Existe, porém, uma proposta que busca sistematizar algumas maneiras de que se serve a ideologia, para possibilitar a sua entranhada relação com a linguagem. Nesse sentido, Thompson (1995, p. 75) conceitua ideologia de forma associada ao poder dominante e, assim, a sua proposta “está interessada nas maneiras como o sentido é mobilizado, no mundo social, e serve, por isso, para reforçar que grupos ocupam posições de poder”.

Thompson (1995) estabelece cinco *modos de operação da ideologia*, dispostos a seguir, articulados com algumas estratégias de construção simbólica:

- **Legitimação:** relações de dominação são construídas “como legítimas, justas e dignas de apoio” (op. cit., p. 82). As estratégias de legitimação são a *racionalização* (a construção de uma linha de raciocínio lógica com vistas à

persuasão), a *universalização* (algo de interesse particular dado como de interesse de todos) e a *narrativização* (processo de narração que busca atribuir ao passado e ao presente um viés de eternidade).

- **Dissimulação:** fatores ideológicos são ofuscados ou mesmo negados. As estratégias de dissimulação são o *deslocamento* (um termo próprio de um objeto ou pessoa usado para referir outro objeto ou pessoa); a *eufemização* (valoração positiva de certas ações, eventos ou relações sociais); e o *tropo* (conjunto de estratégias que engloba a metáfora, a sinédoque e a metonímia).
- **Unificação:** fatores ideológicos são postos de forma unificada, interligando os indivíduos “numa identidade coletiva” (op. cit., p. 86). As estratégias de unificação ideológica são a *padronização* (as formas simbólicas assumem um caráter padrão) e a *simbolização da unidade* (corresponde à construção de “símbolos de unidade” como bandeiras, hinos e brasões).
- **Fragmentação:** fatores de ordem ideológica são apresentados de forma segmentada, de modo que os grupos que representam um desafio à dominação não possam agir de forma unificada. As estratégias de fragmentação são a *diferenciação* (reforço dado às diferenças e distinções que desunem os grupos e pessoas) e o *expurgo do outro* (construção de uma imagem negativa de alguém ou algo, revestindo-os de uma característica ameaçadora).
- **Reificação:** fatores de ordem ideológica, comumente instáveis e passageiros, são construídos como sendo estáveis e naturais. As estratégias de reificação são *naturalização* (caracterização como natural de algo que é fruto das construções culturais), a *eternalização* (caracterização de permanência dos fatores sociais e históricos) e a *nominalização/passivização* (recursos gramaticais que visam, respectivamente, à transformação de ações e eventos em designações nominais, com vistas ao apagamento dos atores envolvidos nessas ações, como o uso da voz passiva, que tem como fito ofuscar ou negar a agência dos eventos).

Esses modos de operação da ideologia constituem uma proposta de categorização, sem a pretensão de ser uma proposição definitiva, de maneira que é possível afirmar-se que os modos e suas respectivas estratégias operam, quase sempre, de forma associada, no trabalho de construção simbólica da ideologia.

Corolária à noção de ideologia está a de hegemonia, outra categoria de interesse central para os estudos em ADC, que também é estabelecida em termos das relações de poder. Quanto à hegemonia, Fairclough (2001, p. 123) faz menção ao conceito que Gramsci utiliza na análise do capitalismo ocidental e que, em termos gerais, corresponde à manutenção do poder e da dominação política, social e econômica de uma dada classe em relação às demais. Segundo Fairclough, uma *ordem de discurso*, termo usado a partir do arcabouço teórico de Foucault, pode ser a “faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia, e a articulação e a rearticulação de ordens de discurso são, conseqüentemente, um marco delimitador da luta hegemônica”. Em outros termos, pode-se dizer que a compreensão das práticas discursivas é a própria compreensão dos modos como os discursos, produzem, reproduzem ou desafiam as ordens de discurso hegemônicas.

Para os limites deste trabalho, a noção de ideologia adotada não é, necessariamente, a coincidência do termo com a proposta de Thompson. Ao admitir sua tentativa de sistematizar a atuação ideológica por meio de modos e de estratégias a serviço das relações de poder e dominação, penso ser interessante expandir o enfoque para outras manifestações ideológicas, para todas as tentativas de ocultação e de disfarce que atendam a qualquer sistema de interesses políticos, religiosos, midiáticos, empresariais, entre outros, e que, por diversos fatores, muitas vezes entram mascaradas na mais fértil via de atuação: a linguagem. Além disso, ao focar a ideologia nas relações de dominação, corre-se o risco de se considerar os “dominados” como sujeitos despovoados de ideologia, passivamente à espera da ideologia dominante para se constituírem em sujeitos ideológicos. Desse modo, considero necessário ampliar a atuação das ideologias para além da relação entre dominadores e dominados, a fim de marcar que todos nós somos sujeitos ideológicos capazes de impor ou tentar impor nossos interesses.

A seção seguinte é dedicada à contribuição teórica da Linguística Sistêmico-Funcional, notadamente nas propostas de Halliday (1994), Halliday & Matthiessen (2004) e Eggins (2002).

1.3 Linguística Sistêmico-Funcional: a gramática moldando a realidade

A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), teoria proposta pelo linguista britânico Michael Halliday, e iniciada nos anos de 1950, nasce da convicção de que as estruturas linguísticas são interconectadas com as estruturas sociais, com os aspectos sociais. Como já discorri, tomada na condição de semiótica social, a linguagem é mais um dos elementos que constrói e interpreta sentidos em contextos sociais e que, portanto, constrói a cultura humana e os sujeitos dessa cultura.

O modelo sistêmico-funcional tem o contexto como um elemento essencial. Para além de um pano de fundo, o contexto é o estrato em que o sistema linguístico está embutido. A *estratificação* da linguagem possibilita-nos abordá-la como um sistema complexo, como níveis diferenciados, todos eles relacionados aos processos sociais e implicados nas tarefas de criação e interpretação de sentidos. Os estratos em que a linguagem está organizada são o *fonológico*, o *lexicogramatical* e o *semântico*, como já dito, incorporados no estrato *contextual* (dividido em “contexto da situação” e “contexto de cultura”), conforme diagrama a seguir, elaborado a partir das contribuições de Matthiessen, Teruya e Lam (2010) e Eggins (2002):

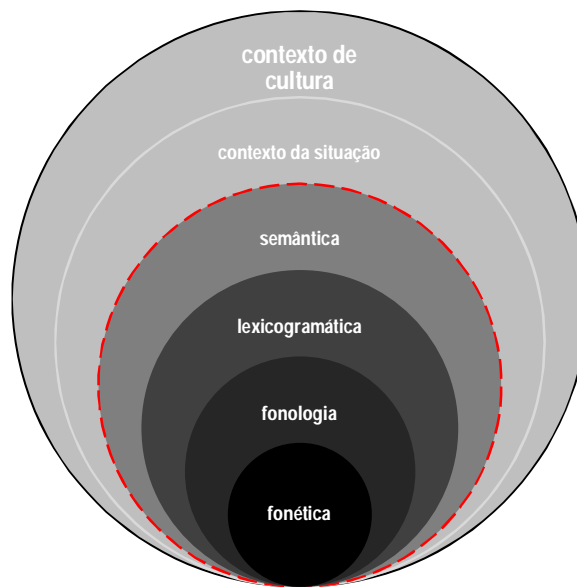


Diagrama 1 - A estratificação da linguagem, a partir de Matthiessen, Teruya e Lam (2010) e Eggins (2002)

A minha opção por contornar o estrato semântico com linha tracejada deu-se pelo fato de que este nível é a linguagem de interface com o mundo extralinguístico. E a escolha pela passagem gradual de um estrato para outro deu-se em função de que eles não são níveis absolutamente discretos uns dos outros; são inter-relacionados por meio da *realização*: o estrato semântico é realizado pelo estrato da lexicogramática, e esta é realizada pelo estrato fonológico/fonético.

Eggins (2010, p.87-112), ao questionar “como o contexto entra no texto”, defende que esta deve ser uma das preocupações das abordagens sistêmico-funcionais, ao tratar das distinções entre *contexto da situação* e *de cultura*, importante contribuição que será pormenorizada no próximo capítulo. Até aqui, é importante ressaltar que as análises com fulcro na LSF são análises em que os apontamentos estruturais da língua estão conectados com os aspectos situacionais e culturais.

Além da estratificação, o conceito de *instanciação* é central nos limites da LSF. Trata-se do fato de que usamos a linguagem para significar a nossa experiência e para interagir com os outros. Ao mesmo tempo, contudo, essa experiência e essa interação são transformadas em textos. Elas ocorrem nos textos. Isso significa tratar a linguagem em duas perspectivas interdependentes: a do sistema e a do texto. Segundo Ghio & Fernández (2008, p. 28-9), “o sistema é instanciado na forma de texto”. Halliday e Matthiessen (2004, p. 27) comparam, metaforicamente, “texto” e “sistema” a “tempo” e “clima”, respectivamente:

o tempo é o texto: é o que se passa ao nosso redor o tempo todo, o que impacta e, às vezes, perturba nossas vidas diárias. O clima é o sistema, o potencial que subjaz a esses efeitos.

O que sustenta o processo de instanciação está na base da proposta sistêmica e funcional de Halliday. A linguagem é sistêmica porque, em alguma medida, é uma rede de opções, recursos dentro dos estratos que compõem a sua organização. Ela é funcional porque — desde o nível da oração — possibilita ao homem, ao mesmo tempo, representar o mundo, interagir e criar textos, o que corresponde, na sequência, às metafunções *representacional*, *interpessoal* e *textual*. E ela é sistêmico-funcional porque cada metafunção sustenta-se em um sistema específico, como vou delinear mais adiante. Divididas para o fito meramente teórico, as três metafunções são o resumo da extensa

gama de habilitações que a língua, na condição de semiose social, possibilita ao ser humano em termos, também, sociais.

1.3.1 Metafunção ideacional e sistema de transitividade

A metafunção ideacional capacita o ser humano a representar e interpretar a sua experiência referente ao mundo físico e interior. Apoiada no sistema de transitividade, definido como um recurso gramatical responsável por construir o fluxo da nossa experiência em termos de um processo como uma oração, tal metafunção converte a experiência humana em significados construídos por meio do manejo feito com as categorias dos *processos*, *participantes* e *circunstâncias*:

- a) *processos* dizem respeito desde formas prototípicas de ações e eventos até relações, reflexos, generalizações, comportamentos, simbolizações e fenômenos verificados na nossa experiência no mundo físico e no mundo da nossa consciência e imaginação;
- b) *participantes* dizem respeito aos elementos que realizam ou elaboram o processo;
- c) *circunstâncias* dizem respeito à circunscrição do processo nas perspectivas de tempo, duração, lugar, modo, causa, propósito, assunto, ponto de vista, entre outros.

É muito amplo o alcance dessa potencial representação da experiência, por isso Halliday (1994) propõe-nos uma redução em termos de três processos básicos:

- **Processos materiais** são aqueles do domínio do fazer e do acontecer e podem expressar os movimentos e as mudanças de estado das coisas: *fazer*, *construir*, *destruir*, *comprar*, *congelar*, *dissolver*, *jogar* etc. Os processos materiais podem trazer à existência uma coisa ou entidade: são os **processos materiais criativos**, como, por exemplo, *fazer* e *construir*. Os processos materiais também podem representar o acontecimento de algo a alguma coisa ou alguém: são os **processos materiais transformativos**, como, por exemplo, *pegar*, *jogar*, *comer* e *derreter*. Os processos materiais podem, ainda, referir-se a eventos não concretos: são os *materiais abstratos* como, por exemplo, *renunciar*.

- **Processos mentais** são aqueles do domínio do saber e do apreciar, sendo próprios do fluxo da consciência, da cognição e da afetividade: *saber, conhecer, amar, odiar etc.*
- **Processos relacionais** são aqueles do domínio do ser e do ter e possibilitam relacionar aspectos da experiência. Conforme Halliday são três as representações feitas por meio dos processos relacionais: a) processo relacional intensivo: X é Y; b) processo relacional circunstancial: X está em Y; e c) processo relacional possessivo: X tem Y.

Além dos materiais, mentais e relacionais, há outros processos, localizados em posições intermediárias a eles:

- **Processos comportamentais**, localizados entre os materiais e mentais, são aqueles que exprimem o comportamento fisiológico e psicológico, como, por exemplo, *tossir, respirar, observar, sonhar.*
- **Processos verbais**, localizados entre os mentais e os relacionais, são aqueles que se situam no âmbito do dizer, como, por exemplo, *pedir, informar, dizer e perguntar.*
- **Processos existenciais**, localizados entre os materiais e os relacionais, são aqueles que constroem alguém ou algo no âmbito do existir, como, por exemplo, *haver e existir.*

Todos esses processos possuem participantes que lhes são associados, de forma inerente ou não, e que constituem categorias semânticas capazes de representar, do ponto de vista linguístico, a realidade do mundo real interno ou externo às pessoas:

- **processos materiais:** *ator* (sempre inerente aos processos materiais), *meta* (um produto da ação ou algo afetado por ela), *beneficiário* (não-inerente aos processos, beneficiando-se deles [para quem?]), *extensão* ou *alcance* (especifica o campo de atuação dos processos, mas não se beneficia deles [subir o muro]) e *circunstâncias* (idéias de localização, tempo, modo, causa, companhia, ponto de vista, etc);

- **processos mentais:** *experienciador* ou *perceptor* (consciente) e *fenômeno* (o que se percebe);
- **processos relacionais:** *portador* e *atributo* (atributivos), *identificado* e *identificador* (identificativos) e *possuidor* e *possuído* (possessivos). Nas orações atributivas, o *portador* é o participante que se constrói na condição de adscrito a um atributo, enquanto que, nas orações identificativas, o participante *identificado* (aquele de conhecimento partilhado) é simbolizado pelo seu *identificador*, numa relação em que a uma *característica* é dado um *valor*.
- **processos verbais:** *emissor* (aquele que diz, afirma, relata), *locução ou verbiagem* (o que se diz) e *oração projetada* (frequentemente presente nas estruturas do discurso indireto);
- **processos existenciais:** *existente* e *circunstância*;
- **processos comportamentais:** *comportante* e *extensão e circunstância*.

Muitas vezes, contudo, a nossa experiência não pode de ser representada no âmbito de uma oração simples. Quando escolhemos as estruturas de orações complexas, escolhermos, semanticamente, conforme Halliday & Mattiessen (2004), a opção por representar o mundo em termos sequenciais. Desse modo, temos as relações construídas por meio de dois sistemas:

- sistema de interdependência: representado pelas relações *paratáticas*, quando as orações têm o mesmo estatuto de hierarquia; ou pelas relações *hipotáticas*, quando as orações têm diferentes estatutos de hierarquia, podendo ser identificadas como *dominante* (a principal) e *dependente* (a secundária);
- sistema lógico-semântico: representado pelas relações de *expansão*, quando uma oração *elabora* (desenvolve, redefine, clarifica algo presente na outra oração), *estende* (amplia, agrega algo presente na oração anterior) ou *realça* (agrega algo — geralmente uma referência de tempo, modo, condição, causa — à outra oração); ou representado pelas relações de *projeção*, quando uma oração representa a *locução* de um processo verbal de uma outra oração ou representa a *ideia*, a projeção de um processo mental de uma outra oração.

Em resumo, o sistema de interdependência estabelece o tipo de relação entre orações, enquanto que o sistema lógico-semântico estabelece a natureza dessa relação. Segundo Thompson (2004), trata-se da quarta metafunção, que lida com as relações entre orações, e não dentro delas.

1.3.2 Metafunção interpessoal e sistema de modo (*mood*)

A metafunção Interpessoal capacita as pessoas a exercerem um papel de fala na interação com o seu interlocutor, apoiado na gramática da oração e seus sistemas de modo e modalidade. Por *papel de fala* Halliday (1994) entende os dois grandes processos de *dar* ou *pedir informação* ou de *dar* ou *pedir bens e serviços*. Associados, esses dois papéis de fala definem as *quatro funções da fala*: oferta, ordem, declaração e pergunta. Veja a seguir o quadro que resume os papéis de fala, conforme Halliday (1994, p. 69):

Papel na troca	Produto trocado	(a) bens & serviços	(b) informação
	(i) dar		“oferta” você quer este bule?
(ii) pedir		“ordem” Me dá aquele bule!	“pergunta” O que ele está dando a ela?

Quadro 2 - Demandas e pedidos de bens & serviços e de informações (Halliday, 1994)

Quando o falante ou escritor faz uso de estruturas linguísticas para dar ou pedir informações, a oração assume gramaticalmente a forma de uma **proposição**, cujo conteúdo pode ser negado, contestado, entre outras possibilidades, pelo ouvinte ou leitor. Para dar ou pedir bens e serviços, contudo, o mesmo falante faz uso da língua

como **proposta** e, neste caso, a oração assume função semântica distinta da que se verifica na troca de informações.

O sistema de modo⁸ (*mood*) é essencial para o desempenho dos papéis de fala e de suas funções, tendo em vista que as escolhas gramaticais dos elementos que compõem esse sistema é que determinam em que posição estão aqueles que dão ou pedem bens & serviços ou informações. O sistema de modo (*mood*) traz consigo a carga de argumentação da oração e se constitui de duas partes: o *sujeito*, um grupo nominal, e o *finito*, a parte não lexical do verbo, mas responsável por circunscrever o conteúdo de uma oração numa dimensão temporal específica, expondo-o ao filtro das discussões entre os falantes.

No sistema de modo (*mood*), também estão localizadas as categorias *modalidade* e *polaridade*. A primeira localiza o grupo verbal no âmbito das probabilidades, das possibilidades e das obrigações; a segunda o faz em termos dicotômicos do “sim” e do “não”. A polaridade é o sim ou não; a modalidade é o que está entre esses dois polos. Quando a oração é uma proposição (troca de informação) a modalidade é denominada de **modalização**; quando a oração é uma proposta (troca de bens & serviços), a modalidade é denominada de **modulação**. Na estrutura de uma oração, tudo o que não compõe o *mood* faz parte do chamado resíduo: o *predicador* (o verbo léxico), o *complemento* e os *adjuntos circunstanciais*.

⁸ Na referência ao sistema de modo (sujeito + finito), o termo *mood* é mantido em inglês e em itálico para evitar possíveis confusões com o modo verbal e com o “modo” (uma das variáveis do “contexto da situação”).

1.3.3 Metafunção textual e sistemas temático e de informação

A metafunção textual nos capacita a representar a nossa experiência e a exercer papéis de fala na forma de textos coesos e coerentes, sempre ajustados à situação contextual, apoiados nos *sistemas temático e de informação*. O sistema temático relaciona-se com a organização “dentro de orações” e “entre orações” na perspectiva da construção dos textos, dado que o seu ponto de partida funcional, o **tema**, tem a ver com que o foi dito antes; a tudo que não é o ponto de partida da oração dá-se o nome de **rema**.

Quando a mensagem é vista sob o ponto de vista da proeminência da informação e o seu consequente grau de novidade, ela se apóia no sistema de informação, em que as categorias a serem observadas serão o **dado** (elemento conhecido) e o **novo**.

1.3.4 Sistema de avaliatividade

Segundo Vian Jr. (2009), a avaliatividade (*appraisal*) é um sistema localizado na “interface entre semântica do discurso e léxico-gramática”. A avaliatividade só adquire importância porque interagimos e, na interação, sentimo-nos impulsionados a negociar. Segundo Vian Jr. (2009, p. 2), “tais avaliações evidenciam, em termos léxico-gramaticais, os tipos de atitudes negociadas no texto, bem como a força dos sentimentos em relação aos objetos de avaliação”.

A avaliatividade diz respeito ao conjunto de recursos linguísticos por meio dos quais nós nos posicionamos ou negociamos valores, expressamos pontos de vista e deixamos transparecer nossas avaliações e posições ideológicas. A avaliatividade está associada às diversas maneiras por meio das quais nós (pelos nossos pontos de vista) nos imiscuímos nos textos, deixando neles nossas marcas e fazendo deles algo mais do que a mera realização empírica de mensagens.

Conforme Martin & White (2005), a avaliatividade “se ocupa da linguagem da valoração, da atitude e da emoção, e do conjunto de recursos que explicitamente

posicionam de maneira interpessoal as propostas e proposições textuais”. São três as grandes dimensões semânticas do sistema de avaliatividade — *atitude*, *gradação* e *compromisso ou engajamento*:

- **Atitude:** significados por meio dos quais valores ou avaliações são atribuídos aos processos ou participantes. A dimensão de atitude divide-se em três subsistemas: *afeto*, quando fenômenos são caracterizados sob o crivo da emoção; *juízo*, quando comportamentos são avaliados sob o prisma das condutas sociais; e *apreciação*, quando objetos e produtos são avaliados sob o ponto de vista estético.
- **Gradação:** significados de valor disponíveis, semanticamente, em uma escala de grau. A gradação divide-se em duas dimensões: *força*, quando fenômenos e comportamentos são intensificados, enfatizados e potencializados; e *foco*, quando significados recebem tratamentos ambíguos ou evasivos. O foco diz respeito à intensificação de categorias que não podem ser dispostas em uma escala de grau.
- **Engajamento:** significados construídos por meio de recursos retóricos para a expressão do grau de envolvimento do falante em relação ao que foi dito.

Existe um refinamento dessa divisão, com detalhamentos que buscam apreender as maneiras como nos colocamos nos textos, como nos instauramos neles. Para os objetivos deste trabalho, não julgo ser necessário o delineamento dessa divisão, tendo em vista que a análise aqui desenvolvida não é o que se pode chamar de um exame da avaliatividade dos dados que compõem o *corpus*. Levarei esse sistema em consideração apenas na medida em que ele é relevante para a construção da argumentação nos textos.

1.4 Resumo do capítulo

Neste capítulo, que se constitui na primeira parte do referencial teórico, foi interpretada parte dos conceitos essenciais para este trabalho, especialmente no que se refere à concepção de linguagem como elemento participante dos processos de interação, como momento das práticas sociais e na condição de semiótica social. Esse recorte teórico acarreta consequências quanto à noção de sujeito, tomado como aquele constituído também pela linguagem e capaz de construir linguisticamente o outro da interação.

Outro acarretamento daquelas concepções de linguagem é a definição de discurso como modo de representação, para além da representação do pensamento. Uma representação que inexoravelmente transforma aspectos da realidade, por meio do crivo de crenças e de valores. Portanto, um discurso que se compõe ideologicamente e que, por sua vez, compõe ideologicamente os sujeitos.

Essas concepções de linguagem, sujeito e discurso incidem nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso Crítica (ADC) e da Linguística Sistemico-Funcional (LSF): a primeira, de caráter transdisciplinar, busca interpretar, entre outros, a linguagem em contato com outros elementos das práticas sociais, as afetações dialéticas que cada momento sofre em relação aos demais e o discurso compreendendo modos de representar; a segunda, a partir da convicção de que as estruturas linguísticas têm reciprocidade com os aspectos sociais, projeta uma engenharia da linguagem na condição de semiótica social, um conjunto de sistemas e de metafunções submerso nos contextos de situação e de cultura.

O próximo capítulo é dedicado à revisão teórica acerca da categoria dos gêneros textuais, seus propósitos acionais, sua composição retórica e composicional e sua participação na organização da sociedade.

Capítulo 2

Gêneros:

textos e discursos como modos de ação

Segunda parte dos estudos teóricos, este capítulo é dedicado à categoria dos gêneros. Central para esta argumentação, tal categoria gênero será abordada a partir: (i) das suas concepções como modo de ação nas práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2001, 2003 e 2006; MILLER, 1994; BAZERMAN, 2005 e 2006; DOLZ & SCHNEUWLY, 2010; MARCUSCHI, 2008); (ii) da sua atualização situada, cultural e histórica (BAKHTIN, 2000 e 2010b; FAIRCLOUGH, 2003 e 2006; MARCUSCHI, 2008); (iii) dos seus aspectos composicionais e infraestruturais (ADAM, 2008; BAKHTIN, 2010; BATHIA, 1997; SWALES, 1990; BRONCKART, 1999; FAIRCLOUGH 2001 e 2003; MARCUSCHI, 2005 e 2008); e (iv) da sua configuração multimodal (KRESS & VAN LEEUWEN, 2006; KRESS, 2010; JEWITT & KRESS, 2008).

2.1 Gêneros: ações e funções na organização social

Antes que o Vesúvio transformasse Pompeia num grande sítio arqueológico, alguns pompeanos costumavam fazer inscrições nas paredes, muros e portas de banheiros para expressar revolta, vender produtos, promover candidatos, satirizar autoridades, ofender pessoas, anunciar serviços, entre outros. Eram os *grafitti de Pompeia*⁹ — um dos poucos registros do latim vulgar, aliás —, que as cinzas daquele vulcão não foram capazes de riscar da história. *Grafitti*, a forma plural, poderia ser tomada, hoje, como uma etiqueta para contemplar as diversas funções que tinham aquelas inscrições populares. A cada uma daquelas ações correspondia um gênero; o que os pompeanos imprimiam com carvão era, na verdade, *protestos, anúncios, slogans, propagandas, sátiras, xingamentos*.

As formas parietais que conjugavam desenhos e linguagem “errada” do povo ilustram as necessidades remotas que o homem tem de organizar a interação e a sociedade. Há no caso dos *grafitti* de Pompéia outras questões relevantes acerca dos gêneros: eles emergem em contextos específicos, são produzidos por sujeitos específicos e circulam em lugares, meios físicos, específicos e em textos específicos. Até hoje é assim: onde houver alguém atuando, num lugar determinado, com um propósito de comunicação definido, haverá um gênero protagonizando, ou coadjuvando, essa atuação. A convicção de que a ação humana para fins sociocomunicacionais é enredada, envencilhada com a ação dos gêneros textuais é o fio condutor para a consideração deles neste trabalho; e essa convicção foi determinante para a escolha das contribuições teóricas aqui arroladas.

O costume milenar das inscrições em muros e paredes, hoje oscilando entre as pechas de “arte” ou “vandalismo”, é um exemplo de como os gêneros organizam a nossa interação e participam da organização social. Vejamos esse último aspecto: os plebeus de Pompeia, falantes do inovador e vivo latim vulgar, não poderiam atuar, para os fins anteriormente mostrados, por meio de gêneros do chamado latim literário, o latim escrito e cristalizado na obras de Cícero, Horácio e Virgílio. Há aqui uma oposição entre o que se produzia, e que se produz, nos contextos das ruas e entre os

⁹ Cf. FUNARI, Pedro Paulo A.. *Antiguidade Clássica: a história e a cultura a partir dos documentos*. Campinas: Editora Campinas, 2003.

contextos dos então ginásios. A organização social das ruas ou das academias científicas é construída por gêneros distintos, porque essa organização tem propriedades distintas. É assim desde Pompeia — e mesmo antes dela — e até hoje. Os grafiteiros e os pichadores contemporâneos, normalmente, não fazem uso da norma padrão da língua, pois eles querem a comunicação imediata, real, limpa de rebuscamentos e de construções sintáticas na iminência do desuso. Os pichadores querem transgredir, insultar, ofender e, para isso, há modelos de textos disponíveis na sociedade, historicamente criados para tais propósitos. Esses mesmos pichadores, quando no papel de alunos, por exemplo, e diante da necessidade de elaboração de um trabalho final, não poderão fazê-lo por meio de protestos, insultos ou manifestos. Estarão submetidos às regras da academia e à necessidade de produção de determinados textos, orientados por gêneros predefinidos.

A distinção entre os gêneros que constroem organizações sociais distintas, como as verificadas no exemplo das ruas ou das academias científicas, nem sempre parte de um processo consciente. Temos uma percepção empírica acerca dos “modelos” de textos de que dispomos para a nossa atuação, sabemos o que alguns deles nos possibilitam em termos de ação social e comunicativa e percebemos aspectos que localizam esses modelos em relação aos seus potenciais produtores, leitores e lugares onde eles são produzidos e circulam. Embora prevaleça nas nossas interações cotidianas essa percepção empírica em torno dos gêneros, é cada vez mais constante a preocupação teórica para com esta categoria.

A percepção de que os textos apresentam organizações diversas tem registros desde Aristóteles, no século III a.C (D’ONÓFRIO, 1997). De alcance literário, e tendo a arte como mimese da realidade, a então incipiente Teoria dos Gêneros classificou as obras produzidas a partir de dois grandes aspectos: o *objeto da imitação*, que poderia ser a imitação de ações nobres (poesias épica e trágica) ou de ações triviais (poesias cômica, satírica e lírica); e o *modo da imitação*, que, a depender do ponto de vista do poeta, poderia ser o *genus narrativum* (o poeta fala em terceira pessoa), *genus lyricum* (o poeta fala em primeira pessoa) e *genus dramaticum* (o poeta fala por meio de personagens).

A proposta aristotélica foi bem-sucedida por muito tempo, embora projetasse a figura de uma arte muito obediente aos preceitos formais da sua divisão tripartite. A

insurgência contra tal proposta e, conseqüentemente, contra a concepção de um poeta “artífice” começa a ser forjada pelo movimento *Sturm und Drang*¹⁰, que possibilitou à estética romântica questionar os entraves que a rigidez clássica impunha à criação literária. Assim, os modelos aristotélicos, rigorosos na sua classificação, foram dando lugar a modelos mais miscigenados, embora influenciem as produções literárias até os dias de hoje.

Para além do universo da arte literária, a tradição dos estudos dos gêneros encontra em Bakhtin um precursor. Sua concepção que denota a existência de “tipos relativamente estáveis de enunciados” é referência para muitos dos estudos posteriores desta problemática. Bakhtin (2000, p. 301) propõe que

para falar, utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso, em outras palavras, todos os nossos enunciados dispõem de uma forma padrão e relativamente estável de estruturação de um todo. Possuímos um rico repertório dos gêneros do discurso orais (e escritos). Na prática, usamo-los com segurança e destreza, mas podemos ignorar totalmente a sua existência teórica.

Os gêneros do discurso têm papel fundamental no processo de interação social, uma vez que o seu prévio conhecimento por parte dos interlocutores os predispõe a uma série de estratégias discursivas. Segundo Bakhtin (ibidem, p. 301), “o querer-dizer do locutor se realiza acima de tudo na escolha de um gênero do discurso”. Para o pensador russo, essa escolha é feita conforme as situações específicas de comunicação. Ao ampliar a abordagem dos gêneros e atingir as nossas interações sem fulcro estético e artístico, Bakhtin inicia o debate do papel que os gêneros, a que ele chama discursivos, desempenham na vida cotidiana. Para ele, os gêneros são multiformes porque assim o são as atividades humanas e os campos da atividade humana.

O que pretendo explorar nesta seção é esse papel que os gêneros desempenham em termos das nossas atividades sociais, às vezes sendo tomados como a própria atividade humana em dados contextos. Em outras palavras, é importante frisar que os gêneros são elementos da sintaxe social e, dependendo do arranjo, são meios indispensáveis para as estratégias da nossa interação. Outros elementos dessa sintaxe

¹⁰ Movimento do romantismo alemão que, no século XVIII, opôs-se ao racionalismo impetrado pelo iluminismo e pelo classicismo. O movimento, em resumo, existia em prol de uma poesia espontânea e livre do rigor métrico.

social seriam as questões institucionais, ritualísticas, tecnológicas, entre outras, que, numa relação de coordenação ou de subordinação entre si, garantem o texto da sociedade e da interação sociocomunicativa.

Segundo Marcuschi (2008, p. 17), os gêneros são “formações interativas, multimodalizadas e flexíveis de organização social e de produção de sentidos”, são modos de “atuação sociodiscursiva numa cultura”, o que nos permite reiterar o papel dos gêneros na tessitura social. Além disso, essa definição não limita os gêneros como entidades unicamente linguísticas. Penso que admitir isso significa dizer que os gêneros têm motivações e consequências civis, institucionais, legais, econômicas etc; que os gêneros, associados àqueles elementos, podem estabelecer relações e legitimar propósitos.

Para ilustrar essas propriedades mencionadas acima, vejamos o exemplo do *Requerimento de Registro de Candidatura*. O propósito de um candidato em disputar um cargo eletivo, em qualquer esfera do Poder Legislativo ou do Executivo, só pode ser viabilizado, do ponto de vista legal, se, no período estipulado pelo calendário eleitoral, o pretendente preencher e registrar o citado *requerimento*. Do contrário, jamais será candidato, sua posição política será a de pré-candidato, a de quem deseja ser, desejo para o qual não necessita do crivo de gênero algum. Preenchido, registrado e aceito o *Requerimento de Registro de Candidatura*, o agora candidato gozará de algumas prerrogativas, tais como o direito de ser votado, a suscetibilidade de ser eleito, a possibilidade de ser diplomado, até chegar ao exercício legítimo de governar ou de representar o povo. Relações congêneres são aquelas estabelecidas por certidões de casamento, de nascimento, de óbito, de pobreza, no âmbito civil; por batistérios e certidão de casamento, no âmbito religioso; por formulário de matrículas, certificados/diplomas no âmbito acadêmico, entre outros.

A profusão de gêneros existe na extensão do que necessitamos para agir e para cumprir e questionar preceitos sociais. Por isso, eles não são apenas linguagem e não estão a serviço unicamente da interação verbal. Na construção da sintaxe social, e na interface com outros elementos que a compõem, eles vão possibilitando as relações que queremos, precisamos ou somos obrigados a estabelecer quando realizamos práticas sociais civis, políticas, religiosas e jurídicas, por exemplo.

É possível estabelecer um diálogo entre essa questão e o conceito de *tipificação*, proposto por Bazerman (2005), em cuja abordagem os gêneros são tratados como fatos sociais sobre atos de fala. Fatos sociais são “as coisas que as pessoas acreditam que sejam verdadeiras e, assim, afetam o modo como elas definem uma situação” (BAZERMAN, 2005, p. 19-46). Gêneros, nesse sentido, são fatos sociais sobre atos de fala que podemos realizar, em conformidade com a contribuição de Austin; e o processo por meio do qual nos direcionamos a formas padronizadas capazes de realizar determinadas ações e de compreendermos padronizadamente determinadas situações constitui a tipificação. Ou seja, gêneros tipificam e são tipificados por dadas circunstâncias em que agimos por meio deles; eles são “parte do modo como os seres humanos dão forma às atividades sociais”. O caso do registro de candidatura é um exemplo de atividade social originada pela ação tipificada de um gênero específico.

A definição de fato social para gêneros reitera a posição teórica segundo a qual eles não tipificam unicamente os textos, mas também as ações e situações em que atuamos. Para Bazerman, aliás, um *conjunto de gêneros*, por exemplo, é capaz de definir boa parte do que somos em termos profissionais. E um *sistema de gêneros*, compreendendo alguns conjuntos de gêneros próprios de pessoas que juntas trabalham e que mantêm relações profissionais padronizadas, é parte do conjunto de atividades que marca a atuação dessas pessoas no trabalho. Quando se identifica um sistema de gêneros, no presente caso, identifica-se “um *frame* que organiza” o trabalho e as realizações que lhe são pertinentes.

O vínculo entre ação e tipificação está presente na crítica retórica. Miller (2009, p. 22-58) considera que gêneros representam ações retóricas tipificadas; que eles são meios retóricos que medeiam as nossas intenções individuais e as exigências sociais; que eles ligam “o singular com o recorrente”. Essa autora defende que

aquilo que aprendemos quando aprendemos um gênero não é apenas um padrão de formas ou mesmo método de realizar nossos próprios fins. Mais importante, aprendemos quais fins podemos alcançar: aprendemos que podemos elogiar, apresentar desculpas, recomendar uma pessoa para outra, assumir um papel oficial, explicar o progresso na realização de metas. Aprendemos a entender melhor as situações em que nos encontramos e as situações potenciais para o fracasso e para o sucesso ao agir juntamente. (cf. 2009, p. 44)

A ação que constitui o gênero é a tônica presente também nas proposições de Hanks. Num cotejo entre as posições de Bakhtin e de Bourdieu, Hanks (2008, p. 84-117) propõe que os gêneros são os produtos da ação e os instrumentos para a ação no interior dos eventos objetivos¹¹; e que são parte da “organização do *habitus* linguístico”. Isso significa que os gêneros transitam entre o que é potencialmente funcional é o que é efetivamente realizado em termos de situações históricas específicas, o que lhes garante uma condição aberta, e não de classes fechadas e definitivamente prontas; uma condição que os expõe à “inovação, à manipulação e à mudança”.

Os gêneros formam uma classe aberta, e nesse sentido instável, porque se subordinam às transformações por que passa a sociedade e porque não existem dissociados das questões tecnológicas, por exemplo, que fazem surgir novas demandas de interação, novos suportes e mídias que viabilizam a produção, a distribuição e o consumo de novos gêneros e, conseqüentemente, novos rearranjos nas práticas sociais e nas maneiras de praticá-las. Esse processo que inexoravelmente faz surgir, desaparecer ou transformar alguns gêneros pode ser observado na composição dos eventos eleitorais. Cada vez mais as eleições brasileiras vão se tornando eletrônicas, o que faz com que práticas eleitorais tais como realização de comícios e distribuição de panfletos passem por um processo de extenuação. Por outro lado, a prática dos candidatos vai sendo parcialmente viabilizada pela ação que os gêneros como *anúncio comercial*, *correio eletrônico* e *mensagens no Twitter* possibilitam em termos da promoção política.

Mesmo que as transformações “nas” e “das” práticas ou dos eventos sociais não criem necessariamente novos gêneros, penso que elas precipitam uma espécie de *reaplicação* deles, que seria a transposição de gêneros próprios de determinadas práticas para outras; o que ocasiona, por sua vez, uma espécie de *refuncionalização* desses gêneros. Enviar cartões de aniversário a eleitores, por exemplo, tem sido uma prática recorrente da promoção eleitoral. Do ponto de vista crítico, é muito improvável imaginar que os políticos queiram unicamente felicitar o aniversariante pela passagem

¹¹ Segundo Hanks (2008, p. 84), Bourdieu estabelece a seguinte distinção entre *habitus* e evento objetivo: “O primeiro é um ‘sistema de disposições permanentes e intercambiáveis... uma matriz de percepção, apreciação e ação’. Corresponde às formas e artifícios discursivos convencionais de Bakhtin, os quais possuem um potencial funcional inerente, mas uma força comunicativa somente quando usados. O ‘evento objetivo’ bourdieusiano é a ocorrência situada e real em que o sistema é realizado, a qual ‘requer, ou exige, uma resposta específica”.

desta data tão especial. No disfarce ideológico que desconsidera a privacidade, podemos dizer que o cartão deixa de ter como interlocutores um amigo (ou parente) e quem celebra aniversário, passando a relacionar, nestas posições, um candidato e um eleitor. De todo modo, isso ilustra de que maneira o gênero *cartão de aniversário* vem sendo re praticizado para o alcance político e refuncionalizado para atingir os propósitos da propaganda eleitoral.

Os processos de re praticização¹² e refuncionalização são fatores que impossibilitam a determinação numérica dos gêneros textuais, e isso ocorre porque também parecem ser indetermináveis as transformações por que passam e passarão as demandas sociais e discursivas típicas das práticas sociais de que participamos. Os gêneros localizam as práticas linguísticas no âmbito das estratégias, e não das regras, e, ao atuarmos no papel de estrategistas, nos embrenhamos no que há de previsto e imprevisível nisso, porque, embora os gêneros representem elementos convencionados, eles não são imunes às interferências que as nossas intenções políticas e ideológicas particularizadas podem ocasionar.

Do ponto de vista cognitivo, essas estratégias seriam táticas que empreendemos para o atingimento dos nossos propósitos, conforme Bhatia. Ao questionar “Por que os membros de comunidades discursivas específicas usam a língua da maneira como fazem?”, Bhatia (1997, p. 102) sugere que uma possível resposta não se encerra nos aspectos socioculturais; e que possivelmente os fatores táticos na construção dos gêneros, bem como a interpretação e o usos dessas táticas expliquem a “popularidade” que os gêneros suscitam nos estudos do discurso e da comunicação.

Apesar de o enfoque sobre os gêneros neste trabalho não ser o cognitivo, considero a perspectiva de Schneuwly uma importante contribuição para a abordagem de gêneros como ação. Ao fazer a equivalência entre gêneros e *instrumentos* (ferramentas), Schneuwly (2004) propõe que as atividades, sob o interacionismo social, são tripolares: *sujeitos* agem, por meio de *instrumentos*, em *situações* específicas. Por seu turno, os instrumentos têm duas dimensões: são artefatos culturais, materiais e simbólicos, mas também constroem esquemas de utilização, que são plurifuncionais. Só

¹² No Capítulo 4, retomo e desenvolvo mais a discussão em torno do processo de *re praticização*, alegando que ele envolve a transposição de práticas sociais e de práticas discursivas ligadas intrinsecamente a determinados gêneros, e não simplesmente o deslocamento dos gêneros de um “lugar” de para outro.

assim, um instrumento pode ser considerado um elemento apto a mediar e transformar a atividade.

Dolz & Schneuwly (1987, apud Schneuwly, 2004) propõem que as estruturas genéricas são definidas em termos da sua função, denominada de *plano comunicacional*. Ao defender que gêneros são instrumentos, e que estes passam por esquemas de utilização, Schneuwly (2004) advoga a dinamicidade existente na ação mediada. Mais do que isso, Schneuwly (2004, p. 24-25) argumenta que

esse esquema de utilização funciona igualmente em outro sentido: uma situação pode ser concebida, conhecida como uma situação de linguagem que suporta uma ação de linguagem de um certo tipo, somente na medida em que um gênero está disponível. Os gêneros prefiguram as ações de linguagem possíveis: a existência do romance, seu conhecimento, senão seu controle pelo menos parcial, é a condição necessária da ação discursiva “escrever um romance”, assim como o conhecimento e o controle do machado são condições necessárias da ação de “cortar uma árvore”.

A centralidade da ação nas definições de gênero também é a base para as abordagens críticas dos estudos discursivos. Fairclough (2003, p. 28), ao distinguir gêneros, discursos e estilos, define que eles são, na ordem, *modos relativamente estáveis e duráveis de agir, de representar e de ser*, que juntos são os elementos da ordem de discurso nas práticas sociais. Ordens de discurso, numa abordagem expandida da tradição foucaultiana, não são meros conjuntos daqueles três elementos, mas articulações entre eles em redes de relações particulares. Ordens de discursos são, por exemplo, conforme Fairclough (2006, p. 31), momentos discursivos ou semióticos de uma instituição, dentro da qual podemos distinguir discursos, gêneros e estilos característicos a cada uma.

A ação, para Fairclough (2003, p. 29-86), diz respeito à relação com os outros, sobre eles e com o poder. Fairclough — segundo quem gêneros são “especificamente aspectos discursivos das formas de agir e interagir no curso dos eventos sociais” e “realizados em significados acionais e nas formas de um texto” — estabelece uma conexão entre gêneros e significados acionais, discursos e significados representacionais, estilos e significados identificacionais. Essas categorias mantêm uma relação dialética, e tal abordagem vincula-se à proposta hallidayana das metafunções

interpessoal, textual e ideacional, acrescentado-lhe um olhar mais específico ao debate sobre as construções de identidades.

A posição de Fairclough segundo a qual os gêneros se realizam também nas formas de um texto possibilita entrarmos de agora em diante nas questões que envolvem as estruturas de composição dos gêneros, bem como do papel que formações mais abstratas exercem no que se pode definir em termos da infraestrutura deles.

2.1.1 Gêneros e estruturas funcionais

Nesta seção, meu olhar focaliza os textos. Mais especificamente o que eles representam em termos da engenharia e da arquitetura presentes na edificação dos gêneros, distinguindo neles elementos mais à mostra de outros menos evidentes na estrutura composicional. Essa distinção está na base do que proponho chamar de *estruturas funcionais*, discriminando, para fins analíticos, o que é visível na materialidade dos textos daquilo cuja visibilidade não é tão imediata.

Por que “estruturas”? E por que “estruturas funcionais”? Evitei o termo “estrutura” para não insinuar uma concepção de produto, de resultado; ao contrário de “estruturação”, que remete a processo, neste caso, aos processos de composição dos textos, que sempre se orientam por gêneros. E “estruturas funcionais” para escapar da ideia de “estrutura pela estrutura”, e, principalmente, para não sugerir que as formações textuais são desprovidas de qualquer função e que somente os gêneros são funcionais.

As *estruturas funcionais* contemplam o conjunto de aspectos retóricos e de textualizações que se combinam e confluem para possibilitar a construção dos primeiros seguimentos¹³ textuais, fazendo com que eles, predominantemente, cumpram funções argumentativas, narrativas, injuntivas, expositivas/explicativas, dialogais ou

¹³ O uso “seguimentos textuais”, e não “segmentos textuais”, justifica-se para remeter às noções de “processo”, de “produção” e “prosseguimento”, e não simplesmente de “pedaço” ou “trecho” como o termo “segmento” pode sugerir.

preditivas¹⁴. As *estruturas funcionais* também abrangem aspectos característicos e elementos composicionais que, muitas vezes, nos indiciam o próprio gênero em que o texto se apresenta ou que marcam uma espécie de paradigma para a produção e recepção de alguns deles, como, por exemplo: a saudação dos gêneros epistolares, o “alô” das conversas telefônicas, o “era uma vez” dos contos de fada, o “está no ar” de alguns programas de televisão e de rádio, o “você já ouviu a última do papagaio” das piadas com este temática, o “aos vinte e um dias do mês tal, reuniram-se” das atas, a “moral” das fábulas, e assim por diante.

A argumentação que construo nesta seção concentra-se, assim, no que denominei de *estruturas funcionais*, que são um rótulo para abarcar, e não substituir, algumas importantes contribuições e denominações teóricas, tais como as estabelecidas por Marcuschi (2005 e 2008), Biber (1988) e Koch & Fávero (1987) para *tipos textuais*; por Swales (1990) e Fairclough (2003) para *pré-gêneros*, por Adam (2008) para *seqüências textuais*; por Bhatia (1997) para *processos retóricos*; por Jordan (1997) e por Trimble (1989) para *funções retóricas*; e por Werlich (1983) para *categorias ou tipos de texto*. Ao resenhar essas contribuições, busco enfatizar a complexidade em torno de tais categorizações e, conseqüentemente, a falta de consenso sobre elas. De todo modo, existe um ponto em comum: há formações que participam da estrutura de composição dos textos e tais formações são em número reduzido. Há discrepâncias sobre a quantidade, mas há consenso sobre a existência calculável e identificável delas.

Biber (1989, apud Paltridge, 2002, p. 73-90) estabelece que o gênero caracteriza o texto nos seus aspectos externos e que os tipos o fazem no âmbito interno. Os tipos constituem modos retóricos e padrões discursivos, independentemente dos gêneros, neles, entretanto, se atualizando. Contudo, gêneros e tipos “representam diferentes, porém, complementares, perspectivas sobre textos”. Paltridge (2002, p. 77) confere aos gêneros um estatuto de “formas convencionadas de textos que refletem os objetivos de

¹⁴ Eu não incluo a descrição neste rol das *estruturas funcionais* por concordar com a proposta de Bronckart (2009), segundo a qual a descrição, muitas vezes, tem um estatuto secundário ou, ainda, está relacionada a outras seqüências “principais”. Conforme Bronckart (2009, p. 235) as descrições quase sempre são “articuladas a (ou inseridas em) outras seqüências (narrativa, explicativa, argumentativa, dialoga) e apresentam-se, portanto, como **secundárias** ou **relacionadas** a essas seqüências principais”.

comunicação de situações sociais particulares” e os tipos de textos como “tipos básicos de expressão retórica”.

Ao tecerem discussões sobre tipologia textual, Koch e Fávero (1987) afirmam que ela deve ser feita associada à tipologia discursiva, que reuniria aspectos das condições de produção do texto. Apoiadas na interdependência de dimensões pragmáticas, cognitivas ou esquemáticas adquiridas culturalmente, além de dimensões linguísticas, Koch e Fávero (1987, p. 5-8) estabelecem que os tipos textuais são o *narrativo*, *descritivo*, *explicativo* ou *expositivo*, *argumentativo stricto sensu*, *injuntivo* ou *diretivo* e *preditivo*.

Outra importante contribuição na definição e caracterização dos tipos textuais no Brasil tem sido feita por Marcuschi (2005 e 2008a), para quem o tipo textual pode ser definido pela sua natureza linguística, por aspectos de ordem lexical, lógica e sintática subjacentes à organização do texto. Marcuschi (2008a, p. 154) argumenta que o tipo se caracteriza mais como “sequências linguísticas (sequências retóricas) do que como textos materializados; a rigor, são modos textuais”. Para ele os tipos são categorias limitadas e “sem tendência a aumentar”, designadas como *exposição*, *descrição*, *narração*, *argumentação* e *injunção*. Conforme Marcuschi, para identificação dos tipos, as definições de natureza linguísticas são norteadoras, enquanto os gêneros se norteiam por “padrões comunicativos, ações, propósitos e inserção sócio-histórica”.

A noção de sequência linguística é uma das contribuições teóricas de Jean-Michel Adam. Distinguindo períodos, “unidades textuais frouxamente tipificadas”, de sequências, unidades tipificadas e “mais complexas”, Adam (2008, p. 204) propõe que as sequências “são unidades textuais complexas, compostas por um número limitado de conjuntos de proposições-enunciados: as macroproposições”, que, por sua vez, adquirem sentido quando relacionadas a outras macroproposições na complexidade hierárquica da sequência. Para Adam, uma sequência é estrutural por duas razões: a) ela tem uma configuração hierárquica, sendo analisável nas partes que a constituem; e b) ela é “relativamente” autônoma, tendo uma organização interna, numa relação de “dependência-independência” com o conjunto mais amplo de que faz parte, que é o texto.

As macroproposições, dentro da organização de uma sequência, são dependentes de combinações “pré-formatadas” de proposições, correspondentes a cinco tipos

macrossemânticos memorizados “por impregnação cultural (pela leitura, escuta e produção de textos)”, e que são denominadas *narrativa*, *argumentativa*, *explicativa*, *dialogal* e *descritiva*. No texto, tais proposições pré-formatadas são transformadas para a estruturação das informações.

A teoria das sequências, proposta por Adam, é uma resposta, segundo ele, “à excessiva generalização das tipologias de texto”, propostas por Werlich (1975). As sequências, “formas elementares de textualização”, correspondem a uma extensão da teoria psicognitiva dos esquemas, entre cujos representantes estão Bartlett (1932), Kintsch e Van Dijk (1983). Para esta teoria, sentidos e valores ilocucionais são atribuídos às proposições, que são guardadas na memória para serem integradas a outros enunciados e, finalmente, reconhecidas semanticamente como organizações convencionais. Adam, contudo, faz uma ressalva à teoria psico-cognitiva dos esquemas, porque ela abarca tanto a narração e argumentação, por exemplo, quanto o soneto.

Adam também considera importante a relação entre as sequências e os enunciados assertivos, que devem passar por uma redefinição. Se o objetivo das asserções é o de “fazer compartilhar uma crença, de convencer um destinatário da consistência de uma representação discursiva”, conforme Adam (2008, p. 206), o objetivo último das asserções narrativas, descritivas, argumentativas e explicativas é a ação, a indução a um certo comportamento, pois elas se localizam entre a intenção ilocucionária e a intenção do ato assertivo.

Feitas essas observações, Adam propõe os cinco tipos básicos de sequências, resumidas a seguir:

- Sequência narrativa: caracteriza-se, primordialmente, pela exposição de ações e eventos. As primeiras exigindo um agente, e os últimos ocorrendo como causas, sem necessariamente a intervenção de um agente. As construções narrativas diferem de acordo com o grau de narrativização, que vão desde as simples sequências de ações e eventos até os movimentos que obedecem a constituições hierárquicas.
- Sequência argumentativa: caracteriza-se pela demonstração/justificação de teses e pela refutação delas, numa sucessão que envolve as fases de premissa, exposição de argumentos, de contra-argumentos e de conclusão.

- Sequência explicativa: caracteriza-se pela constatação de que fenômenos, naturais ou não, muito embora se apresentem de maneira incontestável, são incompletos e, assim, precisam de respostas, de explicitações das causas, razões envolvidas nos fenômenos.
- Sequência dialogal: caracteriza-se pela estruturação em turnos de fala, em que se produz um todo coerente. Desse modo, é preciso que os interactantes estejam envolvidos na conversação, do contrário, tratar-se-á de uma simples sucessão de falas.
- Sequência descritiva: caracteriza-se pelas fases de ancoragem, aspectualização e relacionamento de elementos. A descrição, muitas vezes, dá-se com base nas enumerações.

O trabalho de Adam percorre também as combinações de sequências do mesmo tipo ou de tipos diferentes, o que geralmente faz com que certas composições sejam proeminentes. Sob o ponto de vista da sua globalidade, o texto sempre tem um “efeito dominante”, o que nos permite afirmar que determinados gêneros são narrativos, explicativos, argumentativos, descritivos ou dialogais. Ainda há os textos em que se verifica uma estrutura não sequencial, com “percursos de leitura diferentes dos percursos lineares”, como nos casos dos poemas e os roteiros de peças teatrais.

Na sua teoria das sequências linguísticas, Adam não considera a injunção, por esta apresentar muitas variações na textualização em função dos gêneros, além de se aproximar bastante da organização descritiva, guiando-se, contudo, mais por ações do que por objetos. Para ele, as sequências apresentam formas mais regulares de composição.

Bronckart (2009), em relação à proposta de Adam, acrescenta-lhe a sequência injuntiva, por considerar que ela representa efeitos bastante diversos dos da descrição, sobretudo pelo querer influir na ação do “destinatário” e também pelas formas marcadas do verbo no imperativo ou no infinitivo, além de ausências circunstanciais de espaço e de tempo.

Além disso, Bronckart (2009, p. 138) estabelece uma outra dimensão na organização da infraestrutura textual. Trata-se da noção de *tipos de discurso*, baseada no que ele denomina de *mundos discursivos*. Os tipos de discurso são modos de

“semiotização ou de colocação em discurso”, são “formas dependentes dos recursos morfossintáticos de uma língua e, por isso, em número necessariamente limitado”. Os mundos discursivos representados com base na ancoragem de tempo e de espaço são os da ordem do NARRAR; os mundos discursivos apresentados “como sendo do mundo ordinário” são os da ordem do EXPOR. Essa proposta constitui uma reformulação dos mundos *narrado e comentado*, distinguidos por Weinrich, e dos mundos *atual e não atual*, distinguidos por De Both-Diez. Quando se trata da explicitação entre a representação e as ações de linguagem do mundo ordinário, os tipos de discurso podem, ou não, “implicar” os “parâmetros” dessas ações por meio dos dêiticos, que buscam integrar o conteúdo às suas condições de produção; ou podem se apresentar de forma autônoma, sendo a sua interpretação pouco dependente das condições de produção. Assim, Bronckart sintetiza em quatro os mundos discursivos: mundo do EXPOR implicado, mundo do EXPOR autônomo, mundo do NARRAR implicado e mundo do NARRAR autônomo. A eles correspondem, respectivamente, os quatro tipos básicos do discurso: *discurso interativo*, *discurso teórico*, *relato interativo* e *narração*. Tomando por base o francês, já que a constituição desses tipos é linguisticamente dependente das opções morfossintáticas de cada língua, Bronckart faz as seguintes caracterizações dos tipos discursivos:

- **discurso interativo:** particulariza-se pela presença de elementos da própria interação, real ou ficcional, tais como turnos de fala, tempos verbais no presente ou o passado composto (correspondente ao pretérito perfeito do indicativo no português), unidades que remetem ao tempo e ao espaço (e aos objetos da interação), nomes próprios, verbos, adjetivos e pronomes de primeira e de segunda pessoa do singular e do plural, entre outros;
- **discurso teórico:** particulariza-se, em princípio, pela ausência de frases não declarativas, pela prevalência de formas verbais no presente, quase ausência de verbos no futuro, ausência de elementos dêiticos que remetam a pessoas ou elementos espaço-temporais (com valor exofórico), de verbos, nomes próprios, pronomes e adjetivos de primeira e segunda pessoa do singular e do plural, pela presença de elementos de organização lógica e argumentativa, construções em voz passiva, entre outros;

- **relato interativo:** particulariza-se quase sempre pelas estruturas monológicas, pelas formas verbais no passado composto perfeito, do futuro e do futuro do pretérito, pela presença de organizadores temporais, de pronomes e adjetivos de primeira e segunda pessoa do singular e do plural, presença marcante de anáforas pronominais, entre outros;
- **narração:** particulariza-se pelas formas verbais no pretérito perfeito, no imperfeito, no mais-que-perfeito e no futuro do pretérito, pela presença de marcadores de tempo e espaço, presença de anáforas nominais e pronominais.

Bronckart reafirma, contudo, que os tipos de discurso ocorrem com as sequências linguísticas no nível da infraestrutura textual, mas estas se sobrepõem àqueles, pois as operações das sequências são criadoras de tensão, no caso da narrativa; “destinadas a fazer ver”, no caso da descrição; buscam fazer agir, no caso da injunção; querem convencer, no caso da argumentação; querem “resolver um problema”, no caso da explicação; e procuram controlar a interação, no caso da sequência dialogal. Além disso, Bronckart aponta que as sequências têm um estatuto dialógico, pois partem de decisões do agente produtor, orientadas pelas representações do destinatário e pelo que se busca.

Essa última constatação reafirma o meu posicionamento de que essas formações sequenciais, tipológicas e textualizações de natureza marcadamente linguísticas são funcionais. E que delas se servem construções textuais mais amplas, a fim de que se configurem os textos e, mais amplamente ainda, os gêneros. Esse caráter funcional deve ser observado quando da análise dos gêneros, e não apenas como meras partes que lhes são constituidoras. A isso Jordan (1997) chama de *perspectiva funcional-retórica sobre a padronização textual*. Segundo Jordan (apud Paltridge, 2002, p. 76), tais funções retóricas incluem *descrições, narrativas, instruções, explicações, definições, exemplificações, classificações, comparações, causa e efeito e argumentação*.

No seu trabalho de investigação da língua inglesa nos campos científico e tecnológico, Trimble (1989, p. 69-113) estabelece que *funções retóricas* são partes fundamentais do texto em que se dá “o processo de descoberta”, relacionadas a certos elementos lexicais e gramaticais. Desse modo, ele estabelece os seguintes tipos de funções: *retórica da descrição, retórica da definição, retórica da classificação, retórica*

da instrução e retórica das relações visual-verbais. Voltada para o texto escrito no âmbito científico, a abordagem de Trimble (1989) permite, segundo ele, verificar de que modo os recursos lexicais, gramaticais e retóricos possibilitam uma boa apresentação da informação científica e tecnológica.

O revestimento retórico no nível textual de que estamos tratando recebe uma abordagem diversa pelos teóricos da Escola de Sydney, especialmente engajados na tarefa de associar teoria e pedagogia de gêneros. Em Martin (1992), gêneros são caracterizados como amplos padrões retóricos, tais como *descrições*, *discussões* e *exposições*. Nesta perspectiva, eles, muitas vezes, são referidos como *gêneros elementares*, que se associam e se combinam para formar os *macrogêneros*. Hyland (2007, p. 28-29) explicita que, para os teóricos da Escola de Sydney, gêneros “representam agrupamentos de textos que são semelhantes em termos de seus padrões de discurso”, além de serem estruturas retóricas “fundamentais para as várias formas de comunicação”.

O valor retórico discutido no nível das estruturas textuais recebeu duas abordagens distintas na obra de Fairclough. Em Fairclough (2001), as estruturas narrativas e argumentativas, por exemplo, são tidas como *modos retóricos*. A reportagem, nesses termos, tem como modo retórico “dar informação”. Já em Fairclough (2003), os gêneros são tratados de acordo com o seu grau de abstração. Por transcenderem redes particulares de práticas sociais, narrativa, argumento, descrição e conversa são *pré-gêneros*, em adoção do termo proposto por Swales (1990), que considera pré-gêneros a conversa casual e a narrativa comum. Fairclough (2003) propõe também os chamados *gêneros desencaixados*, menos abstratos que aqueles, porém, dispersos, retirados — desencaixados, nos termos de Giddens (1991) — das “práticas onde foram inicialmente desenvolvidos”. Gêneros desencaixados tornam-se, por isso, espécies de tecnologia social que transcendem essas referidas práticas. Este é o caso da entrevista, que engloba muitos tipos diferentes que são especializados para atenderem a determinadas práticas sociais: entrevista médica, entrevista etnográfica, entrevista de emprego, entrevista de televisão, entre outras. Essas últimas, por atenderem e participarem de redes específicas de práticas sociais, são exemplos de *gêneros situados*.

Swales (1990, p. 59) propõe que a conversa, por exemplo, é uma “forma pré-genérica de vida social”, uma “base sobre a qual tipos mais específicos de interação têm

evoluído ou com a qual têm rompido”. Bakhtin (2010, p. 263) distingue os *gêneros primários*, os “simples”, que marcam as comunicações espontâneas e cotidianas, dos *gêneros secundários*, os “complexos”, e pertencentes às esferas de comunicação mais elaboradas, principalmente escritas, nas atividades artísticas, científicas e sociopolíticas. Os primeiros são incorporados e reelaborados pelos últimos, durante o seu processo de formação. Fiorin (2006, p. 70) afirma que os *gêneros secundários* “absorvem e digerem os primários, transformando-os”.

A partir das contribuições teóricas nesta seção resumidas e interpretadas, proponho que as *estruturações funcionais* são configurações de natureza linguística, cultural e retórica que só se atualizam quando se infudem e passam a configurar os textos que constroem (parte dos) *gêneros*, que, por sua vez, constroem (parte dos) eventos sociais. Tais *estruturações* não atendem, sozinhas, à extensa gama de ações sociocomunicacionais possibilitadas pela categoria dos *gêneros*. Sem elas, contudo, não seria possível constatar as diversas ações retóricas e sociais que os *gêneros* possibilitam. Sem tender ao encerramento do debate aqui proposto, tomarei, para as análises desenvolvidas nos Capítulos 4 e 5, as *estruturações funcionais* de narração, da exposição/explicação, de argumentação, de injunção, de diálogo; bem como o papel que elas exercem na composições dos eventos sociais. A proposta em torno do termo *estruturações funcionais* é erigida a partir das contribuições, resumidas no quadro a seguir, já discutidas no decorrer deste capítulo:

Proposta terminológica	Autor
modos retóricos	Fairclough (2001)
processos retóricos	Bathia (1997)
funções retóricas	Trimble (1985)
pré-gêneros	Swales (1990); Fairclough (2003)
gêneros elementares	Martin (1992)
sequências linguísticas	Adam (2008)
tipos discursivos	Bronckart (1999)
tipos textuais	Biber (1988); Marcuschi (2005 e 2008); Koch e Fávero (1987)
categorias ou tipos de texto	Werlich (1983)

Quadro 3 – Propostas terminológica sobre os processos que participam da infraestrutura textual

A seção seguinte trata da composição dos textos em termos do papel desempenhado pelos diversos recursos multimodais.

2.1.2 Gêneros como artefatos multimodais

Uma abordagem multimodal, nas proposições de Kress (2010), surge associada à teoria sociossemiótica, que, entre outras convicções, retira da linguagem verbal a exclusividade na condição de fonte de sentidos. Dessa forma, há uma ampliação para o entendimento de como outras semioses, cada vez mais, participam da composição dos textos na contemporaneidade. Para Kress (2010, p. 15), a linguagem verbal pode ser comparada, metaforicamente, à Terra: quando vista de um ângulo satélite, percebemos que ela é apenas parte de um todo maior. Essa visão satélite mostra o que sabemos e o que ignoramos sobre o nosso planeta (sobre a linguagem).

Assim, ao ampliar o foco de visão para além das possibilidades de interação e atuação por meio da tradição escrita, é necessário entender o estatuto dos textos multimodais e o papel que eles exercem na sociedade. Um esclarecimento precisa ser feito: os textos são multimodais; eles não se tornaram multimodais com o tempo; eles sempre foram assim. Mesmo aqueles que se apoiam unicamente no sistema da escrita sempre “contaram” com recursos de itálico, negrito, tamanho das fontes, sublinhados, espaçamentos, recuos, iluminuras, entre outros, que a nossa inserção de letramento nos possibilita ler-lhes as funções e os sentidos que eles constroem nos textos. É evidente, contudo, que o surgimento dos diversos aparatos tecnológicos reforça e incrementa as possibilidades de *layout* verificadas.

Jewitt e Kress (2008) esclarecem que a multimodalidade é um campo de aplicação da semiótica social e, assim, como já foi dito no Capítulo 1, os signos arbitrários dão lugar aos recursos semióticos, usados em específicos ambientes sociais e culturais. Baldry e Thibault (2006) apontam que recursos semióticos são categorias que unem uso e função, elementos que nós podemos usar para o nosso propósito de construir textos. Os textos multimodais integram diferentes recursos semióticos em razão do seu princípio de organização, que, assim, não são

simplesmente justapostos como modos distintos de construção de significados, mas são combinados e integrados para formar um todo complexo que não pode ser reduzido ou explicado em termos da mera soma de suas partes em separado. (BALDRY e THIBAUT, 2006, p. 18-19)

Moss (2008, p. 78-79), exemplificando como o texto se constitui cada vez mais como um objeto de desenho multimodal, explora, no caso dos livros não ficcionais para jovens, de que maneira o tipo e o tamanho do papel, a embalagem, a tinta usada para imprimir as imagens e o texto escrito, a maneira como foram grampeados, a forma como serão dispostos na prateleira, por exemplo, interferem na leitura e, conseqüentemente, na construção dos sentidos do livro. Em resumo, citando Kress (1998), Moss reitera que as diferentes escolhas quanto ao uso de determinados materiais (modos semióticos) trazem diferenças para a constituição dos sentidos.

O que o exemplo acima reforça é o fato de as estruturas visuais terem uma gramática (cf. Kress e van Leeuwen, 2008). Há, aqui, uma similaridade quanto às estruturas linguísticas: as imagens apontam para interpretações particulares da experiência e são formas de interação. Além disso, as determinações quanto ao que pode ser dito verbalmente ou visualmente — ou dos dois modos — são especificadas cultural e historicamente. Da mesma forma como a escolha entre uma palavra ou outra afeta o sentido, a escolha entre um tipo de cor, por exemplo, ou qualquer outra estrutura de composição também o fará. Kress e van Leeuwen (2008, p. 2) apregoam, contudo, que “expressar alguma coisa verbalmente ou visualmente faz uma diferença”.

Nos contextos atuais em que as composições proeminentemente multimodais participam cada vez mais das nossas atuações e interações sociais, a noção de gêneros merece algumas considerações em torno da teoria da multimodalidade. Bateman, Delin e Henschel (2007, p. 152-53) definem gêneros em função dos seus propósitos de comunicação social. Segundo eles, “diferentes gêneros podem ter diferentes *affordances*”, termo cunhado por Gibson (1977), na psicologia social, e que se refere, de modo geral, às possibilidades que o ambiente oferece aos agentes. De acordo com Oliveira e Rodrigues (2006, p. 121-122), “superfícies possibilitam locomoção, postura, colisão; fogo possibilita aquecimento, queimadura; alguns objetos possibilitam manuseio (e.g ferramentas); outros possibilitam ferimentos (e.g armas de fogo) (...) uma xícara expressa *affordance* no ato de segurá-la”. Para Gibson (1971b, apud Oliveira e Rodrigues, 2006, p. 122), perceber é captar *affordances*: não percebemos as qualidades dos objetos, percebemos os seus *affordances*; percebemos comportamentos associados ao ambiente. Oliveira e Rodrigues (2006, p. 122) observam que

o fato de um objeto ser usado com uma finalidade, não significa que não possa ser usado de outras maneiras; determinado objeto, e.g., um lápis possibilita manuseio e pode ser usado para escrever, como peso para papel ou como marcador de livro. Todos esses *affordances* são consistentes, mas para a percepção não interessa os nomes pelos quais são chamados. O que importam são as ações que possibilitam.

Essa abordagem de gêneros constituindo *affordances* é possível porque, ainda segundo Oliveira e Rodrigues (2006), o ser humano tem controle de algumas atividades por meio da “captação de informações pelo sistema visual”. Conforme Bateman, Delin e Henschel (2007, p. 152), essa concepção de gêneros faz com que eles não devam ser tratados de forma isolada, mas como “instâncias de opções particulares”, extraídas da cultura.

Imagens na condição de texto podem criar relações de interação entre os seus leitores (*viewers*) e o “mundo dentro da moldura”, segundo Jewitt e Oyama (2001, p.145). Nesse sentido, três fatores são essenciais na realização de sentidos: *contato*, *distância* e *ponto de vista*. O contato diz respeito ao fato de que as pessoas representadas nas imagens demandam alguma coisa em relação aos *viewers*, que pode ser deferência, piedade ou, ainda, insinuação. A distância estabelece que, a depender da proximidade com que os leitores veem as pessoas representadas, podem ter com os representados uma relação mais ou menos de intimidade, de familiaridade, pois, quanto mais próximo estiverem, mais detalhes serão capazes de ler. Por fim, o ponto de vista está relacionado aos ângulos que escolhemos para interagirmos com a imagem; geralmente, ângulos frontais são escolhidos quando queremos mais envolvimento com as pessoas representadas.

Numa extensão dos princípios da gramática sistêmico-funcional (Halliday, 1996) para a análise do texto visual, Kress e van Leeuwen (2008) propõem-nos categorias pertinentes às funções textual, interpessoal e ideacional. No que corresponde à função textual de Halliday, a gramática visual cuida especialmente das seguintes categorias:

- **Valor da informação:** é baseado nos elementos *dado/novo*, no eixo horizontal – em geral numa posição mais à direita (dado) e à esquerda (novo); e *ideal/real*, no eixo vertical – em geral numa posição mais ao alto (ideal) e mais abaixo (real); além de representar a relação *ideal/real*, o eixo da verticalidade também pode expressar as relações de poder, estando o elemento representativo dessas relações localizado mais ao alto, o que é o caso, por exemplo, da disposição das imagens sacras nas igrejas (num plano mais elevado) em relação ao plano ocupado pelos fiéis.
- **Saliência:** é baseada no grau de destaque dado a certos elementos composicionais, como, por exemplo, o tamanho e a localização reservados para uma foto no espaço gráfico de uma reportagem.
- **Moldura (*frame*, enquadramento):** é baseada na maneira como elementos estão conectados ou desconectados nas imagens.

Quanto à função interpessoal da linguagem, a análise dos componentes não verbais de um texto levará em conta, entre outros fatores, a categoria da **modalidade**, em que serão expressos os valores de verdade, de realidade. Neste caso, a função das cores e das texturas será essencialmente relevante. No que tange à função representacional, a análise dos aspectos não verbais recairá sobre a sua **transitividade**, sendo elementos muito importantes o olhar dos atores representados e o olhar entre os atores representados e os leitores.

As categorias propostas por Kress e van Leeuwen para o estudo do texto multimodal atingem, conseqüentemente, as abordagens dos seus respectivos gêneros. Embora este trabalho não seja uma denominada “análise multimodal”, decidi destacar, brevemente, algumas discussões que vêm sendo travadas na direção do entendimento do papel que as outras semioses, além da linguagem verbal, exercem na produção dos sentidos de um texto; também para marcar que essas outras semioses possibilitam atividades de interação, em situações sociais específicas.

2.1.3 Gêneros e contexto

O “que é contexto” e “qual a sua relação com os gêneros” são as questões norteadoras desta seção. Geralmente nos deparamos com a palavra “contextos”, no plural, possivelmente pelo fato de serem muitas, ou vagas, as suas acepções. E, nesse sentido, há abordagens que tomam o contexto como sinônimo da figuração ambiental, cenográfica; bem como há também abordagens que lhe atribuem a propriedade de ser o conjunto de condições estruturantes em que se constituem os discursos, a interação, as práticas sociais etc. No primeiro caso, o contexto se assemelha a um lugar, qualquer coisa estática pronta para que nela nós atuemos, interagamos. Disso resultam afirmações do senso comum, como “isso está fora do contexto”, entre outras. No segundo caso, há espaço para se admitir o contexto como uma construção, uma formação interdependente dos aspectos discursivos, materiais, simbólicos, entre outros.

Hanks (2008, p. 163-203) trata a noção de contexto a partir de duas dimensões: a *emergência* e o *encaixamento*. A emergência associa-se aos aspectos mais restritos e imediatos, à temporalidade, à interação e à presença dos interlocutores; enquanto que o encaixamento se associa aos aspectos mais amplos, em “larga escala” em que o discurso se enquadra. Sendo mais amplo, o encaixamento assenta-se sobre as diversas situações e campos sociais.

O contexto recebe também uma abordagem duplamente ramificada na vertente teórica da Linguística Sistêmico-Funcional, para a qual há os níveis do *contexto da situação* ou do *contexto de cultura*, ambos sorvendo toda organização estratificada da linguagem. O contexto da situação refere-se às configurações mais imediatas que têm impacto sobre os textos que produzimos e se constitui por meio das variáveis de *campo*, *tenor* e *modo*: a) o campo é o componente associado à natureza da ação realizada, aos atos executados — compreende questões como “queremos informar”, “divertir”, “defender uma tese”; b) o tenor (ou relações) é o componente associado aos papéis sociais desempenhados, à intimidade, à distância que estabelecemos uns com os outros etc.; e c) o modo é o componente associado ao papel da linguagem na situação — um papel determinante? um papel secundário? interação feita por escrito, oralmente? na presença do interlocutor? Neste nível de análise, o princípio da realização é, mais

uma vez, muito importante, pois as metafunções ideacional, interpessoal e textual são realizadas, respectivamente, pelo campo, tenor e modo.

O contexto de cultura, por sua vez, diz respeito à noção mais ampla e profunda que permite o entendimento do que está sendo feito e o porquê disso. Martin (2000) estabelece que o contexto de cultura é o conjunto dos gêneros de uma sociedade e, desse modo, eles é que selecionam as três variáveis de registro. Martin (1997) estabelece ainda que os gêneros “explicam as relações entre os processos sociais em termos mais holísticos”.

Eggins (2002, p. 83), ao discutir estas questões, defende que o contexto de cultura é mais abstrato que o contexto da situação e que os gêneros “se realizam (codificam) na linguagem, que este processo de realização genérica na linguagem está mediado pela realização do registro”. Eggins sustenta ainda que cada gênero tem uma *estrutura esquemática*, com elementos que lhe são obrigatórios e outros que lhe são opcionais. Eggins sustenta também que cada cultura tem um *potencial genérico*, uma espécie de conjunto das possíveis combinações dos registros de uma dada cultura. Por essa última razão, ela sugere que boa parte do choque cultural que sofremos quando entramos em outro país é, na verdade, um “choque genérico”.

Lee (2001, p. 6) observa que o contexto de cultura está associado com os propósitos sociais em torno da linguagem e “amarrado” com as questões ideológicas e de poder, com base em Martin (1993). Para efeitos didáticos, as proposições em torno da dupla concepção de contexto, de acordo com a situação imediata e com a cultura, estão sintetizadas no diagrama a seguir, feito a partir da interpretação de Eggins (2002) e Martin & Matthiessen (1991):

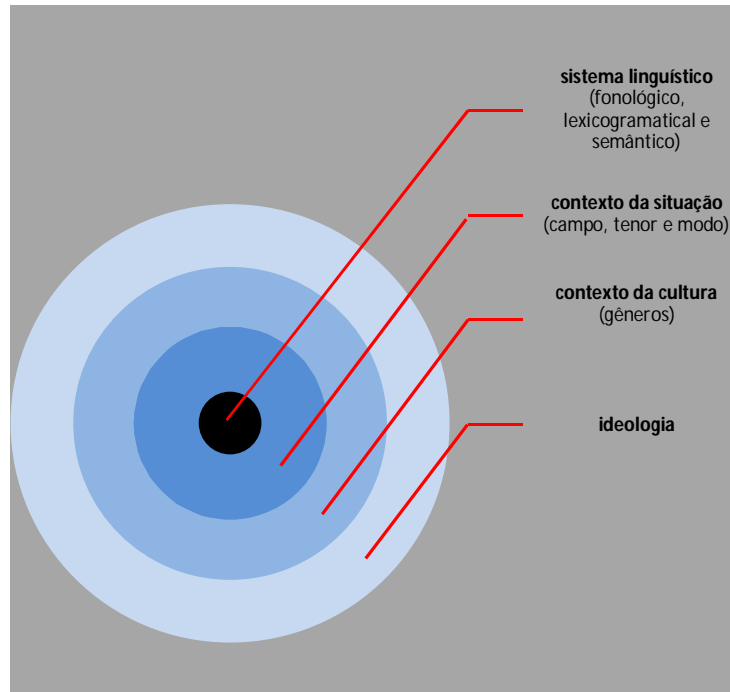


Diagrama 2 - Contexto da situação e contexto de cultura, a partir de Eggins (2002) e Martin & Matthiessen (1991)

No debate sobre a relação do contexto com a linguagem, há apontamentos em Jäger e Meyer (2009, p. 48-9) que são relevantes. Eles afirmam que todos os eventos são “enraizados no discurso”, mas, para que tais sejam considerados discursivos, é preciso que eles apareçam nos planos do discurso da mídia e da política. Eles exemplificam isso a partir de dois acidentes nucleares: *Chernobyl*¹⁵ e *Three Mile Island*¹⁶. O primeiro desastre ganhou repercussão internacional por parte da mídia, influenciou decisões políticas em diversos países, desencadeou ações no ativismo ambiental e na construção de novas e alternativas tecnologias; já o desastre *Three Mile Island* não recebeu a mesma repercussão por parte da mídia. O acidente de Chernobyl tornou-se um evento midiático capaz de influenciar políticas globais, por isso tornou-se um evento discursivo, desenhando uma espécie de contexto discursivo. A essas observações de Jäger e Maier, eu acrescentaria o papel que os gêneros midiáticos e do

¹⁵ Cidade do norte da Ucrânia onde, em 1986, ocorreu a explosão de um reator em uma usina nuclear.

¹⁶ Usina nuclear localizada no estado da Pensilvânia, Estados Unidos, onde, em 1979, em função de erro operacional, ocorreram vazamentos de radioatividade.

campo político exerceram no processo que transformou um acidente num evento discursivo.

2.2 Resumo do capítulo

Neste capítulo, os gêneros foram tratados especialmente como elementos de ação, de interação e de organização social. Nesse sentido, frisei que os gêneros não são apenas artefatos de linguagem, embora esse seja o foco tratado mais cuidadosamente pela Linguística. Os gêneros, de fato, participam, integradamente, da nossa interação, das nossas ações e da sintaxe social, por isso eles têm motivações e consequências de ordem civil, institucional, jurídica, religiosa, política etc.

Outro enfoque dado aos gêneros diz respeito aos aspectos da sua infraestrutura. Propus, então, que, neste nível composicional, eles estão ancorados em estruturas funcionais, que se referem às configurações de natureza linguística e retórica que nos capacitam operar na ordem narrativa, argumentativa, expositiva, explicativa, preditiva, injuntiva ou dialogal. As estruturas funcionais também compreendem os traços e as marcas mais evidentes dos gêneros, tais como a *assinatura* dos ofícios e memorandos, o *quadro de informações nutricionais* dos rótulos, entre outros.

Ainda no que tange à estrutura composicional dos gêneros, conferi uma breve atenção ao seu estatuto multimodal, cuja configuração se baseia numa gramática em que os diversos recursos semióticos, além da escrita, se combinam, não aleatoriamente, para compor os textos e para cumprir um papel significativo nas nossas interações e ações.

Por fim, foram sucintamente discutidas as relações entre gêneros e contexto e algumas noções teóricas desta categoria. Para muito além de um elemento cenográfico ou de um lugar em que atuamos e interagimos, o contexto foi tomado como o conjunto de condições em que os discursos (e os gêneros) são construídos, além da situação mais imediata ou mais ampla, do ponto de vista cultural, em que os sistemas da linguagem estão submersos.

Capítulo 3

Pesquisa qualitativa e pesquisa linguística

Este capítulo trata da metodologia utilizada na concepção e no desenvolvimento desta tese. Construída sob a perspectiva qualitativa, *A voz dos eventos sociais: uma construção pela atividade de textos e de discursos* é uma argumentação cuja proposta recai sobre a dimensão discursiva dos eventos sociais, especialmente sobre o seu potencial retórico — a matriz genérica — e sobre a sua realização ideológico-simbólica — a matriz discursiva. As discussões aqui realizadas consideram: (i) aspectos da pesquisa linguística e social (CASTILHO, 2003; RAJAGOPALAN (2003); KINCHELOE & MCLAREN 2006); (ii) aspectos dos modelos científicos baseados na qualidade e na quantidade (BAUER & GASKELL, 2002; DENZIN & LINCOLN, 2006); (iii) eixos de atuação em pesquisa qualitativa; e (iv) descrição das etapas percorridas na elaboração desta reflexão (DESLAURIERS & KÉRISIT, 2008; FLICK, 2009; QUIVY & CAMPENHOUDT, 2008).

3.1 Linguística: aquele elefante apalpado por cegos

No início do primeiro capítulo, fiz uma breve alusão ao aspecto “controverso” da linguagem: ser, ao mesmo tempo, objeto de estudo da Linguística e instrumento desse estudo. Isso parece ser um ponto de distinção entre esta ciência e tantas outras. Sobre esta questão, Rajagopalan (2003, p. 23-7) discute que a adoção dos termos “linguagem-objeto” e “metalinguagem” é um dos “artifícios bastante engenhosos” dentro do projeto mais amplo de revestir a Linguística de caráter científico “com todo o enorme respeito”.

Ao “respeito” reivindicado pela Linguística, Rajagopalan associa o fato de que ela foi se constituir ao imitar métodos das ciências exatas e se “distanciar dos procedimentos mais comuns nas ciências humanas”. Isso se reflete na necessidade de se rever as práticas científicas com a linguagem, para que a nossa ciência atenda às transformações por que passa o mundo, e especialmente atenda às mudanças de concepções sobre linguagem e língua, o nosso duplo objeto de estudo, que, na fundação da Linguística, foram tomados do lado de fora do prisma da instabilidade que lhes é constitutiva.

A observação acima é importante porque denota que a definição que se dá à Linguística é corolário da definição dada ao seu objeto. Uma das mais divertidas, simples e eficazes metáforas utilizadas para o conceito desta ciência está em Castilho (2003). Ele a compara a um elefante sendo apalpado por três cegos: o animal, evidentemente, era definido pela parte que lhe era tocada. Mais duro ou macio a depender do lugar tateado. Para Castilho (2003, p. 55), cada uma dessas partes do elefante refere-se a cada das partes da Linguística e, segundo ele, “não será possível ter uma percepção englobante e compartilhada de tudo”.

Esse elefante pode ser visto, apalpado, também no contato que ele mantém com outros animais, outras ciências. Acrescento isso à comparação acima para marcar que a Linguística sozinha não consegue entender e explicar os fenômenos envoltos nas questões da linguagem. É muito temerário admitir que, sozinhos, os linguistas sejam capazes de responder a questões como “por que as línguas variam e mudam?”, “como constituímos as nossas identidades pela linguagem?” e “o que fazemos quando representamos o mundo pelo discurso?”. O contato do elefante com os outros animais é

a tarefa interdisciplinar necessária para a abordagem científica dessa ciência que, se estuda a linguagem, é porque, sobretudo, estuda homens e mulheres que interagem, negociam, se amam, se odeiam, disputam espaços, sofrem preconceitos, buscam distinção, entre outros.

Não seria exagero afirmar que, em alguma dimensão, a pesquisa linguística é, sobretudo, social, a não ser nos casos em que se verifique um monumental empreendimento de abstração. Este último caso não se aplica no nosso intento de explicar possíveis constituições dos eventos sociais em torno de uma matriz genérica e de uma matriz discursiva, naquilo que eles têm de linguagem e de discurso. Antes, eu assumo uma postura política no sentido de que o olhar de quem faz pesquisa não é neutro, nem cândido, porque assim não é aquilo que me propus analisar. Nesse sentido, Kincheloe e McLaren (2006, p.286) discorrem sobre uma nova compreensão de linguagem pelos pesquisadores críticos, que “descobriam” que ela não é um “conduto neutro e objetivo” da realidade; que as “descrições linguísticas não servem simplesmente para explicar o mundo, mas para construí-lo”. Isso explica os motivos que localizam a presente investigação nos quadros interpretativos da pesquisa acadêmica.

3.2 Qualidade e quantidade: aspectos retóricos

“Quantidade” e “qualidade” nas ciências não devem ser vistas em termos de uma dicotomia. Segundo Bauer e Gaskell (2002, p. 22-7), a tradição científica que opõe rigidamente esses dois modelos de pesquisa precisa ser superada, pois toda “mensuração dos fatos sociais depende da categorização do mundo social”. Esses autores definem a pesquisa quantitativa, ou pesquisa *hard*, como aquela que “lida com números, usa modelos estatísticos para explicar os dados” (op. cit., p. 23). A pesquisa qualitativa, ou pesquisa *soft*, para eles, “evita números, lida com interpretações das realidades sociais” (op. cit., p. 23).

Bauer e Gaskell (2002, p. 24-7) buscam argumentar a favor de uma postura holística entre qualidade e quantidade por meio dos seguintes argumentos:

- **Não há quantificação sem qualificação** — toda atividade social deve ser distinguida, antes que a ela seja atribuído qualquer percentual.
- **Não há análise estatística sem interpretação** — a pesquisa qualitativa não detém o monopólio da interpretação; do mesmo modo, a pesquisa quantitativa não chega aos seus percentuais sem que haja alguma interpretação.
- **Pluralismo ideológico dentro do processo de pesquisa: além da lei do instrumento** — a pesquisa não deve se resumir a um único instrumento. Este deve incluir a definição e a revisão do problema, a teorização, a análise dos dados, etc.
- **Ordenação do tempo** — a pesquisa qualitativa foi considerada, durante muito, apenas como um pré-estágio do processo de pesquisa. Hoje, considera-se que o intento qualitativo é também importante além da fase do levantamento de dados.
- **Discurso independente dos “padrões de boa prática”** — a pesquisa qualitativa possui procedimentos e padrões, que, sem imitar a pesquisa quantitativa, precisam desenvolver “equivalentes funcionais”.

Outra questão relevante quanto aos modelos qualitativo e quantitativo de pesquisa refere-se aos elementos retóricos da investigação social. Para Bauer e Gaskell (2002, p. 27-9), “um elemento essencial da atividade científica é ‘comunicar’, e isto implica persuadir os ouvintes de que algumas coisas são importantes ou não”. No trabalho retórico da prática social da ciência, os elementos presentes são os mesmos que compõem qualquer evento de persuasão:

- o *logos* refere-se à lógica dos argumentos;
- o *pathos* refere-se ao apelo feito à plateia;
- o *ethos* refere-se à credibilidade e à legitimidade quanto ao que se diz.

Considerar a prática científica sob o ponto de vista da retórica tem várias implicações. Segundo Bauer e Gaskell (2002, p. 28), elas são as seguintes: a) as ciências sociais podem “reforçar a sua forma específica de persuasão”; b) as comunicações científicas precisam ser verossímeis, “dentro das regras do jogo científico”; e c) o método e o procedimento científicos “constituem uma forma de responsabilidade

pública”. Outra implicação que a aceção retórica da pesquisa tem é o fato de que esses dois modelos podem ter tratamento igualitário dentro das práticas científicas.

O teórico Flick (2004, p. 27) defende que a pesquisa qualitativa parte sempre do trabalho com textos. E que a interpretação se dá *sobre* e *com* eles. Para ele, a pesquisa qualitativa segue os seguintes caminhos: parte dos textos para a teoria, e, em seguida, da teoria para os textos. E isso justifica parte da minha escolha pela concepção qualitativa de pesquisa. A outra justificativa reside na minha concordância em relação ao que propõe Habermas (1987, apud Bauer e Gaskell, 2002, p. 30-5) sobre os *interesses do conhecimento* na prática das ciências sociais e associados às três tradições do conhecimento tipificadas por ele: a *empírico-analítica*, a *hermenêutica* e a *crítica*. Do ponto de vista das ciências críticas, podemos determinar quando “afirmações teóricas (..) expressam relações ideologicamente congeladas de dependência que podem, em princípio, ser transformadas” (HABERMAS, apud BAUER & GASKELL, 2002, p. 33).

3.3 Pesquisa qualitativa: um processo multicultural

Conforme Denzin e Lincoln (2006, p. 15), a pesquisa qualitativa “revela uma longa, notável e, por vezes, atribulada história nas disciplinas humanas”. As investigações em Sociologia e Antropologia, na década de 1930, nos Estados Unidos, foram as primeiras incursões dos projetos qualitativos e se aplicavam a “estudar os costumes e os hábitos de outra sociedade ou cultura” (op. cit., p. 15). Em seguida, a pesquisa qualitativa estendeu-se a outras disciplinas das Ciências Sociais, como a História, a Ciência Política, a Comunicação etc.

A pesquisa qualitativa, segundo Vidich e Lyman (apud Denzin e Lincoln, 2006, p. 15), “nasceu de uma preocupação em entender o ‘outro’”, mas um *outro* “exótico, uma pessoa primitiva, não-branca, proveniente de uma cultura estrangeira considerada menos civilizada do que a cultura do pesquisador”. Nisso, a proposição de Vidich e Lyman apresenta um viés bastante irônico. Esse *outro exótico* é o cerne da crítica feita por bell hooks sobre a capa de um das principais obras da etnografia no século XX, o livro *Writing Culture*.

Na capa dessa obra, temos a imagem de um pesquisador branco, do sexo masculino, dotado, então, de autoridade. Os outros, os observados, são um homem negro, uma mulher e uma criança que nada fazem, pois atuam como meros espectadores. O pesquisador é Sthefen Tyler, fazendo anotações em um diário, e os pesquisados são um grupo de pessoas da Índia. Essa configuração confere ao pesquisador uma condição bastante assimétrica em relação aos pesquisados. Atualmente, as pesquisas sociais qualitativas continuam a buscar a compreensão do *outro*, mas também do *eu*, numa tentativa de “compreender e explicar porque os atores e os processos são como são”, conforme Vidich e Lyman (2006, p. 49). Nesse sentido, Denzin e Lincoln (2006, p. 26-32) propõem-nos fases para a história da pesquisa qualitativa na América do Norte, que envolvem o período tradicional, a fase modernista, a fase conhecida como “crise da representação”, entre outras. Denzin e Lincoln (2006) não descartam que as diversas fases por que a pesquisa qualitativa passa estejam em “ação” nos dias de hoje. De qualquer modo, concluem que a pesquisa qualitativa não pode mais ser vista com neutralidade e objetividade, pois “a classe, a raça, o gênero e a etnicidade influenciam o processo de investigação, fazendo da pesquisa um processo multicultural”.

3.4 Percurso metodológico: etapas, procedimentos e eixos de atuação

O processo de construção de uma pesquisa de cunho qualitativo é, a meu ver, intercalado por uma série de eixos de atuação que possibilitam a elaboração do fazer científico. Esses eixos compreendem atividades transversais às diversas etapas adotadas numa investigação qualitativa, porque são feixes de ações subjacentes aos diversos momentos de uma dada pesquisa.

É esperável, no percurso do trabalho científico qualitativo, que o pesquisador atue, minimamente, nos eixos da *delimitação*, da *teorização* ou do *recorte teórico*, da *elaboração metodológica*, da *análise/interpretação* e da *projeção*. Em tais eixos, não operamos de forma isolada, em etapas igualmente isoladas no decorrer de uma determinada pesquisa e na sua apresentação, pois esses eixos abrangem, sobretudo,

ações entrecruzadas que não se restringem às demarcações mais rígidas que, por ventura, venham a ser traçadas no curso de um determinado trabalho.

Os eixos de atuação desta pesquisa podem ser assim caracterizados:

- **Delimitação:** corresponde aos momentos em que a pesquisa é situada em termos das principais disciplinas, vertentes ou ciências em que será desenvolvida. O eixo da delimitação também corresponde aos limites do recorte feito pelo pesquisador em relação aos dados por ele construídos ou definidos. Em resumo, a delimitação se dá, ao mesmo tempo, no contorno das demarcações teóricas e metodológicas.
- **Teorização/Recorte teórico:** corresponde aos momentos em que a pesquisa é situada em termos do recorte teórico feito no plano anterior. A teorização/recorte teórico é a especificação do espectro conceitual no âmbito das disciplinas, vertentes ou ciências já especificadas, mais amplamente, no plano da delimitação. Trata-se dos momentos em que são definidas e interpretadas as categorias que embasam a pesquisa ou, ainda, dos momentos em que novos conceitos são propostos ou ampliados, casos mais específicos no que tange aos trabalhos de cunho mais teórico e menos analítico.
- **Elaboração metodológica:** corresponde aos momentos em que o trato metodológico é pensado ou explicitado pelo pesquisador, nos limites dos modelos de pesquisa já definidos no plano da delimitação. É a construção da exposição do percurso metodológico, das etapas e dos procedimentos gerais esperáveis na comunicação e interação científicas. Além disso, no eixo da elaboração metodológica, são descritos os caminhos percorridos de forma idiossincrática, traçados com o objetivo de superar e atender as peculiaridades que cada pesquisa apresenta.
- **Análise/interpretação:** corresponde aos momentos em que os dados que constroem o *corpus* são analisados à luz do recorte teórico definido ou da teorização proposta no plano da teorização/recorte teórico. Trata-se do exame e

da interpretação dos dados com o objetivo de se responder às questões gerais e específicas da pesquisa.

- **Projeção:** corresponde aos momentos em que, à medida que as questões gerais e específicas da pesquisa são “respondidas”, são lançadas outras questões a serem discutidas futuramente pelo próprio pesquisador ou por outros. Trata-se da reflexividade das interpretações e das análises levadas a efeito e, concomitantemente, da projeção de outras (novas) questões surgidas no decorrer do trabalho e que poderão servir de motivação para novas investigações. O eixo da projeção não se limita à simples validação ou legitimação de resultados, sendo, antes de tudo, um diálogo aberto para a proposição de novas ou de outras interpretações a partir das que já foram feitas nos limites de um dado trabalho.

Os eixos acima descritos, como já dito, são ações que permeiam o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa e, também, a sua apresentação. São ações distintas do que comumente denominados de etapas e procedimentos, tendo em vista desconhecerem as fronteiras que o termo “etapa” pode sugerir. Antes, os eixos de atuação se cruzam e percorrem o desenvolvimento da pesquisa, independentemente do estágio em que esta se encontra, como podemos ver na descrição das etapas desta pesquisa, conforme a subseção seguinte.

3.4.1 As etapas da pesquisa

A definição das etapas e procedimentos desta pesquisa dá-se a partir do cotejo de várias contribuições no campo da pesquisa qualitativa, tendo em vista que cada uma delas aponta para aspectos interessantes no desenvolvimento de um trabalho que é, ao mesmo tempo, teórico e analítico. Desse modo, foram estabelecidas as seguintes etapas para a construção da presente pesquisa:

1. **Definição da perspectiva de pesquisa**
2. **Questão de pesquisa** (FLICK, 2009; QUIVY & CAPENHOUDT, 2008)
3. **Construção do objeto** (DESLAURIERS & KÉRISIT, 2008)
4. **Revisão bibliográfica** (DESLAURIERS & KÉRISIT, 2008)
5. **Análise de dados** (DESLAURIERS & KÉRISIT, 2008)
6. **Resultados possíveis** (DESLAURIERS & KÉRISIT, 2008; FLICK, 2009)

Ao estabelecer essas etapas, a partir das contribuições teóricas indicadas, senti a necessidade de acrescentar uma que antecederesse a todas elas: a *definição da perspectiva de pesquisa*. Isso por considerar essenciais as reflexões em torno das possibilidades e restrições que o modelo qualitativo oferece na interpretação dos aspectos a serem investigados. Além disso, a segurança quanto a essa perspectiva de pesquisa garante o entendimento acerca da realização de etapas subsequentes, como, por exemplo, a de construção do objeto.

3.4.1.1 Definição da perspectiva de pesquisa

A definição da perspectiva de pesquisa é uma etapa relevante e que precede todas as demais, pelo fato de que o conhecimento acerca da proposta de um modelo de pesquisa é fulcral para se delinear as suas etapas e construir seu objeto, processo que praticamente inexistente nas propostas quantitativas. No caso deste trabalho, o modelo qualitativo coaduna-se com ambientação nos limites teóricos já delineados nos capítulos anteriores. Assim, o processo de escolha pelo modelo qualitativo deu-se em função das

possibilidades de construção dos dados, bem como da interpretação deles, em razão do papel que os estudos da linguagem exercem no conjunto das Ciências Sociais e em razão das concepções de linguagem como interação, conjunto de sistemas e recurso sociossemiótico e das concepções de discurso como modo de representação e como recontextualização.

Nesta etapa de definição da perspectiva de pesquisa, os eixos de atuação predominantes são: a) o eixo da *delimitação*, tanto em termos do modelo adotado quanto em relação ao recorte conceitual de linguagem e discurso no âmbito das Ciências Sociais; e b) o eixo da *elaboração metodológica*, em decorrência da demarcação mais ampla que foi feita em termos do modelo qualitativo e das aceções de linguagem e de discurso que, conseqüentemente, já indiciam parte do viés da pesquisa.

3.4.1.2 Questão de pesquisa

Para Flick (2009), a importância de se ter uma *pergunta de pesquisa* clara e com formulação explícita relaciona-se, entre outros fatores, à seleção do que analisar ou não analisar em termos dos dados. De acordo com Quivy & Campenhoudt (2008), a proposição de uma *pergunta de partida* é apenas um ponto provisório, que os citados autores comparam a um “acampamento-base que os alpinistas constroem para preparar a escalada de um cume e que abandonarão por outros acampamentos mais avançados até iniciarem o assalto final” (cf. Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 32).

A proposta dos autores confere à pergunta inicial um caráter plástico, possibilitando-nos ajustes e mudanças no decorrer do percurso de pesquisa. Contudo, a pergunta inicial, para eles, requer as qualidades de clareza, exequibilidade e de pertinência.

A pergunta de partida, a questão que a presente pesquisa busca responder, conforme já disposto na Introdução, é: *como os textos, orientados por gêneros, organizam e constroem a dimensão discursiva dos eventos sociais?* Correlacionadas a ela, outras duas questões direcionam as análises aqui desenvolvidas. São elas: a) *de que maneira a dimensão textual e discursiva dos eventos sociais pode afetar os processos de produção, distribuição e consumo dos textos que lhe são constituidores?*; e b) *de que*

maneira esses textos, por seu turno, afetam a dimensão discursiva dos eventos de que fazem parte?

Nesta etapa, o principal procedimento realizado, ao lado da proposição das questões norteadoras da pesquisa, foi a localização deste trabalho na interface entre a Linguística e outras ciências, tais como a Geografia (HARVEY, 1996), a Ciência Política (BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO, 2003 e os Estudos da Comunicação em Massa (THOMPSON, 1995), por exemplo. A necessidade de recorrer a conceitos ou a contribuições teóricas para além do espectro da Linguística, e especialmente da Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH 2001, 2003 e 2006), justifica-se pelas interpretações feitas no seio dos eventos sociais, categorias sobre as quais um exame coteja olhares não só linguísticos e discursivos, mas também usufrui de colaborações advindas das ciências ou vertentes acima citadas.

Neste estágio em que as questões norteadoras são construídas, os eixos de atuação de pesquisa predominantes são: a *delimitação*, em função dos limites determinados no alcance das questões propostas; a *teorização/recorte teórico*, em função do cotejo entre as citadas teorias; e a *elaboração metodológica*, em função do viés interpretativo que se buscou imprimir no modo como as questões foram formuladas.

3.4.1.3 Construção do objeto

Deslauriers & Kérisit (2008, p. 134) propõem que

o objeto de pesquisa qualitativa se constrói progressivamente, em ligação com o campo, a partir da interação dos dados coletados com a análise que deles é extraída, e não somente à luz da literatura sobre o assunto, diferentemente de uma abordagem que seria hipotético-dedutiva.

Para os autores, frequentemente essa característica, a possibilidade de se construir o objeto, tem sido muitas vezes apontada como um dos critérios da

originalidade do modelo qualitativo de pesquisa. E, no que tange a essa possibilidade, a revisão bibliográfica torna-se essencial, a fim de que, por meio do exame da literatura existente, o esclarecimento da questão problematizada seja facilitado.

No caso desta pesquisa, a etapa de construção do objeto foi permeada pelos procedimentos de discussão, nos capítulos anteriores, em torno dos conceitos centrais de linguagem, discurso, representação, gêneros textuais, ideologia, contexto, além de estruturas, eventos e práticas sociais. Com essa fundamentação teórica, e a partir dela, os gêneros textuais ocupam o lugar de objeto desta pesquisa, na condição de elementos capazes de atuar na construção do momento discursivo dos eventos sociais, tanto na sua dimensão mais retórica quanto sua na dimensão mais ideológica. Isso significa dizer, conforme análises feitas nos dois capítulos seguintes, que os textos que marcam determinado evento constroem o momento discursivo deste, em duas dimensões indissociáveis: a de caráter mais retórico, que repercute as estruturações funcionais predominantes dos textos, permitindo que os eventos atuem na sociedade para argumentar e interferir no comportamento e nas decisões das pessoas, para narrativizar fatos e acontecimentos, para explicá-los, para promover a construção conjunta de respostas ou para predizer conformações futuras. Assim, a depender da estruturação funcional¹⁷ predominante dos textos que constroem os eventos sociais, eles podem ser organizados e caracterizados como eventos de matriz¹⁸ argumentativa, de matriz narrativa, de matriz expositiva/explicativa, de matriz dialogal ou de matriz preditiva; por outro lado, os eventos se constituem de uma matriz discursiva, que é o conjunto das representações simbólicas e ideológicas que se engendra e que complementa a atuação dos eventos na sociedade. Essas duas dimensões inseparáveis, a matriz genérica e a discursiva, constituem a atividade dos eventos sociais e fazem deles mais que meros acontecimentos, garantindo-lhes uma condição de unidades de sentidos, com ação retórica e ideológica.

A problematização desta proposta compreende, então, a configuração retórica ampla e inerente a cada evento que se atualiza na sociedade e que ecoa as mesmas configurações que estão na base das formações dos primeiros seguimentos textuais. Desse modo, proponho que tais configurações, a que chamo estruturações funcionais, participam da composição dos textos da nossa interação cotidiana e, também, da

¹⁷ Cf. Capítulo 2, seção “Gêneros e estruturações funcionais”.

¹⁸ A caracterização da proposta em torno da matriz genérica dos eventos encontra-se no Capítulo 4.

composição dos eventos sociais, naquilo que eles têm de discurso/linguagem. Assim, na construção de um dado evento social, estabelece-se uma relação de pertencimento, na qual os gêneros constituem parte dos eventos, que, por sua vez, demarcam os gêneros que os constituem.

Feitas essas observações, a motivação deste trabalho é a constatação de que no processo de constituição dos textos, dos gêneros e dos eventos sociais, há estruturas funcionais constantes, que perpassam a todos eles, revestindo-os de um potencial relativamente estável, capaz de garantir-lhes parte da ação que exercem na sociedade. Por outro lado, também há a constatação de que os eventos, tais quais os textos e os gêneros, fundam-se numa rede instável de discursos, situada e única, capaz de garantir aos eventos a ação em termos ideológicos.

Desse modo, os dados que compõem o *corpus* desta pesquisa são os textos, orientados por gêneros, que são produzidos, distribuídos e consumidos situadamente do seio dos eventos, possibilitando distingui-los e organizá-los como eventos sociais de matriz argumentativa, como eventos sociais de matriz narrativa, como eventos sociais de matriz injuntiva, como eventos sociais de matriz expositiva/explicativa, como eventos sociais de matriz dialogal ou como eventos sociais de matriz preditiva.

Para a análise da matriz discursiva dos eventos sociais, analisam-se os textos na perspectiva de atuação discursiva, mais detidamente em relação à campanha eleitoral de 2010, a fim de ilustrar a configuração simbólica e ideológica que se cria toda vez que um evento é realizado.

Nesta etapa de construção dos objetos, os eixos predominantes na pesquisa são os seguintes: a) eixo da *delimitação*, tendo em vista a abordagem dos gêneros define-se em termos da participação deles constituição do momento discursivo dos eventos sociais; b) eixo da *teorização/recorte teórico*, tendo em vista que a construção do objeto dá-se conforme o delineamento teórico especificado em termos das noções linguagem, discurso, representação, gêneros, além de estruturas, práticas e eventos sociais; e c) eixo da *elaboração metodológica*, tendo em vista o esboço das etapas de pesquisa no processo de construção progressiva do objeto.

3.4.1.4 Revisão bibliográfica

Para Deslauriers & Kérisit (2008), a etapa em que se produz a revisão bibliográfica, os estudos da literatura de interesse sobre o tema a ser tratado, é muito relevante para o processo de construção do objeto e para a delimitação de uma amostra pertinente. No caso particular desta pesquisa, a primeira preocupação teórica diz respeito à definição do conceito de evento social como uma ocorrência concreta, em relação às estruturas sociais, e mediada pelas práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2003 e 2006; HARVEY, 1996; FAIRCLOUGH, SAYER & JESSOP, 2002).

A partir disso, as principais bases teóricas a que recorro são, principalmente, as contribuições da Análise de Discurso Crítica, notadamente no que tange às concepções de discurso e à sua constituição ideológica (FAIRCLOUGH 2001, 2003 e 2006; CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999; WODAK & MEYER, 2001); as contribuições da Linguística Sistêmico-Funcional, especialmente sobre os sistemas e funções que nos possibilitam a interação e a representação de mundo por meio de textos coesos e coerentes (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004; EGGINS, 2002 e 2010; MARTIN, 1992); e as contribuições da Teoria da Multimodalidade (KRESS & van LEEUWEN, 2006; KRESS, 2010; JEWITT & KRESS, 2008), no que competir os aspectos multissemióticos que constituem os textos.

Além disso, são fundamentais as noções teóricas na categorização dos gêneros, como modos de ação, e das suas estruturas composicionais (BAKHTIN, 2010B; BATHIA, 1997; BAZERMAN, 2005 e 2006; DOLZ & SCHNEUWLY, 2010; FAIRCLOUGH, 2001, 2003 e 2006; MARCUSCHI, 2005 e 2008; MILLER, 1994; ADAM, 2008; BRONCKART, 1999; TRIMBLE, 1985; SWALES, 1990).

Na etapa de revisão dos estudos teóricos, os eixos de pesquisa predominantes foram: a) o eixo da *teorização/recorte teórico*, em função do delineamento conceitual feito em termos da Análise de Discurso Crítica e de outras contribuições teóricas já especificadas, além da proposição teórica em termos da estruturação funcional que participam da composição de textos, gêneros e eventos sociais; b) o eixo da *elaboração metodológica*, corolária do recorte teórico feito e que dispõe este trabalho na interface da Linguística com outras ciências; e c) o eixo da *análise/interpretação*, em função do exame crítico sobre a literatura delineada, para além da mera compilação dela.

3.4.1.5 Análise de dados

Deslauriers & Kérisit (2008, p. 140) propõe-nos que

a etapa da análise consiste em encontrar um sentido para os dados coletados e em demonstrar como eles respondem ao problema de pesquisa que o pesquisador formulou progressivamente. Por isso, a análise ocupa um lugar de primeiro plano em toda pesquisa, mas, principalmente, na pesquisa qualitativa.

No processo de análise dos dados desta pesquisa, a questão geral e as específicas foram consideradas de um ponto de vista teórico triangular. Conforme Flick (2009, p. 62), “a triangulação implica que os pesquisadores assumam diferentes perspectivas sobre uma questão em estudo ou, de forma mais geral, ao responder a perguntas de pesquisa”. Partindo da contribuição de Flick (2009) e com respaldo no caráter transdisciplinar da Análise de Discurso Crítica, as respostas às questões desta pesquisa foram construídas na *perspectiva discursiva dos eventos sociais*, com contribuições advindas da Geografia e da Análise de Discurso Crítica (HARVEY, 1996; FAIRCLOUGH, 2001, 2003 e 2006), na *perspectiva dos gêneros textuais* que marcam os eventos sociais, com contribuições advindas das Teorias de Gênero, textuais/discursivos, (BAKHTIN, 2010B; BATHIA, 1997; BAZERMAN, 2005 e 2006; DOLZ & SCHNEUWLY, 2010; FAIRCLOUGH, 2001, 2003 e 2006; MARCUSCHI, 2005 e 2008; MILLER, 1994; ADAM, 2008; BRONCKART, 1999; TRIMBLE, 1985; SWALES, 1990) e na *perspectiva discursiva e ideológica* dos eventos sociais, com contribuições advindas da Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2001, 2003 e 2006).

Na interseção que se cria entre as citadas abordagens teóricas, buscou-se analisar, compreender e interpretar como os gêneros podem constituir a dimensão discursiva dos eventos sociais, num percurso e num tratamento entrecortados que ora partem dos próprios eventos, ora partem dos textos e gêneros que marcam ou que são típicos desses eventos, na defesa de que as estruturas funcionais presentes nos textos estão presentes nos gêneros e nos eventos sociais, fazendo com eles sejam predominantemente argumentativos, narrativos, injuntivos, expositivos/explicativos,

dialogais ou preditivos¹⁹. O tratamento dispensado ao *corpus* é resumido por meio do diagrama a seguir:

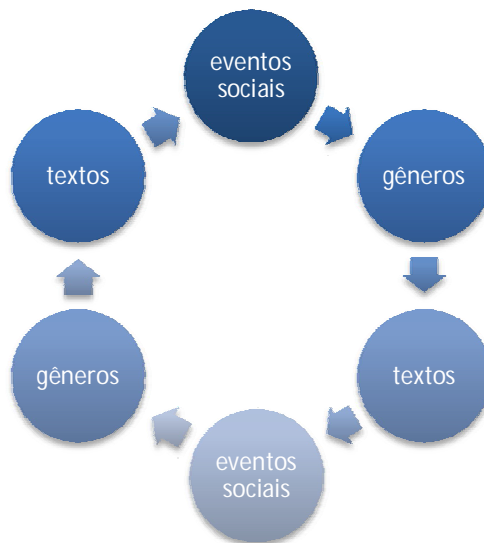


Diagrama 3 – Percurso do tratamento dispensado ao *corpus*

A análise dos dados encontra-se em toda a extensão do Capítulo 4 - **A matriz genérica dos eventos sociais** e do Capítulo 5 - **A matriz discursiva dos eventos sociais**. No Capítulo 4, rediscute-se o conceito de evento social (FAIRCLOUGH, 2003 e 2006; HARVEY, 1996; FAIRCLOUGH, SAYER & JESSOP, 2002) e aborda-se, novamente, a proposta em torno das estruturações funcionais e, para tanto, volta-se às contribuições de em torno das noções de *tipos textuais* (BIBER, 1988; MARCUSCHI, 2005 e 2008), *sequências linguísticas* (ADAM, 2008; BRONCKART, 1999), *tipos discursivos* (BRONCKART, 1999); *funções retóricas* (TRIMBLE, 1985), *processos retóricos* (BATHIA, 1997), *gêneros elementares* (MARTIN, 1992), *gêneros primários* (BAKHTIN, 2010), *pré-gêneros* (FAIRCLOUGH 2003; SWALES, 1990) e *modos retóricos* (FAIRCLOUGH, 2001).

No Capítulo 5, a matriz discursiva dos eventos sociais é confrontada com a noção de ordens de discurso. Além disso, recorre-se, principalmente, à noção de *discurso* como representação e transformação da realidade (FAIRCLOUGH, 2001, 2002

¹⁹ A análise mais apurada da estruturação funcional compartilhada por textos, gêneros e eventos sociais encontra-se no Capítulo 4, na seção “A matriz genérica dos eventos sociais”.

e 2003; VAN LEEUWEN, 2005, 2009). Neste capítulo, os textos são analisados e interpretados a partir de alguns manejos do sistema de transitividade (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004), de alguns aspectos do sistema de avaliatividade (MARTIN & WHITE, 2005) e das categorias *valor da informação*, *saliência* e *moldura* (KRESS & VAN LEEUWEN, 2006; KRESS, 2010; JEWITT & KRESS, 2008).

Nesta etapa de análise dos dados, os eixos de pesquisa predominantes foram: a) o eixo da *análise/interpretação*, quando os dados — os textos e gêneros — foram erigidos na condição de participantes do momento discursivo dos eventos sociais, numa face mais retórica, quantificável e previsível e numa outra face, mais discursiva, simbólica e ideológica; e b) o eixo da *teorização*, quando da defesa de que determinados textos, gêneros e eventos sociais compartilham as mesmas estruturas funcionais, que fazem com que eles (textos, gêneros e eventos) sejam predominantemente argumentativos, narrativos, injuntivos, expositivos/explicativos, dialogais ou preditivos. O eixo da teorização também foi o predominante quando da defesa de que os eventos sociais, sem estar imunes às ordens de discurso, ancoram-se num conjunto de representações discursivas para atuarem, ideologicamente, na sociedade.

3.4.1.6 Respostas possíveis

Dado o seu caráter de construção progressiva, o modelo qualitativo nos permite revisar ou ajustar a questão proposta na pesquisa, uma vez que a interpretação dos dados, por vezes, pode ser surpreendente. Para Deslauriers & Kérisit (2008, p. 140), o “delineamento de uma pesquisa qualitativa não pode prever com precisão os resultados que a análise qualitativa produzirá”.

No percurso de análise pelo qual esta pesquisa optou, as respostas ou resultados esperados são basicamente os seguintes: o momento discursivo dos eventos sociais tem uma dimensão de cunho delimitável, um potencial retórico amplo que repercute as estruturas de base da composição de textos e gêneros que participam da construção desses eventos, fazendo com que estes sejam de matriz predominantemente

argumentativa, narrativa, injuntiva, expositiva/explicativa, dialogal ou preditiva; a outra dimensão não pode ser delimitável, pois é engendrada pelo conjunto de representações discursivas e ideológicas de cada evento que se atualiza.

Na verdade, parece-me correto afirmar que o momento discursivo dos eventos não é uma matéria compacta e una, mas uma configuração formada pela junção entre essas duas dimensões, empiricamente indissociáveis, mas que respondem por demandas diferentes na atuação dos eventos sociais.

Na etapa dos resultados possíveis, os eixos de pesquisa mais proeminentes são: a) o eixo da *análise/interpretação*, ainda em função do tratamento interpretativo reservado aos dados na etapa anterior; b) o eixo da *teorização*, quando ainda realizam-se considerações acerca da matriz genérica e da matriz discursiva dos eventos sociais; e c) o eixo da *projeção*, quando se dá a reflexividade em torno dos sentidos construídos e dos sentidos que poderiam ser construídos a partir dos dados, mas que o eixo da delimitação, necessário em todo projeto de pesquisa, restringe que tenham sido abordados nos limites de saída e de chegada propostos para o presente trabalho.

3.5 Resumo do capítulo

Este capítulo descreve a metodologia utilizada em *A Voz dos eventos sociais: uma construção pela atividade de textos e de discursos*, pesquisa de caráter qualitativo, cujo foco não está concentrado na ocorrência estatística de nenhum dado ou fenômeno linguístico, mas, sim, na interpretação da configuração retórica e discursiva dos eventos sociais, inclusive de aspectos que jamais poderão ser quantificados.

Inicialmente, foram feitas breves observações sobre a pesquisa linguística e sobre a definição de Linguística como reflexos das concepções de língua e linguagem, o que pode revestir nossas investigações de um viés de neutralidade ou de posicionamento político.

Em seguida, numa sucinta análise a respeito das propostas qualitativa e quantitativa, discutiu-se que elas não são tão excludentes assim, pelo fato de que “não há quantificação sem qualificação”, conforme Bauer e Gaskell (2002). Foram mostrados, ainda, argumentos a favor da ciência na condição de uma prática retórica, tendo em vista os seus elementos de persuasão e a sua finalidade de se comunicar com o público. Além disso, abordou-se a pesquisa qualitativa na condição de processo multicultural em que o pesquisador é alguém que tem um gênero social e uma classe, por exemplo, e esses aspectos influenciam o saber científico, desprovendo-o de qualquer neutralidade.

Na extensão deste capítulo, foram delineadas as categorias utilizadas para as análises e interpretações que serão realizadas no Capítulo 4 – **A matriz genérica dos eventos sociais** e no Capítulo 5 – **A matriz discursiva dos eventos sociais**. Além disso, foram descritos os procedimentos, as etapas e os eixos de pesquisa deste trabalho, conforme resumo no quadro a seguir:

ETAPAS PROCEDIMENTOS		Etapas, procedimentos e eixos de pesquisa					
		Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3	Etapa 4	Etapa 5	Etapa 6
		Definição da perspectiva de pesquisa	Questão de pesquisa Quivy & Campenhoudt (2008) e Flick (2009)	Construção do objeto Deslauriers & Kérisit (2008)	Revisão bibliográfica Deslauriers & Kérisit (2008)	Análise de dados Deslauriers & Kérisit (2008)	Resultados possíveis Taylor & Bogdan (1998)
<ul style="list-style-type: none"> Definição do modelo de pesquisa qualitativa em função do papel que os estudos da linguagem exercem no conjunto das Ciências Sociais. Definição do modelo de pesquisa qualitativa em função das concepções de linguagem como interação, conjunto de sistemas e recurso sociossemiótico, bem como das concepções de discurso como modo de representação e como recontextualização. 		<i>Delimitação²⁰</i> <i>Elaboração metodológica</i>	<i>Delimitação</i> <i>Teorização</i> <i>Elaboração metodológica</i>	<i>Elaboração metodológica</i> <i>Delimitação</i> <i>Teorização</i>	<i>Teorização</i> <i>Elaboração metodológica</i> <i>Análise/interpretação</i>	<i>Análise/interpretação</i> <i>Teorização</i>	<i>Análise/interpretação</i> <i>Teorização</i> <i>Projeção</i>
<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento da questão geral e das questões específicas da pesquisa. Localização da pesquisa no âmbito da Linguística, em contato com outras Ciências Sociais (Geografia, Ciência Política, Estudos da Comunicação em Massa). Definição do <i>corpus</i> (no plano dos eventos sociais e no plano dos gêneros). Delineamento das etapas de pesquisa e respectivos procedimentos. Definição dos pressupostos teóricos e respectivas categorias Teorização, proposição e definição de conceitos Macroanálise dos dados Teorização, proposição, definição e aplicação de conceitos Reflexão sobre as respostas construídas durante a macroanálise dos dados Avaliação das questões surgidas no decorrer do trabalho e que poderão questões geradoras para análises futuras. 							
LUGAR PREDOMINANTE DOS PROCEDIMENTOS E EIXOS DE PESQUISA		<ul style="list-style-type: none"> Introdução Capítulo 3²¹ 	<ul style="list-style-type: none"> Introdução Capítulo 1 Capítulo 2 Capítulo 3 	<ul style="list-style-type: none"> Capítulo 3 Capítulo 1 Capítulo 2 Capítulo 4 Capítulo 5 	<ul style="list-style-type: none"> Capítulo 1 Capítulo 2 Capítulo 4 Capítulo 5 	<ul style="list-style-type: none"> Capítulo 4 Capítulo 5 	<ul style="list-style-type: none"> Considerações finais Capítulo 4 Capítulo 5

²⁰ A primeira operação registrada corresponde ao plano de atuação predominante numa dada etapa da pesquisa.

²¹ A ordem dos capítulos da tese nesta representação corresponde ao “lugar” em que as operações e os procedimentos de pesquisa foram predominantes.

Capítulo 4

A matriz genérica dos eventos sociais

Este capítulo é dedicado à análise, à interpretação e ao delineamento teórico da matriz genérica, a estruturação funcional que diz respeito ao amplo potencial retórico dos eventos sociais e que lhes garante parte da ação sociocomunicativa. O percurso do presente capítulo considera: (i) o conceito de evento social e a discussão sobre a sua relação com as estruturas e com as práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2003 e 2006; HARVEY, 1996; FAIRCLOUGH, SAYER & JESSOP, 2002); e (ii) as macroações linguísticas e retóricas que servem de base à estruturação textual dos gêneros, teorizadas, de forma dissente, como *tipos textuais* (BIBER, 1988; MARCUSCHI, 2005 e 2008), como *sequências linguísticas* (ADAM, 2008), como *tipos discursivos* (BRONCKART, 1999), como *funções retóricas* (TRIMBLE, 1985), como *processos retóricos* (BATHIA, 1997), como *gêneros elementares* (MARTIN, 1992), como *gêneros primários* (BAKHTIN, 2010), como *pré-gêneros* (SWALES, 1990; FAIRCLOUGH 2003) e como *modos retóricos* (FAIRCLOUGH, 2001).

4.1 Por que uma voz para os eventos sociais

Na Introdução, esclareci que a atribuição de uma “voz” para os eventos sociais tem como consequência o fato de que eles também agem e que, por isso, são muito mais do que simples acasos. Parece-me que há outra consequência em atribuir uma voz aos eventos sociais. Trata-se de considerá-los na condição de textos. Textos que se produzem, circulam e que são recepcionados em contextos culturais específicos. E, se são textos, exercem funções particulares quando se atualizam. Assim, quando decidi abordar o momento discursivo dos eventos sociais, decidi tratá-los como textos, como elementos processuais de interações, de construção de sentidos e de veiculação ideológica. Os produtores desses textos podem ser pessoas, instituições, governos, regimes políticos, partidos políticos, empresas, igrejas, entre outros.

Na seção seguinte, volto às considerações sobre o conceito de evento social, a partir das proposições teóricas de Harvey, 1996; Fairclough, 2003 e 2006; Fairclough, Sayer & Jessop, 2002.

4.2 A matriz genérica dos eventos sociais

Para detalhar a proposição teórica em torno da matriz genérica dos eventos sociais, parto da importante contribuição teórica de Harvey (1996), para quem os “processos sociais” são constituídos por momentos distintos, mas que se internalizam numa relação dialética. Ao designar os componentes dos processos sociais por “momentos”, Harvey assegura que desejou evitar qualquer sentimento de cristalização anterior às atividades em curso, embora seja possível estabelecer certo caráter de permanência desses momentos em relação a instituições específicas, por exemplo. Conforme já foi mostrado no Capítulo 1, os seis momentos dos processos sociais são: (1) discurso/linguagem, (2) crenças/valores/desejos, (3) poder, (4) relações sociais, (5) instituições/rituais e (6) práticas materiais. *Discurso/linguagem* corresponde ao

momento em que mobilizamos recursos para falar, escrever e representar o mundo. A importância do discurso²² em respeito aos outros momentos relaciona-se ao fato de ele possibilitar a nossa persuasão no que “concerne a certas linhas de ação e crença”. Os seis momentos propostos não são apresentados por Harvey seguindo uma ordem de importância. Contudo, sobre os discursos, ele afirma que eles não devem ser vistos de forma isolada dos outros momentos da vida social, embora transcendam os demais.

Fairclough (2006, p. 30-1) distingue três níveis de abstração na análise social: as *estruturas*, os *eventos* e as *práticas sociais*. Na ordem, e de forma resumida, teríamos o que é possível, o que é real (atual) e o que medeia o possível e o real. Ou seja, no nível mais abstrato estão as estruturas sociais, que são as mais gerais e duradouras características das sociedades, como o modo de produção capitalista, as estruturações de classes e as línguas, que podem ser consideradas “tipos especiais de estruturas sociais”. Os eventos delimitam o que é real, o que acontece ou é feito. E as práticas sociais, na intermediação entre o possível (as estruturas sociais) e o real (os eventos), representam os modos como as coisas são feitas ou como elas acontecem “em áreas particulares da vida social”.

Os eventos sociais são, para Fairclough (2006), “todas as atividades, todas as ações e acontecimentos que constituem, nos termos de Harvey, os *processos sociais*” e os textos, em sentido amplo, são os momentos discursivos desses eventos, que, por sua vez, são moldados ou parcialmente moldados pelas práticas sociais, conforme Fairclough (2003, p. 25). Eventos são, ainda, os acontecimentos imediatos, as ocasiões da vida social, de acordo Chouliaraki & Fairclough (1999, p. 22). Magalhães (2004, p. 1) salienta que as estruturas sociais “determinam um ‘conjunto de possibilidades’ que podem ou não concretizar-se em eventos sociais, como a aula, a reunião acadêmica ou o culto religioso”.

Fairclough, Jessop & Sayer (2003) sustentam que os eventos sociais podem ser caracterizados em mais semióticos ou menos semióticos, porém, até mesmo estes (apenas a ação física, material, por exemplo) devem ser interpretados numa perspectiva semiótica. Isso se justifica pelo fato de que os textos articulam diferentes discursos, e essas articulações são, ao mesmo tempo, articulações dos campos, grupos e atividades sociais, além de espaços, tempos e desejos. Ao tratar os textos como partes dos eventos

²² As noções de discurso, entre elas a de “modos de representar” (FAIRCLOUGH, 2003), foram discutidas no Capítulo 1.

sociais, Fairclough chama atenção para o fato de que alguns eventos têm caráter altamente textual (uma palestra), enquanto que em outros o texto ocupa um espaço mais secundário: partida de futebol (FAIRCLOUGH, 2003, p. 21). Mesmo sendo de caráter bem textuais, nem mesmo os eventos como a palestra, por exemplo, são unicamente textuais: no caso da palestra, há outros elementos, tais como a expressão corporal, o uso de equipamentos etc.

Uma contribuição na abordagem da relação entre eventos e textos é feita por Marcuschi (2008, p. 163). Para ele, o “evento é marcado por um conjunto de ações e o gênero é a ação linguística praticada como recorrente em situações típicas marcadas pelo evento”. Marcuschi dá como exemplos de eventos tanto o consolo a uma criança chorosa quanto um congresso acadêmico e uma sessão do Congresso Nacional. No caso do primeiro exemplo, ele observa que recitar um poema não seria um gênero “adequado” ao evento, como talvez o fosse o conselho. Essa observação de Marcuschi é relevante para ampliar a nossa percepção em torno dos eventos sociais, muitas vezes sinônimos de acontecimentos grandiosos, de cunho político, esportivo e artístico com repercussão na grande imprensa, ou as próprias coberturas midiáticas, eventos midiáticos (JÄGER & MEYER, 2009).

A argumentação que inicio agora diz respeito ao fato de que os eventos sociais têm uma matriz genérica, no seu “momento” segundo Harvey (1996), de linguagem/discurso. Tal matriz, é preciso inicialmente esclarecer, não é a fonte de onde partem os gêneros, um agente germinal capaz de originar os gêneros que compõem nossas interações e ações e que organizam a sociedade. Ela é um potencial retórico e linguístico que repercute as funções e as macroações que estão na base do que eu denominei de estruturação funcional dos textos, e que alguns autores denominam tipos textuais, sequências linguísticas, funções retóricas, entre outros. Isso implica dizer que as estruturações funcionais não têm nos textos que lemos, escrevemos, vemos, ouvimos e tocamos o seu limite de atuação; significa que elas perpassam toda uma tessitura construída ininterruptamente, desde os textos que nos são mais imediatos até o nível dos eventos sociais. Por isso, a minha opção por tratar os eventos — além de acontecimentos e atividades concretos que constituem os processos sociais (Fairclough, 2006) — na condição de textos, cujos produtores podem ser pessoas, instituições, empresas, governos, entidades etc. Considero-os textos para defender que eles compartilham as

estruturas funcionais de base dos textos que nos são mais próximos, que, na forma dos gêneros, possibilitam as nossas ações e interações.

Na composição dos gêneros, as *estruturas funcionais são as* configurações linguísticas, retóricas e funcionais que, combinadas e hierarquizadas, participam do fluxo de textualização, que corresponde à base de formação dos textos no que tange aos seus aspectos de composição. As estruturas funcionais contemplam, ainda, elementos característicos e marcas aparentes dos textos (dos gêneros), tais como o vocativo das “cartas”, o timbre da editora na “capas de livros”, entre outros. Defendo que tais estruturas funcionais não se esgotam nos textos, nem nos gêneros desses textos. A matriz genérica é uma estrutura funcional que atua no nível dos eventos sociais. Tal matriz é apenas uma parte que compõe o momento de discursivo dos eventos sociais e corresponde ao seu potencial retórico. Em outras palavras, quero dizer que os eventos sociais têm um propósito retórico amplo que lhes confere uma natureza que pode ser narrativa, argumentativa, injuntiva, expositiva/explicativa, preditiva ou dialogal. Não apenas os textos podem ser predominantemente narrativos, argumentativos, expositivos, injuntivos, preditivos ou dialogais, os eventos também são, em um nível de abstração mais elevado.

De alguma maneira, o que busco explicitar é que os eventos sociais compartilham as mesmas estruturas funcionais predominantes dos textos que lhes são constituidores. Não se trata de defender que um evento social é, do ponto de vista do seu momento discursivo, o resultado da equação de todos os gêneros e textos que marcam e constroem tal evento. Antes, a articulação de todos esses textos, em que há o predomínio de certas estruturas²³, mantém o caráter de formação da estrutura predominante em cada um deles. Ou seja, se os gêneros que marcam um dado evento são predominantemente argumentativos, é porque a matriz genérica deste evento é argumentativa. Se a nossa escolha, no nível mais amplo, é organizar ou construir um evento social de matriz injuntiva, os gêneros deste evento serão predominantemente injuntivos, e assim por diante.

Com isso, é possível estender a operação retórica das estruturas para além dos textos: elas alcançam os eventos sociais. E isso se dá pelo fato de que textos,

²³ De agora em diante, usarei livremente apenas o termo “estruturas” para me referir às “estruturas funcionais”.

gêneros e eventos sociais compartilham certas estruturações funcionais, observadas todas as distinções em termos do alcance da atuação de cada um deles.

Nesse processo de compartilhamento, podemos verificar que os textos têm estruturações funcionais mais dependentes das estruturas do sistema linguístico, de elementos de ordem morfossintática. Esta dependência vai diminuindo, gradualmente, à medida que alcançamos o nível dos gêneros e, mais amplamente, o nível dos eventos. À proporção que as estruturações se distanciam do nível textual, ancoradas em estruturas morfossintáticas, elas vão se tornando mais autônomas em relação ao sistema linguístico, pois vão entrando, cada vez mais, no âmbito dos contextos sociais, no âmbito do que não é só linguagem, e vão se tornando cada vez mais dependentes de relações sociais. Trata-se de uma questão altamente delicada, pois não pretendo sugerir que os textos sejam apenas linguagem e que não tenham rasgos de ideologia e de contextos, por exemplo. Na verdade, as estruturações, quando no nível do texto, estão no nível do que “vai ser” o texto e, somente quando se combinam hierarquicamente, é que vão tecendo os primeiros seguimentos textuais. Por isso, acredito que a sucessão *texto>gênero>evento* é um *continuum* que flui do mais linguístico para o menos linguístico. Ou, de outro modo, trata-se de um *continuum* que vai do nível mais sustentado em estruturas morfossintáticas, disponíveis ou manejadas dentro do sistema linguístico, para o nível menos dependente dessas estruturas.

Na sucessão fluida *texto>gênero>evento*, os gêneros ocupam uma posição intermediária, tendo em vista que eles orientam textos (com base em estruturações mais linguísticas) e, ao mesmo tempo, orientam ações no seio da sociedade, além de ser elementos da sua constituição. Como argumentei no Capítulo 2, gêneros são elementos que têm motivações e consequências civis, econômicas, jurídicas etc., o que lhes retira a propriedade de serem unicamente linguísticos. Por isso, eles constroem a intersecção entre os textos e os eventos sociais e, assim, mantêm aspectos das estruturações de ambas as categorias.

No plano dos eventos sociais, a matriz genérica corresponde, apenas, por uma dimensão dentro do momento *discursivo*. Ela é uma porção da “voz” geral dos eventos e responde a uma parte da pergunta “o que querem os eventos sociais?”, cujas possíveis respostas serão, previsivelmente, “eles querem argumentar”, “querem narrar”, “querem injungir”, e assim por diante. Contudo, tal matriz não dá respostas à pergunta “que

representações discursivas constroem os eventos?”, questão para a qual não podemos prever respostas, dada a amplitude do que possa ser uma representação pelo discurso e, portanto, pela ideologia. A parte mais ideológica, denominada de matriz discursiva, será o tema desenvolvido no próximo capítulo.

Proponho, com essa interpretação, que o momento discursivo dos eventos sociais é composto por duas dimensões: uma mais voltada para as suas configurações retóricas e uma outra mais voltada para as suas representações discursivas, que será apresentada mais adiante. Por ora, reitero a defesa de que as estruturas funcionais não se limitam a atuar no plano rudimentar dos textos, mas que essa atuação perpassa os textos, os gêneros e os eventos; e que, em tal percurso, vão se tornando mais autônomas em relação às possibilidades estruturais do sistema linguístico.

Existe um desdobramento em tudo o que foi dito até aqui: tendo em vista que a matriz genérica responde por uma parcela do momento discursivo dos eventos e que ela repercute as potencialidades que estão na base de formação dos textos, é possível afirmar que os eventos, sob esse aspecto, agrupam-se em um número concentrado de possibilidades quanto ao seu viés retórico, o que significa que, em vista da matriz genérica, os eventos podem ser, predominantemente, narrativos, argumentativos, expositivos/explicativos, injuntivos, dialogais ou preditivos. No que tange à matriz discursiva, as configurações dos eventos serão possíveis na ordem das possibilidades de representações discursivas, sendo, assim, não quantificáveis. Em resumo, a matriz genérica é uma potencialidade; a matriz discursiva é uma atualidade.

Outro desdobramento importante diz respeito à relação que a matriz mantém com os gêneros que auxiliam na construção de um dado evento. Trata-se de um vínculo de mútua implicação, dentro do qual a matriz exerce uma força limitadora quanto à ocorrência e à escolha dos gêneros que são típicos dos eventos, ao mesmo tempo em que esses gêneros parecem determinar a matriz genérica dos eventos. Em outras palavras, a constituição da matriz genérica, mesmo resguardado o seu caráter potencial, é simultânea à demarcação dos gêneros que lhe são típicos, o que equivale a dizer, por exemplo, que um evento de matriz argumentativa não seleciona, simplesmente, gêneros de textos com predominância argumentativa; ou que os gêneros estejam à espera de um evento de dada matriz para serem alçados à condição de elementos que vão auxiliar na viabilização desse evento. O que há é uma construção concomitante em que gêneros

constroem matrizes genéricas, enquanto estas regulam, de certo modo, a ocorrência dos gêneros característicos do evento de que participam. Isso talvez justifique a constatação de que em eventos sociais de matriz argumentativa, por exemplo, a maior parte dos gêneros seja de textos com predominância de estruturas argumentativas, relação também observada nos casos dos eventos com outras matrizes.

4.3 Estruturações funcionais dos eventos sociais

Vistos sob a perspectiva da matriz genérica, os eventos podem ser agrupados de acordo com as estruturas funcionais que nele são predominantes. Longe de apresentar uma classificação rígida, proponho, apenas para fins de análise, uma organização cujo princípio é a ação retórica dominante nos eventos sociais. Desse modo, nas subseções seguintes, traço as principais propriedades dos eventos sociais de matriz argumentativa, narrativa, injuntiva, expositiva/explicativa, dialogal e preditiva.

4.3.1 Eventos sociais de matriz argumentativa

A mais evidente característica dos eventos argumentativos está associada à sua pretensão de interferir no comportamento das pessoas, buscando-lhes a adesão em torno de propostas e, conseqüentemente, o desencadeamento de determinadas ações. Nesse sentido, a argumentação é um processo complexo que envolve, ao menos, os movimentos da fundamentação, da justificação e da alegação (GIEVE, 2000 e VAN EEMEREN *at al.*, 1997, apud FAIRCLOUGH, 2003). A argumentação é, ainda, uma atividade discursiva por meio da qual se busca produzir mudanças nas concepções do outro. Este é o caso de campanhas publicitárias, campanhas de incentivo à leitura, campanhas de conscientização ecológica, campanhas de vacinação, campanhas de educação no trânsito, campanhas eleitorais etc. Os eventos reunidos sob a etiqueta de “campanhas” têm matriz genérica argumentativa, porque a macroação retórica deles é

argumentar. Toda campanha busca a adesão do outro e, por isso, os gêneros que a constroem são predominantemente de textos argumentativos, muito embora seja possível observar alguns de estruturação funcional diversa da matriz, como mostrarei mais adiante.

Vejamos o exemplo de uma campanha eleitoral, mais precisamente das campanhas presidenciais em segundo turno de 2010. No que concerne à matriz, tanto a campanha da presidenciável²⁴ Dilma Rousseff quanto a do presidenciável José Serra são eventos predominantemente argumentativos: elas se constituem de argumentos que visam a aquiescência do eleitor às propostas da candidata e do candidato. Para tanto, as duas campanhas eleitorais foram construídas, discursivamente, por meio, também, de gêneros capazes de promover eleitoralmente a candidata e o candidato. Penso ser importante discernir, no caso analisado, os gêneros que servem à promoção eleitoral dos que não têm tal propósito, mas que ajudam a definir a campanha eleitoral como um evento de proeminência discursiva. Eu denomino os últimos de *gêneros eleitorais*, tais como *cédula eleitoral*, *zerésima*²⁵, *requerimento de justificativa eleitoral*, *título de eleitor*, *instruções*, *notas e acórdãos do TSE*, *Código Eleitoral*, *Lei das Eleições*, entre outros. Os primeiros, contudo, são específicos da promoção de candidatos e, por essa razão, eu os denomino de *gêneros de promoção eleitoral*, tais como *adesivos*, *bandeira*²⁶, *biografia*, *carta*, *cartão postal*, *cartaz*, *cola eleitoral*²⁷, *comerciais de rádio*, *comerciais de televisão*, *convite*, *declaração de apoio*, *depoimentos*, *descanso de tela* (computador), *pronunciamentos*, *jingles*, *jogos eletrônicos*, *melequinhas* (adesivos para roupa), *mensagem assinada*, *mensagem do Twitter*, *panfletos*, *propaganda eleitoral de*

²⁴ A condição de “presidenciável” só é possível para os proponentes que se submeteram, entre outros, ao crivo do gênero *requerimento de registro de candidatura*, discutido no Capítulo 2.

²⁵ “Zerésima” é, de acordo com a glossário do Tribunal Superior Eleitoral, um “documento emitido em cada seção eleitoral indicando que não existe voto registrado. Este documento é emitido após o procedimento de inicialização da urna eletrônica, servindo para atestar que não há registro de voto para nenhum dos candidatos”.

²⁶ Uma importante contribuição teórica quanto à diferenciação entre *gênero* e *suporte* encontra-se em Marcuschi (2008a, p. 173-186), que define o suporte como um “lôcus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação materializado como texto”. Marcuschi aponta para o fato de que relação entre gênero e suporte existe num contínuo tendo em vista que não são “fenômenos discretos”. Ele destaca, ainda, a importância do suporte para a circulação dos gêneros, além do fato de que o suporte “não é neutro e o gênero não fica indiferente a ele”. Quando me refiro à *bandeira* como gênero, refiro-me ao que este suporte pode conter em termos da promoção eleitoral; refiro-me ao gênero promocional que a bandeira sustenta, e não ao objeto propriamente dito. As mesmas observações feitas à “bandeira” são aplicadas aos gêneros “adesivo”, “descanso de tela” e “*wallpaper*” (descanso de tela do celular).

²⁷ Espécie de volante que contém os dados do/a candidato/a e que pode ser portado pelo eleitor no dia da eleição.

rádio, propaganda eleitoral de televisão, reportagens (nos sites dos candidatos), *ringtones*²⁸, *santinhos, telefonemas gravados, volante, wallpaper* (celular), entre outros.

Deixando de lado, no momento, os gêneros eleitorais, a minha atenção, no que tange ao evento “campanha eleitoral”, é dada aos *gêneros de promoção eleitoral*, especialmente no modo como eles agiram na construção argumentativa das citadas campanhas. Nesta seção, focalizo apenas, e brevemente, os dois principais argumentos construídos por cada uma das campanhas, pois, no próximo capítulo, quando da análise das representações mais ideológicas — no plano da matriz discursiva — é que farei uso de algumas categorias da Análise de Discurso Crítica, da Linguística Sistêmico-Funcional e da Teoria da Multimodalidade, para analisar as construções discursivas de que se serviram as duas campanhas eleitorais.

O gênero *adesivo*, analisado mais adiante, resume o que foram as duas argumentações levadas a efeito pelas duas campanhas, pois, nas suas estruturações funcionais, encontramos os motes das duas candidaturas. No Capítulo 2, defendi que estruturações funcionais também compreendem os contornos mais evidentes, os traços mais marcantes que evidenciam um gênero. No caso dos gêneros de promoção eleitoral, as marcas indiciais são elementos como o *número do(a) candidato(a)*, a *fotografia* deles, o *mote (slogan)* de campanha, o *símbolo do partido* de que são filiados, o *nome da coligação* etc. Esses elementos de composição tão evidentes nos apontam empiricamente que se trata de gêneros situados nas práticas eleitorais.

No caso da campanha de Dilma Rousseff, a grande argumentação girou em torno de uma proposta de continuação de mudança, presente no *slogan* “Para o Brasil seguir mudando”, como pode ser observado a seguir:

²⁸ Toques de celulares que reproduzem, no caso eleitoral, os *jingles* das campanhas.



Gênero “adesivo para carro” – campanha Dilma Rousseff

O que se observa em muitos dos outros gêneros na campanha de Dilma é a construção de que a candidata é a segurança de que o processo de mudança em curso no Brasil não será interrompido, sendo este o principal motivo para que os eleitores dispensem nela seu voto. “Dilma Rousseff” é sinônimo de “continuidade da mudança”. Assim, constata-se que a matriz genérica da campanha de Dilma Rousseff resume-se na defesa de um projeto de país, pressuposto dos programas de governo implantados na gestão da qual a candidata foi coordenadora.

No que diz respeito à campanha de José Serra, a argumentação construída está alicerçada nas qualidades pessoais do candidato, como se depreende da leitura do *slogan* “Serra é do bem”, presente no adesivo a seguir:



Gênero “adesivo para carro” – campanha José Serra

A matriz genérica argumentativa da campanha de José Serra é fundamentada no candidato, e não na tese geral do seu programa de governo. As principais razões em que se sustenta a defesa da campanha Serra recaem sobre ele, sua biografia, suas

realizações, seu currículo e suas características virtuosas. É na defesa da pessoa do candidato que se busca o convencimento do eleitor.

Vejamos outro exemplo, agora confrontando os *jingles*²⁹ de Dilma e de Serra:

Dilma brasileira

Meu Brasil querido
Vamos em frente
Sem voltar pra trás
Pra seguir mudando
Seguir crescendo
Ter muito mais

Meu Brasil novo
Brasil do povo
Que o Lula começou
Vai seguir com a Dilma
Com a nossa força
E com o nosso amor

Ela sabe bem o que faz
Ela já mostrou que é capaz
Ajudou o Lula a fazer pra gente um Brasil
melhor
Lula tá com ela
Eu também tô
Veja como o Brasil já mudou
Mas a gente quer mais
Quer mais e melhor
É com a Dilma que eu vou

É a mulher e sua força verdadeira
Eu tô com Dilma
Uma grande brasileira (bis)

Serra é do bem

Quando se conhece bem uma pessoa
logo se sabe se é gente boa
Com Serra essa certeza a gente tem
Serra é do bem! Serra é do bem! (bis)

Serra faz bem pra saúde
não tem contra-indicação
já fez bem pra muita gente
com a cabeça boa e bom coração

Serra já passou no teste
é sincero e competente (Serra!)
Vida livre, transparente.

Quando se conhece bem uma pessoa
logo se sabe se é gente boa
Com Serra essa certeza a gente tem
Serra é do bem! Serra é do bem!

Serra do seguro-desemprego
do genérico, o remédio mais barato
sempre presente, trabalha de fato
Serra tem firmeza no que faz
Todo o Brasil já conhece bem
Tanta coisa boa ele já fez
Serra é do bem ! Serra é do bem!

Refrão

Quando se conhece bem uma pessoa
logo se sabe se é gente boa
Com Serra essa certeza a gente tem
Serra é do bem! Serra é do bem!
Serra é do bem! Serra é do bem!
Serra é do bem! Serra é do bem!

²⁹ O que se analisa, neste ponto do trabalho, é o gênero *letra de música*, e não o gênero *música* propriamente dito. Em função do suporte em que esta tese se apresenta, é inviável o exame das músicas (*jingles*) de campanha do modo como elas são veiculadas no rádio, na televisão, na internet, em carros de som, em comícios etc. Julgo que esta observação é relevante, em função do papel desempenhado pelos arranjos, ritmo e repetições de uma música na construção final dos seus sentidos. Também é importante registrar que os *jingles* funcionam como trilhas incidentais nos programas de TV e de rádio, além de servirem como temas para videocliques e reportagens durante a campanha eleitoral. Neste caso, associados a imagens e outros recursos semióticos, os *jingles* também são capazes de constituir outros sentidos, além dos que possam ser realizados apenas por meio da letra de música. Em resumo, pelo motivo exposto no início desta nota, o que se vê nesta tese é um gênero que não foi visto (ouvido) pelo eleitor na realização empírica do evento eleitoral, mas uma “versão” escrita dele, que, como já discorri, perde uma parcela do potencial de sentidos e de argumentação, presente no gênero música.

A análise da letra dos *jingles* permite-nos constatar a mesma linha de argumentação verificada nos adesivos. Na campanha de Dilma, o foco da mensagem está, principalmente, na proposta de um projeto de continuidade com mudança; já, na de Serra, a base da promoção reside na apresentação da biografia e de características pessoais do candidato. Alguns elementos são essenciais na construção dessas argumentações: a) o nome dos candidatos: o nome “Serra” é citado dezoito vezes no seu *jingle*, enquanto o nome “Dilma” aparece três vezes apenas; e b) o nome Brasil é citado cinco vezes no *jingle* de Dilma, enquanto é citado uma única vez no *jingle* de Serra. Nas três ocorrências, o nome “Dilma” é associado, duas vezes, à proposta de continuidade com mudança: “O Brasil novo (...) vai seguir com Dilma” e “Mas a gente quer mais/Quer mais e melhor/É com Dilma que eu vou”; na outra ocorrência de Dilma, a candidata é associada à questão do gênero social “É a mulher e sua força verdadeira/Eu tô com Dilma/Uma grande brasileira”. Nas ocorrências de “Serra”, todas as aparições associam o seu nome a características pessoais ou a realizações do candidato (ou, ainda, aparecem as duas questões combinadas), como nos excertos “logo se sabe se é gente boa/Com Serra essa certeza a gente tem/Serra é do bem! Serra é do bem!” e “Serra faz bem pra saúde/não tem contra-indicação/já fez pra muita gente/com a cabeça e bom coração”. No refrão do *jingle* de Serra, o título da música, “Serra é do bem!”, é repetido seis vezes, sem contar as oportunidades em que o próprio refrão é repetido.

O emprego dos nomes “Dilma”, “Serra” e “Brasil” e a distribuição quantitativa deles comprovam, mais uma vez, estratégias argumentativas bastante distintas. As razões argumentativas da *campanha Dilma* são mais fixadas numa espécie de sentido da candidatura, enquanto a *campanha Serra* fixa-se mais no sentido da figura do candidato. Em um contexto de eleição polarizada entre uma candidata da situação e um candidato da oposição, as argumentações esperáveis girariam em torno dos motes “continuidade do modelo de governo” e “substituição do modelo de governo”, respectivamente, tendo em vista que, politicamente, as duas forças estão em campos opostos.

As argumentações erigidas em um evento social são, repito, indissociáveis de um conjunto de representações discursivas e ideológicas que agem para a execução dos propósitos gerais do evento. O que demonstrei sobre as campanhas presidenciais foi apenas uma das dimensões do seu momento discursivo — a matriz genérica —, o seu potencial retórico amplo de argumentar. A dimensão mais ideológica, a matriz

discursiva, será o tema desenvolvido no próximo capítulo, notadamente no que concerne ao discurso fundamentalista do “bem e do mal”, na campanha de Serra, e à semiotização do presidente Lula, na campanha de Dilma.

4.3.2 Eventos sociais de matriz injuntiva

Os eventos sociais de matriz injuntiva caracterizam-se, fundamentalmente, pela normatização de costumes e procedimentos humanos ou institucionais. São exemplos de eventos sociais injuntivos os *rituais* (litúrgicos, jurídicos, acadêmicos, legislativos etc), porque a sua macroação retórica é preceituar, recomendar ou determinar comportamentos e costumes, estabelecendo condutas e contribuindo para a manutenção de parte da ordem social.

As *eleições*³⁰, no que diz respeito à sua parcela legislatória, são eventos injuntivos, pois normatizam comportamentos e procedimentos de candidatos e de eleitores. E para que tal normatização se efetive, alguns gêneros *eleitorais*³¹ possibilitam a matriz injuntiva desses eventos: *Lei das Eleições, Código Eleitoral, Resoluções, Instruções e decisões do TSE etc.*

Vejamos o caso do gênero “instrução”³². Uma “instrução do Tribunal Superior Eleitoral” é, segundo o glossário disponível no portal deste Tribunal, um ato normativo editado para “regulamentar e orientar a execução da legislação eleitoral e partidária”. No que respeita às eleições de 2010, a citada instrução tem a disposição de definir critérios e procedimentos quanto à escolha e ao registro de candidatos nas eleições de 2010. Tal *instrução*, entre outras disposições, define os partidos políticos aptos a participarem do pleito, restringe aspectos quanto à denominação das coligações, estabelece o período de realização das convenções, reitera as condições de elegibilidade dos candidatos em conformidade com o preceito constitucional (idade mínima,

³⁰ Refiro-me a “Eleições” para marcar uma distinção entre elas e a “campanha eleitoral”. Eleição é o evento mais amplo, que, entre outros, abarca a campanha eleitoral.

³¹ Ver, no Capítulo 2, a distinção feita, para a argumentação desta tese, entre “gêneros eleitorais” e “gêneros de promoção eleitoral”.

³² A Instrução nº 11-74.2010.6.00.000 (Anexo 1) foi capturada no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), http://www.tse.gov.br/internet/jurisprudencia/codigo_eleitoral/instrucao_11_res23221.html, em 23/11/2010.

nacionalidade, alistamento eleitoral etc), reitera as condições de inelegibilidade (analfabetos, por exemplo), estabelece as regras para registro de candidatos (apresentação de vias impressas dos formulários de Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários - DRAP e Requerimento de Registro de Candidatura - RRC) e estabelece critérios em relação à fotografia dos candidatos (tipo papel, cor do fundo, trajes etc).

O que busco explicitar com o exemplo da instrução mencionada é uma parte das restrições a que todos os que pleiteiam cargos eletivos estão submetidos. No caso das eleições, tais restrições ecoam a matriz injuntiva do evento, uma vez que se instaura uma coibição sobre o que “se deve” “ou “não se deve” fazer e sobre o que “se pode” ou “não se pode” fazer.

E, deflagrada a campanha eleitoral, os candidatos continuam submetidos a determinadas coibições, como podemos observar no exemplo da *resolução*³³, que dispõe sobre a propaganda eleitoral e as condutas vedadas na campanha eleitoral em 2010. A citada resolução, entre outras disposições, define a data de início e de término da propaganda no rádio e na TV, proíbe a propaganda antecipada, define os critérios do que caracteriza uma propaganda antecipada, define elementos obrigatórios na propaganda (nome da coligação, por exemplo), estabelece a língua em que poderá ser feita a propaganda (a “língua nacional”) e veda a instalação e uso de alto-falante a certo alcance do perímetro de hospitais, escolas e bibliotecas, por exemplo.

As eleições, contudo, são um evento que interfere no comportamento também do eleitor. Além de no Brasil este evento ser de caráter obrigatório, especialmente no que diz respeito ao voto, a eleição restringe o comportamento dos cidadãos — eleitores na ocasião em que se realiza o escrutínio. No ano de 2010, alguns gêneros foram *repraticizados*³⁴ e, desse modo, também compuseram a matriz injuntiva do evento eleitoral, especialmente voltados para instruir os procedimentos típicos que devem ser adotados pelos eleitores. Cito como exemplos do processo de repraticização, o uso de *quadrinhos* e de *passatempos* como gêneros eleitorais, o que afetou os processos de

³³ Resolução nº 23.191 (Anexo 2). Retirada do site oficial do Tribunal Superior Eleitoral, http://www.tse.gov.br/internet/jurisprudencia/codigo_eleitoral/instrucao_131_res23191.html, no dia 23 de outubro de 2010.

³⁴ No Capítulo 2, iniciei a discussão em torno do processo de *repraticização*, por meio do qual alguns gêneros são deslocados de suas práticas habituais e passam a se articular com outras. Mais adiante, na seção “Matriz genérica, práticas sociais e práticas discursivas”, discuto sobre processo de repraticização para além dos casos em que se verifica o hibridismo genérico.

produção, distribuição e consumo desses textos, historicamente associados a práticas de entretenimento, e não a práticas de normatização:



Figura 2 - Capa da Revista do Eleitor

A Revista do Eleitor³⁵, uma iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, foi um periódico dedicado ao público jovem com o objetivo de prestar esclarecimento acerca dos direitos e deveres do eleitor, por meio de “textos nada complicados” e de “forma leve e divertida”, conforme consta da sua apresentação. Basicamente estruturado no formato de almanaque, a revista compõe-se dos gêneros *quadrinhos* e *passatempos*, nos quais aborda situações vivenciadas pelos membros da família Brasil e associadas ao dia do pleito. Nas imagens a seguir, podemos observar orientações quanto à obrigatoriedade da apresentação de um documento com foto, quanto ao uso de adereços eleitorais e quanto à proibição de propaganda no dia da eleição:

³⁵ A Revista do Eleitor (Anexo 3) encontra-se disponível do site <<http://www.tse.jus.br/hotSites/revistadoeleitor/index.html>>.





Figura 3 - Gênero "quadrinho" na matriz injuntiva das eleições

Seguindo o seu projeto de interação com o público jovem por meio de uma linguagem já conhecida desse público, a Revista do Eleitor traz, ainda, uma seção de *passatempos*, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre o pleito eleitoral, mas também instruir sobre procedimentos no dia da votação, como podemos observar nos seguintes exemplos:

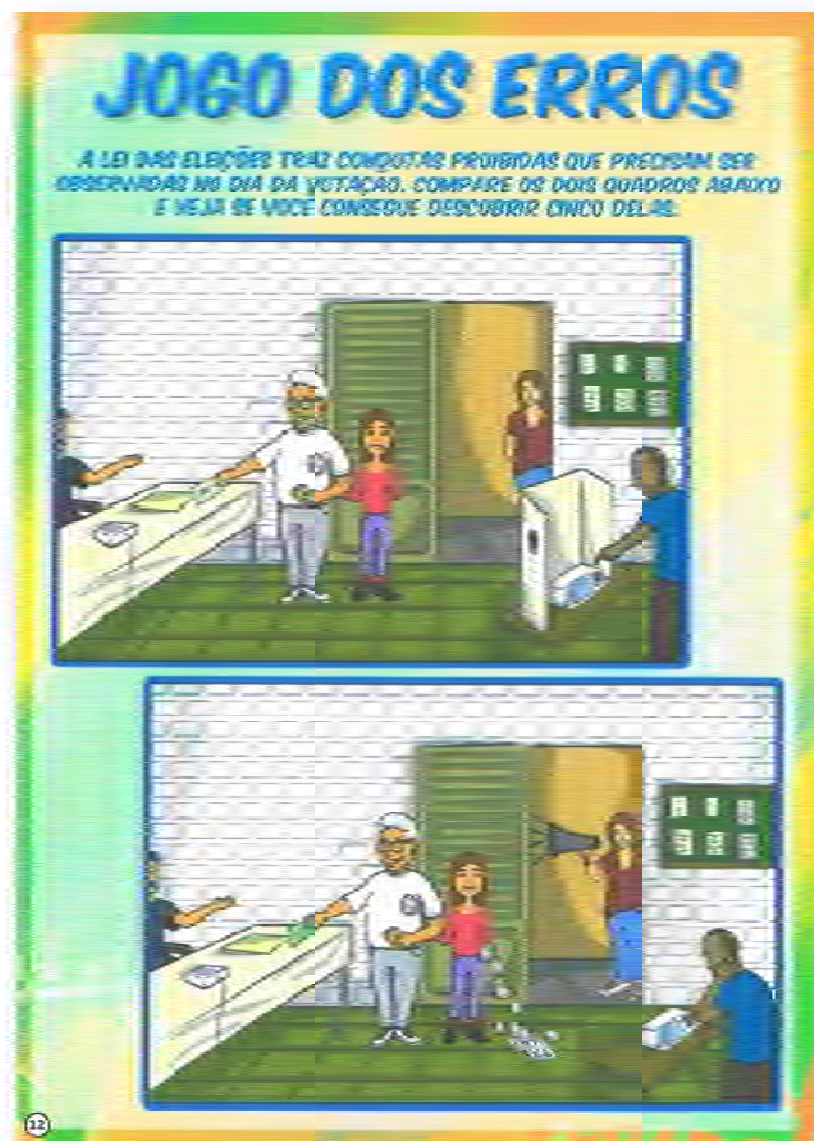


Figura 4 - Gênero “quadrinho” na matriz injuntiva das eleições



Figura 5 - Gênero “passatempo” na matriz injuntiva das eleições

Há no processo de re praticização dos gêneros, mostrado, neste caso, pelos exemplares dos *quadrinhos* e dos *passatempos*, a manutenção dos elementos mais evidentes dos textos próprios de uma determinada prática. Contudo, tais textos se articulam com a estruturação funcional predominante das novas práticas nas quais e com as quais os gêneros passam a agir. Nos exemplos analisados, *quadrinhos* e

passatempos seguem identificados pelas suas marcas indiciais, tais como balões e ilustrações, porém, na perspectiva da ação retórica e do fluxo da textualização menos evidente, tais gêneros assumem a estruturação funcional que constitui o outro evento em que passam a operar e, assim, assumem lugar na construção da matriz injuntiva das eleições.

Quando re praticizados, os gêneros são ajustados a outras práticas que medeiam os outros eventos em que esses gêneros passam a exercer novas funções. No processo de re praticização dos gêneros, a estruturação funcional sofre transformações, o que equivale a dizer que a configuração narrativa dos *quadrinhos*, por exemplo, é apenas uma aparente estratégia para a ação retórica injuntiva exercida pelo gênero em questão. Nas práticas originais de leitura recreativa, *quadrinhos* têm uma estruturação funcional narrativa, porque buscam narrar um enredo a partir de um dado conflito, sendo a constituição da história e do seu desenrolar as principais marcas do fluxo da textualização. Quando *quadrinhos* são re praticizados para as práticas sociais eleitorais, a estruturação narrativa passa a ser apenas um elemento superficial, pois a história não é mais o cerne da ação retórica, e sim a ação injuntiva que se busca empreender. Na última seção deste capítulo, teço algumas breves distinções entre o que defendo ser o processo de re praticização e a produção de gêneros híbridos.

4.3.3 Eventos sociais de matriz narrativa

Os eventos sociais de matriz narrativa são aqueles nos quais experiências, fatos e pessoas são afetados pelo processo de narrativização. Nesse sentido, segmentos da história não são simplesmente “contados” pelos eventos, mas narrativizados por eles, o que os reveste, necessariamente, de um viés interpretativo. Para White (1990), por meio da narrativização conferimos à realidade uma condição de história autoevidente, ao passo que dotamos o que está disperso de sentido e que organizamos o que, de fato, ocorre de forma fragmentada. Segundo Bhabha (1998), de forma análoga à proposta de White (1990), narrar implica uma espécie de adestramento da realidade, tendo em vista

que, nos casos historiográficos, por exemplo, cria-se uma narrativa unitária de nação. Por isso, Bhabha (1998) propõe-nos a recusa da narrativa, no sentido de que o adestramento do real esconde o seu caráter diverso.

Narrativizar é, para além de contar, conferir uma versão ficcional da realidade ou de aspectos dela. No nível dos eventos, proponho que esta versão ficcional se dá por meio da criação de grandes enredos, que se constituem como formas particulares de organização do mundo, amplos processos de coesão e de coerência que visam a construção de uma trama. Assim, tomo por “ficção” não as acepções de “mentira” ou de “fingimento”, mas, sim, a elaboração ou reelaboração da realidade, em contraposição à sua inatingível reprodução fidedigna. Nesses termos, para mim, ficção é a realidade possível, sempre já traduzida pelas nossas intenções, valores e simbologias. Na perspectiva deste trabalho, o produto da narrativização em um evento social é uma narrativa situada e específica, e não mais a narração em termos potenciais.

Desse modo, um evento social de matriz narrativa caracteriza-se, fundamentalmente, por criar, gerar um enredo particular sobre algo que aconteceu e ao qual é dado um tratamento de sequencialidade, como ocorre com algumas coberturas jornalísticas³⁶, na maioria das vezes denominadas de “casos”. Neste rol, incluem-se exemplos de fatos de interesse policial, tais como “o caso do goleiro Bruno”³⁷ e “o caso Suzane Richthofen”³⁸, além de outros que despertam o interesse nacional, como no exemplo do “caso Battisti”³⁹. Mas há também eventos narrativos rotulados de “crises”: “a crise no Egito”, “a crise econômica dos EUA”⁴⁰, entre outros. Há, ainda, os eventos

³⁶ Conforme tratei no Capítulo 2, um fato torna-se um evento social discursivo quando aparece nos planos da política ou da mídia (JÄGER & MEYER, 2009, p. 48-9). Este último caso se aplica às coberturas jornalísticas.

³⁷ O “caso Bruno” é a cobertura jornalística das acusações que pesam sobre Bruno Fernandes, ex-goleiro do Flamengo que é acusado de ter mandado matar, em 2010, Eliza Samúdio, com quem teve um filho.

³⁸ O “caso Suzane Richthofen” é a cobertura jornalística do crime cometido por Suzane von Richthofen, no ano de 2002. Suzane foi condenada por planejar a morte dos pais, com a ajuda do irmão e do namorado.

³⁹ O “caso Battisti” é cobertura jornalística da prisão de Cesare Battisti, acusado pelo governo italiano de ter mandado matar quatro pessoas nos anos de 1970. A defesa de Battisti alega que os crimes foram de motivação política.

⁴⁰ A “crise econômica dos EUA” é a cobertura jornalística de problemas envolvendo o mercado hipotecário dos Estados Unidos, no ano de 2008. Na ocasião, empréstimos realizados por clientes “*subprime*”, de baixa renda, não foram honrados. Em algumas coberturas, a crise de 2008 foi considerada mais grave que a crise de 1929.

narrativos rotulados de “tragédias”, como no caso da “tragédia na região serrana do Rio de Janeiro”⁴¹, e da “tragédia no Haiti”⁴² etc.

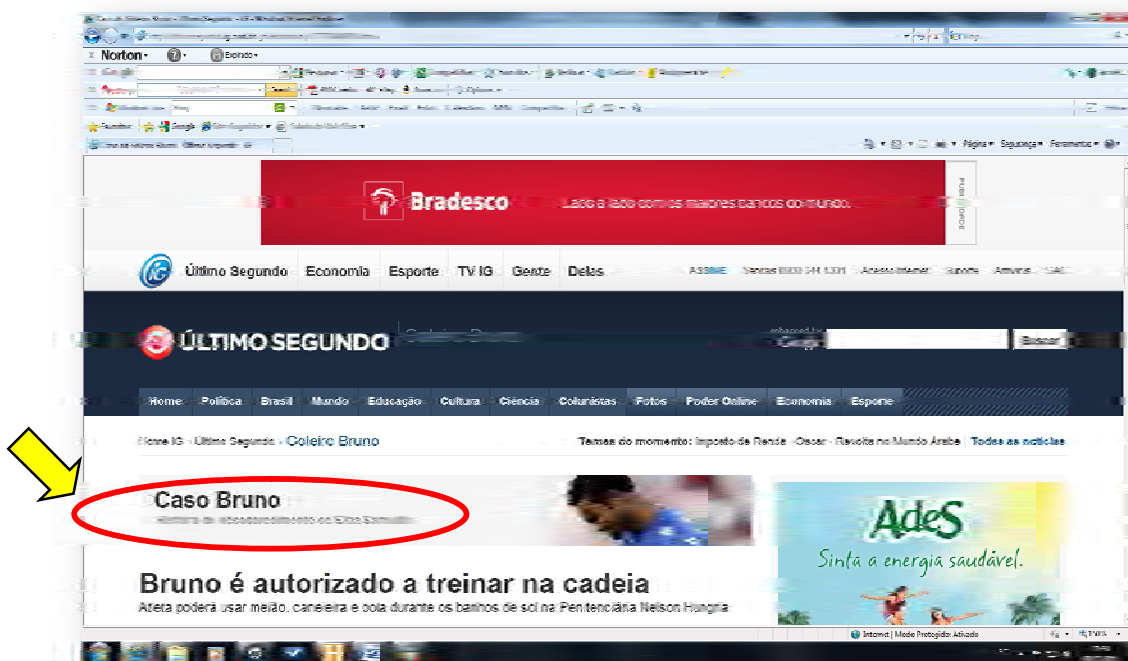
Eu percebo que, no que se refere aos “casos”, geralmente, há uma narrativização centrada em pessoas, que são tratadas como protagonistas do enredo, diferentemente das “tragédias” e das “crises”, em que o trecho está fundado no cenário ou no conflito, respectivamente. De todo modo, os eventos de matriz narrativa são aqueles que tecem uma trama, que nos é apresentada como real, mas que, na verdade, já é uma leitura, o produto de uma organicidade erigida sobre algo ocorrido.

Ilustro como pode ser o processo de narrativização de um evento social tomando como exemplo o “caso Bruno”, em que o goleiro e as demais pessoas envolvidas no crime recebem tratamento ficcional parecido com o que é dispensado às histórias de telenovelas. Uma observação inicial diz respeito ao fato de que os “casos” são demarcados no espaço da página impressa dos jornais e revistas ou da página *on-line* das suas versões na web. Funcionando como uma espécie de moldura, a inscrição “caso x” posiciona o leitor nos limites do enredo fascicular, como mostram os pontos⁴³ destacados pela elipse e pela seta:

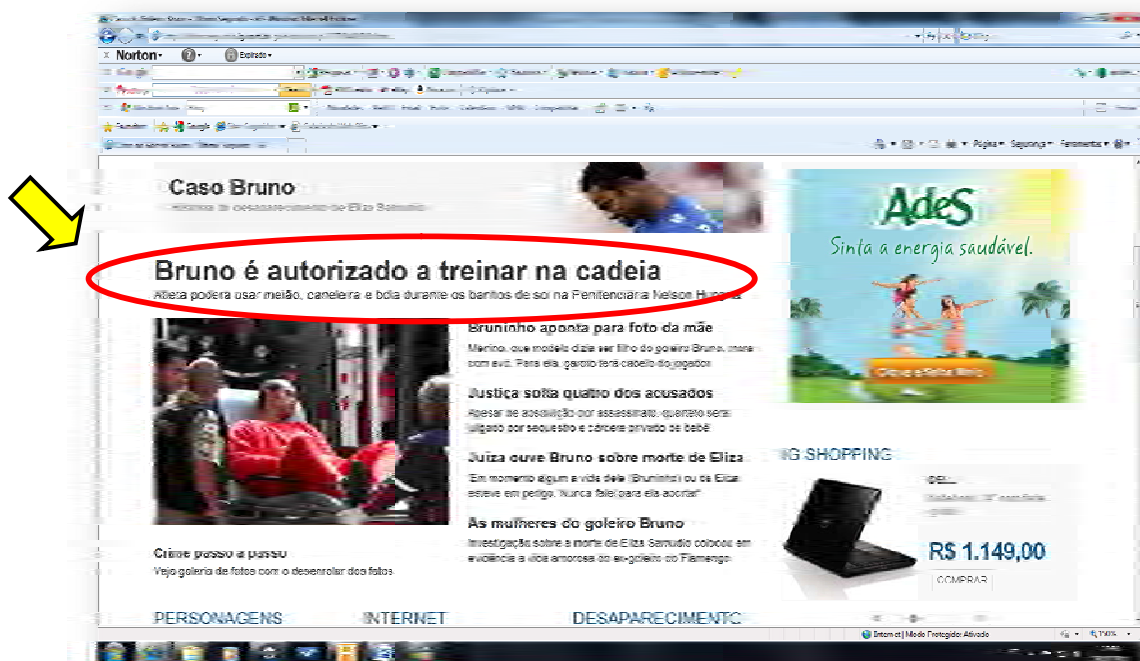
⁴¹ A “tragédia na região serrana do Rio de Janeiro” é a cobertura jornalística das enchentes e dos deslizamentos de terra ocorridos, principalmente, nos municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis no ano de 2011.

⁴² A “tragédia do Haiti” é a cobertura jornalística do terremoto de magnitude 7, o mais forte já registrado nas Américas, até então. No dia 12 de janeiro de 2010, o epicentro do terremoto, a 15 km de Porto Príncipe, praticamente devastou a capital, matando, em todo país, mais de 75 mil pessoas.

⁴³ As imagens que ilustram o “caso Bruno” foram capturadas no endereço <http://ultimosegundo.ig.com.br/goleirobruno/p1237700400380.html>, em 28/02/2011.



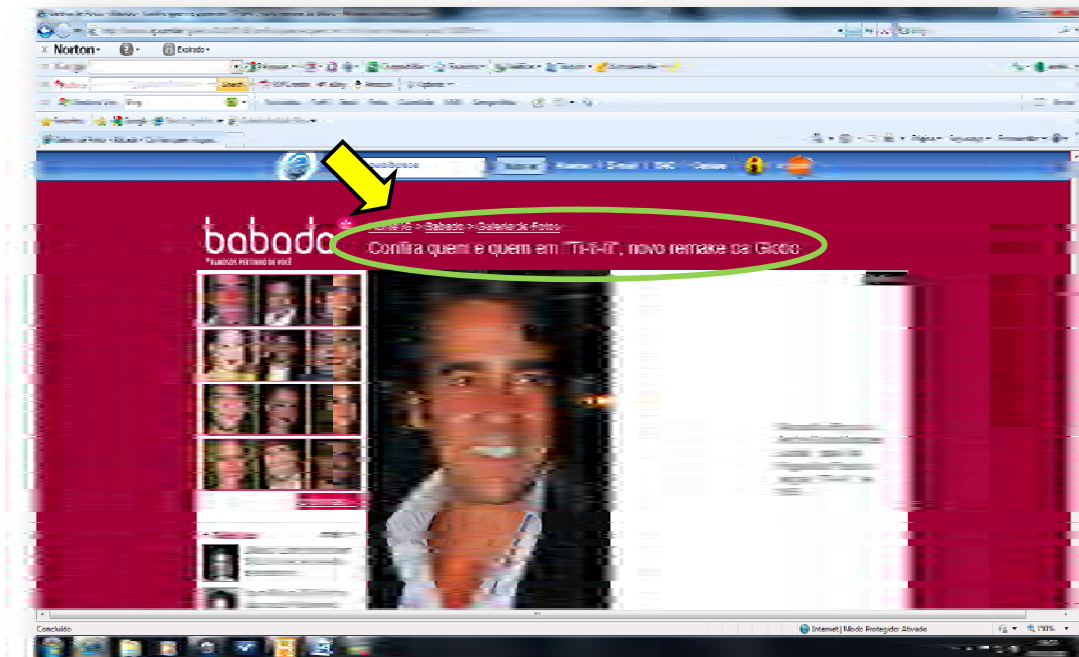
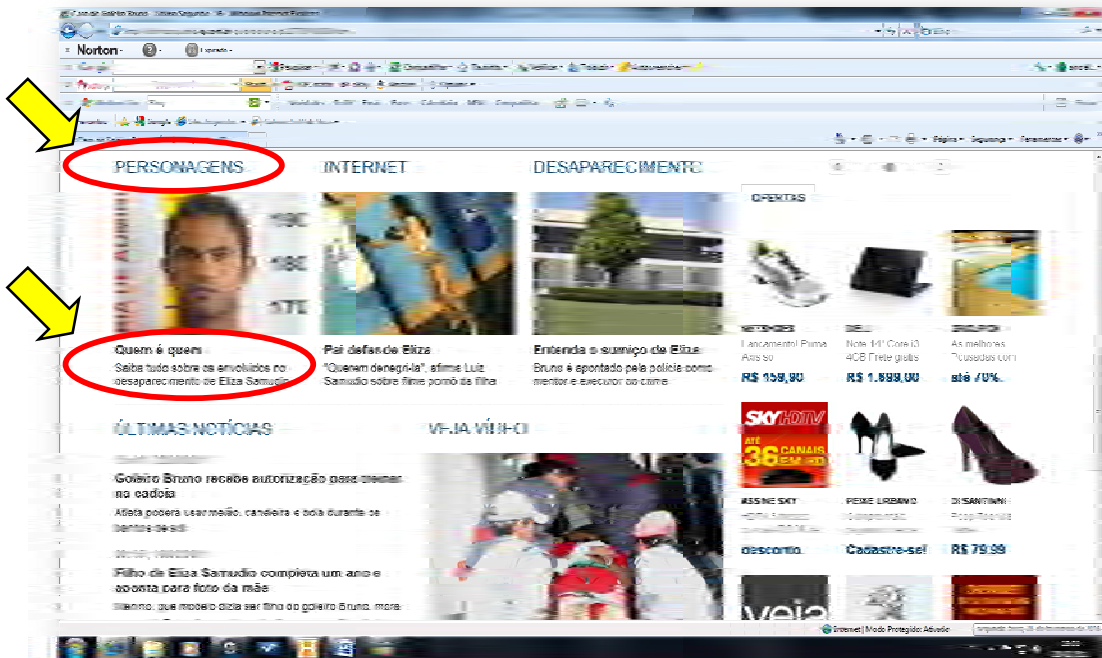
A demarcação clara dos casos indica que eles são construídos na forma de episódios, em um formato próximo ao verificado quando se leem os resumos de novela, prontamente entendidos para os que acompanham história na televisão, mas que podem gerar algum truncamento na leitura dos que não conhecem a trama. São resumos muito baseados em informações pressupostas, tidas como do conhecimento prévio do leitor que é telespectador da novela. E isso ocorre com os “casos”, como mostra a imagem a seguir:

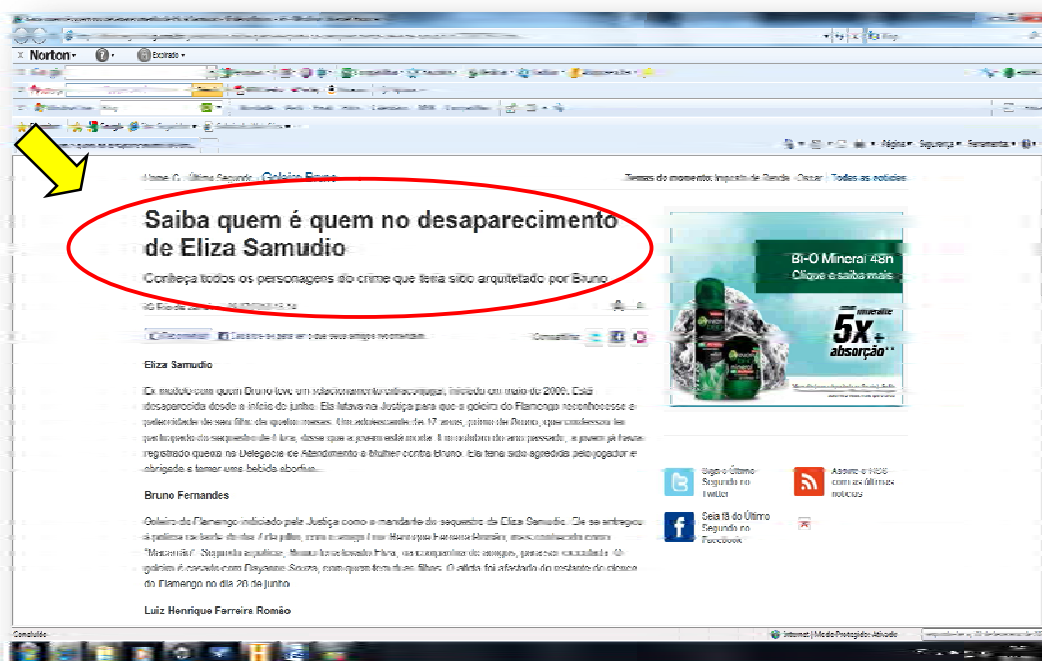


Bruno é o elemento *dado*⁴⁴, e o *novo* é a sua autorização para treinar na cadeia. Não se faz nenhuma recuperação da informação, como, por exemplo, “goleiro Bruno, acusado pela morte de Eliza Samudio, e que cumpre prisão temporária, recebe permissão para treinar na prisão”. A leitura de “Bruno é autorizado a treinar na cadeia” depende de algumas informações prévias, tais como: a) Bruno está preso; b) Bruno pratica algum esporte que depende de treinamento; c) Bruno solicitou autorização para treinar; e d) a autorização foi dada. Os leitores que acompanham o caso estão mais aptos a preencher as lacunas existentes na manchete da notícia e, portanto, dependem de menos esforços para construir a coerência do texto, num processo similar ao que ocorre com os resumos das novelas.

Uma outra constatação importante quanto à narrativização aqui analisada diz respeito ao tratamento das pessoas “reais” na condição de “personagens”, descritas em uma seção denominada “quem é quem”, muito comum na fase antecedente à estreia das novelas de televisão, como se observa na comparação entre as telas a seguir:

⁴⁴ Na proposta sistêmico-funcional, a metafunção textual sustenta-se no sistema temático (*tema e rema*) e no sistema de informação (*dado e novo*). Neste último caso, o *dado* é o elemento conhecido do leitor, e o *novo* é a informação que se acrescenta sobre o dado.





O processo de narrativização sobre o qual se fundam os eventos sociais narrativos cria, como já afirmei, um enredo sobre fatos reais ocorridos, que se traduz como uma realidade ficcional, capaz de assumir contornos de uma narrativa ficcionista; por isso, tal realidade, essa a que temos acesso de forma sequencial, destaca alguns elementos da narrativa: os *personagens*, no exemplo dos “casos”; o *cenário*, no exemplo das tragédias; e o *conflito*, no exemplo das “crises”. No processo de narrativização do real, elementos são realçados, ocultados, substituídos ou negligenciados, porque passam pelo crivo da interpretação. Nesse percurso, há, também, a atividade dos discursos e das ideologias, afetando o encadeamento das realidades narrativizadas.

4.3.4 Eventos sociais de matriz expositiva/explicativa

Os eventos sociais de matriz expositiva/explicativa caracterizam-se pela *autoridade* — intelectual, científica, religiosa, acadêmica etc — emanada de pessoas ou de instituições consideradas capazes de produzir respostas e, desse modo, preencher vazios conceituais existentes nos mais variados campos da atuação humana. Parametricamente, são eventos sociais explicativos/expositivos os tipos mais tradicionais de *palestras*, de *aulas* e de *conferências*, porque são eventos cuja macroação retórica é responder e solucionar questões, elucidando fatos ou fenômenos.

Quando me refiro a *palestras* e *conferências* na condição de eventos, considero todo o processo que envolve o seu planejamento, a exposição propriamente dita, entre outros. E, nesse sentido, elas são eventos realizados por gêneros, orais e escritos, tais como *convite* (ao palestrante e aos ouvintes), *cartaz* (de divulgação), *resumo* (do conteúdo da palestra), *slides* (do conteúdo ministrado), *anotações* (feitas pelos ouvintes), *perguntas* (feitas ao final do evento) e a *explanação do assunto*. Reconheço que o gênero *explanação do assunto* comumente é tomado como a própria palestra ou conferência, talvez por se constituir no momento em que a comunicação⁴⁵ entre palestrante e ouvintes acontece.

O conceito de autoridade usado para conferir essa caracterização dos eventos de matriz explicativa/expositiva vem de uma contribuição teórica de Bobbio, Matteucci & Pasquino (2003)⁴⁶, feita no âmbito das Ciências Políticas. Trata-se de autoridade como tipo particular de poder: o *poder legítimo*. Nesse sentido, Bobbio, Matteucci & Pasquino (2003) defendem que a autoridade

é a aceitação do poder como legítimo que produz a atitude mais ou menos estável no tempo para a obediência incondicional às ordens e às diretrizes que provêm de uma determinada fonte. (...) É evidente, na verdade, que uma relação de autoridade como

⁴⁵ *Palestras* e *conferências*, a depender do palestrante ou conferencista, também podem assumir contornos mais dialógicos e, portanto, mais interacionais e menos comunicacionais.

⁴⁶ BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO. Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. dicionário digital.

toda e qualquer outra relação de poder diz respeito a uma esfera que pode ser mais ou menos ampla ou mais ou menos explícita e claramente delimitada.

Essa abordagem de autoridade como poder legítimo é importante para a construção deste trabalho em função da própria conceituação de “poder”: em Bobbio, Matteucci & Pasquino (2004, p. 934), o poder não é tratado como algo a ser tomado, mas como “fenômeno social” que se verifica nas relações humanas. Nessa acepção, o poder é triádico, uma vez que se constrói na relação entre um *elemento X* (pessoa ou grupo que detém o poder), um *elemento Y* (pessoa ou grupo que se sujeita ao poder) e a *esfera do poder* (campo de atuação do exercício do poder). Este último elemento pode ser mais limitado ou mais ilimitado, a depender de determinados casos. A esfera de atuação do poder político é mais ilimitada, em relação à esfera do poder médico, por exemplo.

Tomado como um fenômeno social, o poder é uma relação entre pessoas. Assim, ele é uma construção social e, conseqüentemente, pode ser fruto de contestação, de questionamento e de transformação. Essa condição de algo que pode ser refutado coaduna-se com as concepções de linguagem como atividade e de discurso como representação, ambas estabelecidas no seio das práticas sociais, e cujos estudos são de interesse da Análise de Discurso Crítica.

Os eventos sociais expositivos/explicativos fundam-se no papel exercido por pessoas ou por instituições que detêm o poder numa esfera de atuação que pode ser científica, acadêmica, jurídica etc. E, nessa condição, a macroação desses eventos é explicar e elucidar aspectos da realidade. Os modelos mais tradicionais de palestras e de conferências são eventos explicativos/expositivos porque se constituem na produção, distribuição e consumo de alguns textos e na autoridade dos que podem explicar coisas e completar “vazios” conceituais ou teóricos reconhecidamente abertos nos mais variados campos da atividade humana.

Os gêneros “divulgação” e “resumo informativo”, a seguir, ilustram de que modo o evento social *palestra* pode ser constituído sobre uma matriz expositivo/explicativa:



Figura 6 – Gênero “divulgação” do evento social “palestra”

A “divulgação” do evento traz, nos seus elementos de estruturação mais evidentes, o título da palestra, o nome do palestrante, o local, a data, entre outros. O subtítulo “mitos & verdades” é um indício de autoridade do evento, tendo em vista que ele sugere uma classificação entre o que se considera científico e não científico no debate acerca da mudança climática. Neste caso, o vazio a ser preenchido compreende o questionamento da cientificidade de parte das explicações que envolvem o fenômeno do aquecimento global. O papel exercido pelo subtítulo, no caso em análise, é importante para a construção do evento cujo intento parece ser o de pôr um termo em supostos exames feitos com pouco ou sem rigor científico, elucidando as explicações com fulcro na ciência.

Vejamos, agora, o exemplo do “resumo informativo”⁴⁷ e algumas maneiras pelas quais tal gênero auxilia a construção da autoridade que particulariza os eventos de matriz expositivo-explicativa:

⁴⁷ Resumo capturado no site <http://molionufsc2010.blogspot.com/2010/06/o-meteorologista-luiz-carlos-molion.html>, no dia 19/04/2011.

O meteorologista Luiz Carlos Molion volta a Santa Catarina para falar sobre mudança climática em palestra na UFSC. Com 40 anos de experiência em estudos do clima no planeta e uma vasta atuação sobre o assunto em importantes órgãos, Luiz Carlos Baldicero Molion garante: a Terra vai esfriar nos próximos 22 anos.

Bacharel em Física (USP) e doutor em Meteorologia e Proteção Ambiental pela Universidade de Wisconsin, Estados Unidos, Molion concluiu seu pós-doutorado no Instituto de Hidrologia de Florestas. Atual docente da Universidade Federal de Alagoas e diretor de seu Instituto de Ciências Atmosféricas (ICAT), tem entre suas áreas de conhecimento e interesse a variabilidade e mudanças climáticas e seus impactos no desenvolvimento e proteção ambiental.

Representante dos países da América do Sul na Comissão de Climatologia da Organização Meteorológica Mundial (MG/CCI/OMM), Molion apresenta ao mundo o discurso inverso ao apresentado pela maioria dos climatologistas: assegura que o homem e suas emissões na atmosfera são incapazes de causar um aquecimento global. Ele também diz que há manipulação dos dados da temperatura terrestre.

Luiz Carlos Molion proferirá palestra com entrada franca no dia 22 de Junho de 2010, às 19 horas, no Auditório da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina. Inscrições somente através do <http://molionufsc2010.blogspot.com/> com vagas limitadas.

A estrutura de composição do resumo informativo direciona uma atenção especial a dados biográficos do palestrante, na extensão dos três primeiros parágrafos, o que visa demonstrar a autoridade dele em relação ao tema discutido. A mais evidente marca da autoridade de que se reveste o evento em questão está presente no seguinte trecho:

Molion apresenta ao mundo o discurso inverso ao apresentado pela maioria dos climatologistas: assegura que o homem e suas emissões na atmosfera são incapazes de causar um aquecimento global.

Esse excerto resume o que está em torno dos “mitos & verdades” acerca do debate sobre o fenômeno da mudança climática. O que se verifica nesse trecho está relacionado ao fato de que as explicações que tomam as ações humanas como as principais causadoras do aquecimento global compõem uma espécie de imaginário e, portanto, representam os “mitos” envoltos nessa temática. As explicações contrárias, que minimizam a ação humana no processo de aquecimento do planeta, são as “verdades” científicas que traduzem o fenômeno debatido. O “vazio” teórico a ser preenchido pelo evento contradiz uma verdade do senso comum segundo a qual a atividade do homem é capaz de promover mudanças na ordem climática da Terra. Assim, a macroação deste evento social particularizado, de matriz expositiva/explicativa, é elucidar, do ponto de vista científico, as razões que explicam o aquecimento global, fenômeno cuja ocorrência independe do comportamento humano.

4.3.5 Eventos sociais de matriz dialogal

Diferentemente dos eventos expositivos/explicativos, os eventos de matriz dialogal caracterizam-se pela troca de turnos de fala e, assim, pela admissão conjunta da construção de respostas e pela reciprocidade na consideração de fatos e de fenômenos. Além disso, eventos sociais dialogais baseiam-se em uma responsabilização alternada, com que os interlocutores ocupam espaços virtualmente simétricos para proposição de respostas ou para a construção conjunta delas. São eventos sociais de matriz dialogal os colóquios, especialmente os *fóruns*, *assembleias*, *cimeiras*, *conferências*, *simpósios* e *reuniões*, porque a macroação deles é discutir e intervir em setores da sociedade por meio do empreendimento conjunto de pessoas, grupos de pessoas ou de instituições.

Embora a estruturação dialogal ou conversacional não seja um consenso entre os estudiosos que se debruçam sobre os fatores de textualização, penso ser interessante admitir que alguns eventos são fortemente ancorados nas intervenções conjuntas, sendo constituídos com base nos contraditórios. Nesse sentido, torna-se central a noção de intercâmbio, a intervenção feita por mais de dois interlocutores. Intercâmbios se articulam para formar sequências que, por sua vez, se combinam para constituir as interações (KERBRAT-ORECCHIONI, 1996, apud ADAM, 2008).

Ilustro o evento social de matriz dialogal com o exemplo da *Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2009*, também conhecida como *Conferência de Copenhague, Cimeira de Copenhague* ou *15ª Conferência das Partes (COP-15)*. Trata-se da 15ª reunião de líderes — chefes de estado, chefes de governo, ministros e chefes de delegações — promovida pela Organização das Nações Unidas. Considero a COP-15 um evento de matriz dialogal, nesta abordagem, tendo em vista algumas práticas sociais que lhe são próprias, como, por exemplo, escolha do presidente da conferência, aprovação conjunta de regras e programas, consulta aos coordenadores de grupos para eleição da mesa e exame das propostas das partes⁴⁸. A matriz dialogal do evento pode ser apreendida por meio das citadas práticas em associação a alguns gêneros, tais como: *sessões plenárias, informes de grupos de trabalho, resumo das opiniões, propostas das partes, protocolos (projetos), sessões conjuntas (com declarações de ministros e outros chefes de delegação)*⁴⁹. Na organização do evento, gêneros como “informes de grupos de trabalho” e “proposta das partes” muito provavelmente são antecidos pelo gênero “debate”, o que reitera a construção dialogal, baseada, entre outros fatores, na consideração dos contraditórios e na possibilidade de intercâmbios.

Há, em especial, um exemplo de gênero que bem traduz o caráter dialogal do evento que ora se analisa: o *Acordo de Copenhague*⁵⁰. Contendo as resoluções e os

⁴⁸ Esses procedimentos citados encontram-se no documento “*Framework Convention on Climate Change*” (ANEXO 4), uma espécie de agenda ou de programa da *Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2009*.

⁴⁹ Os gêneros exemplificados encontram-se, também, no documento “*Framework Convention on Climate Change*”.

⁵⁰ O site oficial da COP-15 (http://unfccc.int/meetings/cop_15/items/5257.php) disponibiliza informações e documentos nas versões em árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol. A decisão pelo espanhol deu-se em função de que esta versão apresentava uma formatação mais completa (incluindo elementos pré-textuais) em relação ao inglês, por exemplo, no dia em que o “Acordo de Copenhague” (ANEXO 5) foi capturado: 05/01/2011.

encaminamientos decididos na confrontação de propostas e de defesas de pontos de vista, o “acordo” sintetiza as determinações tomadas no conjunto das discussões e revela a corresponsabilidade do conjunto das partes:

FCCC/CP/2009/11/Add.1

Acuerdo de Copenhague

Los Jefes de Estado, Jefes de Gobierno, Ministros y otros jefes de las siguientes delegaciones presentes en la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático de 2009, en Copenhague¹: Albania, Alemania, Argelia, Armenia, Australia, Austria, Bahamas, Bangladesh, Belarús, Bélgica, Benin, Bhután, Bosnia y Herzegovina, Botswana, Brasil, Bulgaria, Burkina Faso, Camboya, Canadá, Chile, China, Chipre, Colombia, Congo, Costa Rica, Côte d'Ivoire, Croacia, Dinamarca, Djibouti, Emiratos Árabes Unidos, Eritrea, Eslovaquia, Eslovenia, España, Estados Unidos de América, Estonia, Etiopía, ex República Yugoslava de Macedonia, Federación de Rusia, Fiji, Finlandia, Francia, Gabón, Georgia, Ghana, Grecia, Guatemala, Guinea, Guyana, Hungría, India, Indonesia, Irlanda, Islandia, Islas Marshall, Israel, Italia, Japón, Jordania, Kazajstán, Kiribati, Lesotho, Letonia, Liechtenstein, Lituania, Luxemburgo, Madagascar, Malawi, Maldivas, Malí, Malta, Marruecos, Mauritania, México, Mónaco, Mongolia, Montenegro, Namibia, Nepal, Noruega, Nueva Zelandia, Países Bajos, Palau, Panamá, Papua Nueva Guinea, Perú, Polonia, Portugal, Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte, República Centroafricana, República Checa, República de Corea, República de Moldova, República Democrática del Congo, República Democrática Popular Lao, República Unida de Tanzania, Rumania, Rwanda, Samoa, San Marino, Senegal, Serbia, Sierra Leona, Singapur, Sudáfrica, Suecia, Suiza, Swazilandia, Tonga, Trinidad y Tabago, Túnez, Unión Europea, Uruguay y Zambia,

Deseosos de alcanzar el objetivo último de la Convención, enunciado en su artículo 2,

Guiándonos por los principios y disposiciones de la Convención,

Tomando nota de los resultados de la labor llevada a cabo por los dos Grupos de Trabajo Especiales,

Suscribiendo la decisión 1/CP.15, relativa al Grupo de Trabajo Especial sobre La cooperación a largo plazo en el marco de la Convención, y la decisión 1/CMP.5, por la que se pide al Grupo de Trabajo Especial sobre los nuevos compromisos de las Partes del anexo I con arreglo al Protocolo de Kyoto que prosiga su labor,

Hemos convenido en el presente Acuerdo de Copenhague, que tendrá efecto inmediato.

1. Subrayamos que el cambio climático es uno de los mayores desafíos de nuestros tiempos. Destacamos nuestra firme voluntad política de combatirlo con urgencia, respetando el principio de las responsabilidades comunes pero diferenciadas y las capacidades respectivas. Para alcanzar el objetivo último de la Convención de estabilizar la concentración de gases de efecto invernadero en la atmósfera en un nivel que evite una interferencia antropógena peligrosa en el sistema climático, y teniendo en cuenta la opinión científica de que el aumento de la temperatura mundial debería permanecer por debajo de 2 °C, sobre la base de la equidad y en el contexto del desarrollo sostenible, intensificaremos nuestra cooperación a largo plazo para luchar contra el cambio climático. Somos conscientes de las graves consecuencias del cambio climático y de las posibles repercusiones de las medidas de respuesta en los países particularmente vulnerables a sus (...).

¹ Algunas de las Partes aquí enumeradas señalaron en sus comunicaciones a la secretaría sus interpretaciones sobre el carácter del Acuerdo y las cuestiones conexas; esas Partes convinieron en ser incluidas en la enumeración sobre la base de dichas interpretaciones. El texto íntegro de las cartas enviadas por las Partes en relación con el Acuerdo de Copenhague, con las interpretaciones mencionadas, puede consultarse en <http://unfccc.int/meetings/items/5276.php>.

O parágrafo inicial do acordo lista as nações que se fizeram representar na conferência. Cada uma delas é uma “parte” ou uma voz que, ao menos em termos virtualmente simétricos, representa uma parcela das medidas que foram adotadas durante a conferência. Faço essa ressalva da virtual simetria em função de que nem todas as nações descritas ocupam as mesmas condições políticas, econômicas e ambientais no espaço geopolítico contemporâneo, o que as dispõe em patamares diferentes acerca do poder de decisão, mas isso não invalida o fato de o evento se caracterizar pelo diálogo.

Além da lista inicial dos signatários do documento, a perspectiva no texto do acordo é da 1ª pessoa do plural, o que explicita o engajamento das partes nas decisões tomadas e nas medidas anunciadas. Outra marca relevante do documento é a remissão às propostas feitas no âmbito dos grupos de trabalho, como forma de se mostrar e registrar o acatamento do debate feito nesses fóruns específicos. A perspectiva em 1ª pessoa e a remissão aos grupos de trabalhos encontram-se destacados a seguir, nas cores amarela e verde, respectivamente:

Deseosos de alcanzar el objetivo último de la Convención, enunciado en su artículo 2,

Guiándonos por los principios y disposiciones de la Convención,

Tomando nota de los resultados de **la labor llevada a cabo por los dos Grupos de Trabajo Especiales**,

Suscribiendo la decisión 1/CP.15, relativa al Grupo de Trabajo Especial sobre la cooperación a largo plazo en el marco de la Convención, y la decisión 1/CMP.5, por la que se pide al Grupo de Trabajo Especial sobre los nuevos compromisos de las Partes del anexo I con arreglo al Protocolo de Kyoto que prosiga su labor,

Hemos convenido en el presente Acuerdo de Copenhague, que tendrá efecto inmediato.

1. **Subrayamos** que el cambio climático es uno de los mayores desafíos de nuestros tiempos. **Destacamos nuestra** firme voluntad política de combatirlo con urgencia, respetando el principio de las responsabilidades comunes pero diferenciadas y las capacidades respectivas. Para alcanzar el objetivo último de la Convención de estabilizar la concentración de gases de efecto invernadero en la atmósfera en un nivel que evite una interferencia antropógena peligrosa en el sistema climático, y teniendo en cuenta la opinión científica de que el aumento de la temperatura mundial debería permanecer por debajo de 2 °C, sobre la base de la equidad y en el contexto del desarrollo sostenible, **intensificaremos nuestra** cooperación a largo plazo para luchar contra el cambio climático. **Somos** conscientes (...).

Um outro elemento importante para a análise aqui proposta é o nome que o gênero recebe neste documento — Acordo —, cujo conceito reúne as ideias de “pacto”, “entendimento”, “conciliação”, “convenção” etc. Mesmo não sendo construído sobre uma estrutura formalmente dialogal (presença de travessões, dois pontos, verbos *dicendi* etc), o gênero “acordo” só pode ter uma existência empírica se for precedido por uma série de práticas sociais e por outros gêneros com esta estruturação. Ou seja, para que o gênero “acordo” possa ser bem-sucedido, é preciso que, anteriormente, pessoas, grupos de pessoas, entidades ou instituições tenham debatido e discutido questões e, em seguida, concordado sobre elas. Nesse sentido, as marcas da estruturação funcional

dialógico do “acordo” — o rol das nações participantes e os tópicos iniciados na perspectiva da 1ª pessoa do plural, por exemplo — cumprem um papel muito relevante, pois são elas que nos indiciam as práticas sociais fundadas no diálogo que caracteriza os eventos desta matriz. Observações correlatas às feitas sobre o Acordo de Copenhague são as verificadas, por exemplo, em relação ao “Protocolo de Quioto”, o tratado internacional com os compromissos de diversos países antecedido por vários eventos, entre eles, a ECO-92, na cidade do Rio de Janeiro.

4.3.6 Eventos sociais de matriz preditiva

Os eventos sociais de matriz preditiva caracterizam-se pela antecipação de fatos, acontecimentos, resultados etc. Baseiam-se nas posições de assimetria ocupadas por pessoas ou instituições socialmente reconhecidas e legitimadas para antever conformações futuras. Têm matriz preditiva diversos eventos que projetam realidades futuras na economia (reuniões do Copom⁵¹), no clima (conferências) etc. Assim, no caso citado da economia, tal matriz se constrói por meio de gêneros como “atas do Copom”, “boletins”, “protocolos”, “relatórios” etc.

Embora a predição não seja um consenso entre os teóricos que abordam os aspectos relacionados à tipologia de textos, muitas vezes tida como correlata à exposição/explicação, trato-a como uma estruturação funcional distinta. Assim, sem a intenção de erigir uma caracterização nitidamente contrastiva, proponho diferenciar os eventos sociais preditivos dos expositivos/explicativos pelo fato de que, no caso dos primeiros, a macroação retórica é, necessariamente, conjecturar, antever realidades e resultados. Nesse sentido, a projeção “de realidades” é a principal marca que diferencia a ação de prever das ações de expor e explicar. Os eventos sociais preditivos buscam construir realidades futuras, ao passo que os expositivos/explicativos buscam construir entendimentos de realidades do passado ou do presente com reflexos no futuro. Os eventos sociais preditivos não atuam para expor ou explicar algo a ocorrer no futuro;

⁵¹ Segundo informações constantes da página oficial do Banco Central do Brasil <http://www.bcb.gov.br/>, e capturadas no dia 28 de junho de 2011, o Comitê de Política Monetária (Copom) é o composto, basicamente, pela Diretoria Colegiada do Banco Central, que se reúne, ordinariamente, oito vezes durante o ano.

eles projetam coisas, fatos, acontecimentos ou conformações do futuro, capazes de intervir nos comportamentos humanos e institucionais no decurso do presente.

Vejamos o caso do evento *reunião do Copom*. Entre outras funções do Comitê de Política Monetária (Copom), estão a implementação da política monetária, a fixação da taxa de juros básica do país e a análise do Relatório de Inflação⁵², em cuja apresentação encontram-se os objetivos do relatório: “avaliar o desempenho do regime de metas para a inflação e delinear cenário prospectivo sobre o comportamento dos preços”, como podemos observar nos destaques na cor verde a seguir:

Apresentação

O "Relatório de Inflação" é publicado trimestralmente pelo Banco Central do Brasil e tem o objetivo de avaliar o desempenho do regime de metas para a inflação e delinear cenário prospectivo sobre o comportamento dos preços, explicitando as condições das economias nacional e internacional que orientaram as decisões do Comitê de Política Monetária (Copom) em relação à condução da política monetária.

Este Relatório é constituído de seis capítulos: Nível de atividade; Preços; Políticas creditícia, monetária e fiscal; Economia internacional; Setor externo; e Perspectivas para a inflação. Em relação ao nível de atividade, são analisados evolução das vendas no varejo, estoques, produção, mercado de trabalho e investimento. No capítulo seguinte, a análise sobre o comportamento dos preços focaliza os resultados obtidos no trimestre, em função das decisões de política monetária e das condições reais da economia que independeram da ação governamental. No capítulo relativo às políticas creditícia, monetária e fiscal, a análise é centrada no desempenho do crédito e do mercado financeiro, assim como na execução orçamentária. No capítulo sobre economia internacional, apresenta-se análise do desempenho das principais economias, procurando identificar as condições que podem influenciar a economia brasileira, notadamente nas suas relações com o exterior. Em seguida, o capítulo sobre o setor externo enfoca a evolução das transações econômicas com o exterior, com ênfase no resultado comercial e nas condições de financiamento externo. Finalmente, analisam-se as perspectivas para a evolução da inflação.

Março de 2011 | Relatório de Inflação | 5

⁵² Publicação trimestral do Comitê de Política Monetária (Copom). Analisa-se, neste trabalho, o volume 13, nº1, de março de 2011. As partes citadas compõem o (ANEXO 6) .

Tomado na perspectiva deste trabalho, o *relatório* em questão é um gênero que possibilita ou que registra a ação preditiva da reunião do Copom, tendo em vista que, além dos objetivos acima destacados, é feita, à altura do último capítulo desse documento, uma prospecção sobre a evolução inflacionária até dois anos à frente da data de publicação e também uma prospecção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) até o fim do ano em que se dá a publicação. Desse modo, o Banco Central do Brasil, por meio do seu Comitê de Política Monetária, projeta uma conformação futura da economia brasileira no que tange à inflação e ao acúmulo das nossas riquezas, com base em estudos e pesquisas feitas com analistas.

Quando proponho que os eventos preditivos projetam realidades futuras capazes de intervir nos comportamentos humanos e institucionais no decurso do presente, discuto o fato de que a publicação da autoridade monetária brasileira acerca desses cenários futuros muito provavelmente tem interferências, por exemplo, na decisão de empresários e investidores que, a depender do cenário projetado, realizarão ou adiarão investimentos diretamente dependentes das variáveis de inflação e do PIB. Outras consequências acarretadas por essas projeções podem ser observadas por meio de medidas tomadas por governos ou cidadãos, tais como ajustes fiscais e revisão de despesas, respectivamente.

Um documento importante que embasa as projeções do Relatório de Inflação é o *Focus – Relatório de Mercado*⁵³, a síntese de uma pesquisa feita semanalmente com instituições financeiras e empresas para medir as expectativas do mercado econômico em relação à taxa de câmbio e de juros, ao crescimento industrial, ao crescimento do PIB, entre outros. Na abordagem aqui realizada, este relatório é tratado na condição de mais um gênero capaz de participar da construção da matriz preditiva do evento *reunião do Copom*. Com informações tratadas basicamente na forma de gráficos e tabelas, o relatório apresenta dados pertinentes à evolução dos índices de inflação, além de vários

⁵³ O *Focus – Relatório de Mercado* (ANEXO 7) é divulgado semanalmente pela Gerência-Executiva de Relacionamento com Investidores (Gerin). Conforme site oficial do Banco Central do Brasil, tal relatório é a “apresentação dos resultados da pesquisa de expectativas de mercado, um levantamento diário das previsões de cerca de 90 bancos e empresas não-financeiras para a economia brasileira, publicado toda segunda-feira”.

outros elementos, tais como taxas de câmbio e balança comercial, como podemos observar na página destacada a seguir:

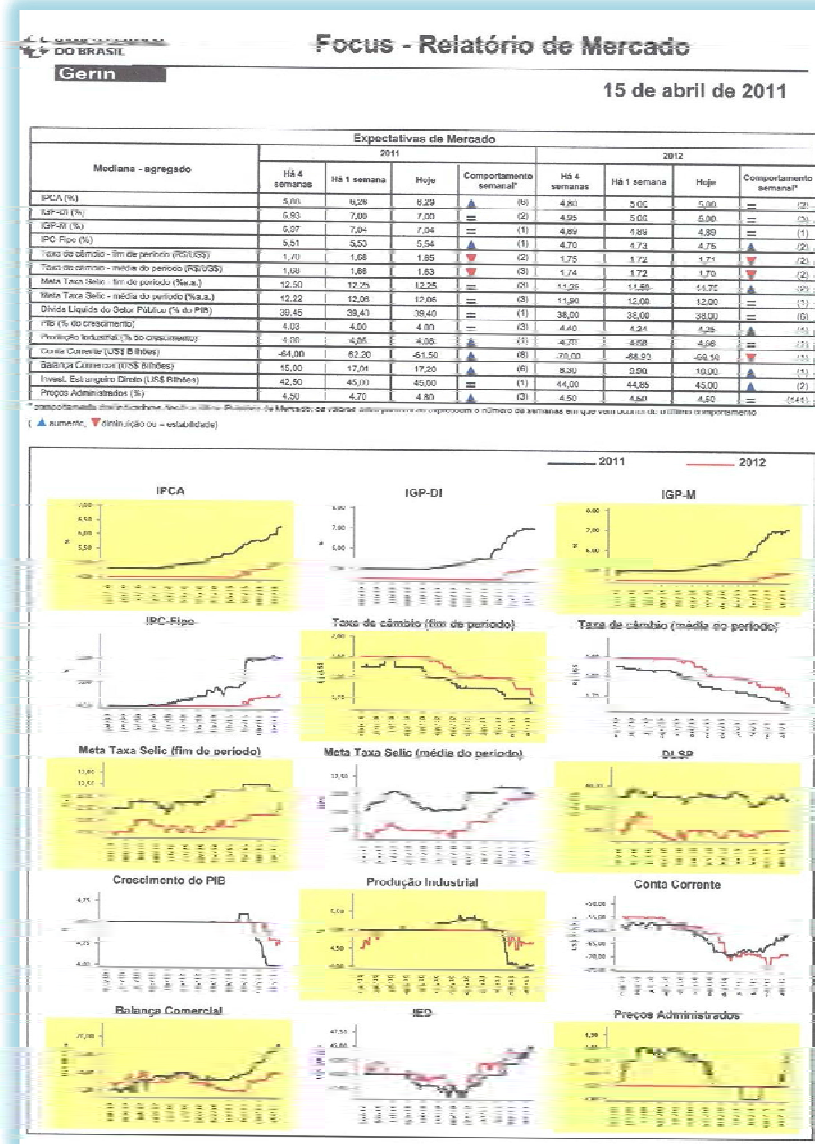


Figura 7 – Gênero “relatório” no evento de matriz preditiva

Os gráficos e tabelas que participam da estrutura composicional do relatório em questão não procuram explicar ou expor uma realidade. O que se observa é uma previsão, uma tendência a ser confirmada, ou não, no futuro, mas que não deixa de ser a

construção de uma realidade que há de vir, ao menos em termos hipotéticos. Nesse sentido, há um aspecto que nos auxilia ainda mais quanto à distinção entre a predição e a exposição/explicação: a predição sempre aponta para o futuro, enquanto a exposição/explicação basicamente se apóia sobre coisas, fatos e acontecimentos do passado ou do presente, e que poderão ter reflexos no futuro. Em resumo, a predição é sempre prospectiva, eventualmente intervindo no decurso do presente; a exposição/explicação, por sua vez, é sempre retrospectiva, eventualmente intervindo no decurso do futuro. Além disso, eventos sociais preditivos, diferentemente dos expositivos/explicativos, não se constroem com o objetivo retórico de elucidar ou de fazer com que se entendam coisas, fatos ou acontecimentos; eles visam, sobretudo, prognosticar essas coisas, fatos ou acontecimentos.

4.4 Matriz genérica, práticas sociais e práticas discursivas

Alguns exemplos analisados neste capítulo apontam para a constatação de que determinados eventos parecem ter uma matriz genérica um pouco difusa, apenas assumindo contornos mais concretos quando são construídos — e situados — em dados contextos específicos. Esse é o caso da *reunião*, sempre dialogal na superfície, mas nem sempre assim na sua estruturação funcional. Muitas vezes, reuniões são meros eventos para repasses de informações ou elucidação de dúvidas, e não para um empreendimento conjunto, como proponho nos casos dos eventos dialogais. Por isso, penso que *reuniões*, cuja matriz é potencialmente difusa, só podem ter uma macroação determinada nos casos específicos em que se concretizam, quando marcam certos contextos específicos, tais quais os exemplos já apontados da “reunião do Copom” e da “reunião de líderes (COP-15)”. Essa constatação também se aplica a eventos como conferências, simpósios e palestras, cujo “formato” mantém a base estrutural de reunião, embora nem sempre a ação que se busca empreender esteja ancorada no intercâmbio de pessoas ou de instituições.

Quando proponho que os eventos sociais têm uma matriz genérica, que corresponde à macroação retórica desses eventos, proponho, sobretudo, a existência de uma estruturação funcional que pode ser vista como um critério de organização e de

previsibilidade em relação ao que se busca fazer, socialmente, ao se realizar um dado evento. Desse modo, não basta observar a encenação — a montagem — de uma reunião, em termos do seu aspecto mais evidente, que é o ajuntamento, o avizinhamo, o agrupamento de pessoas. Isso, por si só, não garante a matriz dialogal, como tenho proposto nesta abordagem. O que faz de uma determinada reunião um evento dialogal é a estruturação funcional com base na corresponsabilização, na procura conjunta por respostas e no esforço solidário por meio do qual coisas são propostas ou resolvidas.

Essa interpretação é parte do entendimento de que a matriz de um evento que se ancora no formato de “reunião” deve ser analisada levando-se em conta a realização concreta e, reitero, situada, desse evento em contextos específicos. Nesse sentido, para além de se ver um grupo reunido, é preciso observar a atuação dos seus textos, em dados gêneros, corroborando para a estruturação funcional de uma reunião, que, como nos exemplos analisados, pode ter uma matriz dialogal (reunião de líderes em Copenhague), uma matriz expositiva/explicativa (palestra sobre a mudança climática) ou uma matriz preditiva (reunião do Copom).

Além disso, na tentativa de se entender a matriz genérica, deve-se atentar para uma de suas propriedades: ela não é uma estrutura imanente aos eventos; antes, ela é uma estruturação erigida pela atividade dos textos e dos gêneros, numa constituição fluida e influenciável pelos contextos em que os eventos se concretizam. Esse aspecto fluido da matriz garante o seu caráter permeável, o que faz com mais de uma estruturação funcional atue em um dado evento, sendo uma delas a estruturação predominante, em uma configuração equivalente à verificada nos textos.

Uma outra propriedade da matriz genérica dos eventos sociais consiste no seu caráter dependente dos textos que constroem tais eventos. Isso significa dizer, mais uma vez, que a matriz é uma estruturação construída pela ação dos textos que organizam discursivamente os eventos; e tal organização não se dá por uma mera justaposição de textos. Acima de tudo, há uma convergência de textos, uma articulação de textos, orientados por gêneros, que possibilita a macroação retórica que constitui a matriz. É essa conformação sincrética, só possível pela ação textual, que faz dos eventos sociais, na perspectiva aqui defendida, elementos capazes, predominantemente, de argumentar, narrativizar, expor/explicar, predizer, possibilitar o diálogo ou injungir.

Ao participarem da organização discursiva dos eventos sociais, os textos podem ter os seus processos de produção, distribuição e consumo afetados. Como aponteí, nos casos dos “quadrinhos” e dos “passatempos”, no processo de re praticização, os gêneros são separados das práticas sociais com as quais se associam mais comumente, para atuar em outras menos usuais. Assim, o processo de re praticização diz respeito não só às práticas sociais, mas também às práticas discursivas, analisadas, segundo Fairclough (2001), pela *produção, distribuição e consumo* de textos. Desse modo, re praticizar gêneros significa alterar práticas discursivas e sociais que, costumeiramente, são realizadas com a participação de determinados textos; re praticizar gêneros é intervir no âmbito rotineiro onde os textos são gerados, fazendo com que eles assumam novas funções em novas práticas sociais e discursivas. Quando, no Capítulo 2, discorri sobre o uso de “cartão de aniversário” como gênero de promoção eleitoral, quis ilustrar que, muito mais que um caso de *hibridismo*, temos práticas sociais e discursivas sendo afetadas no decurso de um evento social. A noção de *hibridismo* (FIX, 1997, apud MARCUSCHI, 2005) está relacionada à possibilidade da “intertextualidade intergêneros”, à possibilidade de um dado gênero assumir a forma de um outro, mantendo, contudo, a sua função social: um “anúncio comercial” na forma de “música”, por exemplo.

A noção que proponho em torno da *re praticização* dos gêneros não se esgota no conjunto forma-função, pois ela tenta captar, primordialmente, o movimento que faz deslocar as práticas sociais e discursivas (produção, distribuição e consumo) com as quais todo gênero se articula. O uso de “cartões de aniversário” com o fito de promover candidaturas “imita”, por assim dizer, a distribuição (circulação) do cartão pelos Correios, mas, do ponto de vista da produção e do consumo, observamos que tal gênero rompe com as práticas de envio e de recebimento de um cartão de aniversário entre pessoas que comungam de um certo grau de intimidade. Ou seja, a “propaganda eleitoral”, na forma de um “cartão de aniversário”, afeta as costumeiras práticas discursivas privadas, quando enviamos ou recebemos cartões de quem conhecemos ou de quem gostamos. No presente caso, apenas constatar que um gênero assume a forma de um outro não apreende os movimentos ideológicos que negligenciam a separação entre as práticas discursivas públicas e as práticas discursivas privadas, quando recebemos cartões de aniversário da parte de candidatos.

No caso de “quadrinhos” e “passatempos” participando da matriz injuntiva do evento eleições, também podemos observar que os processos de produção, distribuição e consumo desses textos foram alterados, pois tais gêneros não compuseram almanaques ou jornais, onde habitualmente são publicados, também não puderam ser adquiridos em bancas de revistas ou por meio de assinaturas mensais ou semanais, e, por fim, não serviram para o propósito de entretenimento, função que distingue esses gêneros. Assim, a opção pelo termo *repraticização* dá-se na tentativa de captar um movimento, um deslocamento de práticas sociais e discursivas historicamente situadas em dados contextos para outros contextos, não se reduzindo apenas a um formato de um gênero assumido por outro.

Todas essas observações constataam o caráter complexo da matriz, tanto em termos da sua constituição quanto em termos da implicação que os eventos sociais têm em relação às práticas discursivas e sociais. E no que tange especificamente à sua constituição, é preciso reiterar que a matriz não se resume ao simples somatório dos textos que organizam um dado evento social: ela é, sobretudo, a macroação retórica que o conjunto desses textos possibilita, numa relação de interdependência.

4.5 Resumo do capítulo

Neste capítulo, os eventos sociais foram abordados na perspectiva da sua matriz genérica: a estruturação funcional que lhes permite uma macroação retórica no seio da sociedade. Em termos gerais, a matriz genérica corresponde a uma dimensão do momento discursivo dos eventos sociais, ao lado de outra parte de cunho mais ideológico.

Ela repercute a estruturação funcional dos textos e é, portanto, uma construção situada e dependente do papel que esses textos desempenham no curso dos eventos sociais. A matriz genérica é um potencial retórico, e não um ponto matricial de onde os gêneros se originam, o que implica dizer que as estruturações funcionais que participam da composição dos textos não se limitam a eles, mas perpassam os gêneros e atingem o plano dos eventos, num fluxo gradual. Por isso, os eventos são tratados, nesta abordagem, na condição de textos de grande alcance, e não simplesmente como acontecimentos acidentais, sem uma ação de cunho social.

De acordo com a macroação retórica predominante retórica dos eventos sociais, podemos distingui-los em eventos de matriz narrativa, argumentativa, expositiva/explicativa, injuntiva, preditiva ou dialogal, sendo a atuação dos textos, orientados por gêneros, a responsável por tal configuração. Por outro lado, contudo, os processos de produção, distribuição e consumo dos textos que organizam essa matriz podem ser afetados, uma vez que as práticas discursivas e sociais às quais habitualmente estão associados igualmente podem ser atingidas pelo processo de reatualização, que, por seu turno, faz com que os gêneros cumpram novas funções em novas e diferentes práticas sociais e discursivas.

As análises e interpretações realizadas neste trabalho apontam para uma relação imbricada entre textos, gêneros e eventos sociais. Enquanto os primeiros organizam e constroem a matriz dos eventos, esta é capaz de intervir na seleção desses textos, uma vez que é deles, e das funções dos seus gêneros, que se origina.

Capítulo 5

A matriz discursiva dos eventos sociais

Este capítulo é dedicado à matriz discursiva, dimensão mais ideológica e simbólica dos eventos sociais. Para tanto, o evento analisado mais detidamente será a campanha presidencial no segundo turno de 2010. O percurso do presente capítulo considera: (i) a abordagem acerca das ordens de discurso (Fairclough 2001 e 2006); e (ii) a concepção de discurso como representação e transformação da realidade (Fairclough 2001, 2003 e 2006; van Leeuwen, 2005 e 2009); (iii) a metafunção ideacional da linguagem (Halliday, 1994; Halliday & Matthiessen, 2004); (iv) a saliência e o valor da informação nas construções multimodais (Kress & van Leeuwen, 2006; Kress, 2010; Jewitt & Kress, 2008); e (v) o sistema de avaliatividade (Martin & White, 2005).

5.1 Eventos sociais e ordens de discurso

A opção por separar o momento discursivo dos eventos sociais em uma porção mais retórica e em outra mais ideológica atende, unicamente, a propósitos de análise. Empiricamente, as duas faces que compõem esse momento são inseparáveis e a sua macroação provém da atividade dos textos originados no âmbito dos eventos ou dos textos que lhes são característicos. Essa macroação — a voz dos eventos sociais — é, portanto, sincrética, sendo esta a parte do intento de elucidá-la e interpretá-la mais detalhadamente.

No capítulo anterior, as análises foram dispensadas ao aspecto mais retórico dos eventos e, agora, elas recaem sobre as configurações mais ideológicas e discursivas deles. Nesse sentido, e inicialmente, penso ser interessante localizar este debate no nível das *ordens de discurso*, que, segundo Fairclough (2006), são os momentos semióticos de uma instituição ou organização, por exemplo. A importância de se considerar as ordens de discurso, num trabalho de análise crítica, está relacionada, conforme Fairclough (2001, p. 67), à ênfase que damos à “investigação sobre a estruturação ou articulação das formações discursivas na relação umas com as outras”, na “totalidade de práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade”, que são as próprias ordens de discurso.

O que proponho denominar de matriz discursiva, em princípio, poderia ser identificado como uma configuração equivalente à ordem de discurso, mas o grau de abstração nos processos sociais é um aspecto que as distingue. Ordens de discurso são articulações de discursos, gêneros e estilos no nível das *práticas* e das *estruturas sociais*, enquanto a matriz discursiva corresponde ao conjunto de representações discursivas e ideológicas que se engendra a cada vez que um *evento social* é realizado. Dado que as estruturas sociais correspondem ao nível mais abstrato e que os eventos sociais, por seu turno, correspondem ao nível mais concreto, não é possível, no meu entendimento, tomar as ordens de discurso e a matriz discursiva na condição de configurações totalmente correlatas.

Há, também, outro aspecto que possibilita construir tal distinção: as ordens de discurso são articulações relativamente estabilizadas de gêneros, discursos e estilos,

porque as estruturas sociais, a que estão associadas, são as características mais duradouras de uma sociedade. Ao contrário disso, proponho que a matriz discursiva é instável e imprevisível, porque é o conjunto das representações discursivas e ideológicas de um evento, não sendo possível atribuir a ela um traço de estabilidade. Isso não significa, contudo, uma oposição entre as duas configurações em questão; trata-se somente de localizá-las em níveis diferentes de análise e de admitir que a matriz discursiva está submersa nas ordens de discurso, pois estas últimas participam dos contornos mais amplos e das caracterizações no plano societário, englobando tendências abrangentes verificadas no atual curso da modernidade, tais como *tecnologização*⁵⁴ e *comodificação do discurso*⁵⁵.

A matriz discursiva é a dimensão mais ideológica da macroação dos eventos sociais. Por isso, ela é mais restrita que as ordens de discurso e, indissociável da sua face mais retórica — a matriz genérica —, busca imprimir, inexoravelmente, representações simbólicas e ideológicas toda vez que um dado evento se constrói. Nesse sentido, tais representações estão sujeitas a refletir as representações mais amplas que estão no nível das ordens de discurso.

⁵⁴ A tecnologização do discurso, conforme Fairclough (2001, p. 264-65), está associada ao conhecimento sobre “língua e discurso e poder” e envolve o planejamento de “escolhas linguísticas no vocabulário, na gramática, na entonação, na organização do diálogo, entre outros, como também a expressão facial, o gesto, a postura e os movimentos corporais”. Um exemplo de tecnologização do discurso é o que verificamos na publicidade.

⁵⁵ Para Fairclough (2001, p. 255), “comodificação é o processo pelo qual os domínios e as instituições sociais, cujo propósito não seja produzir mercadorias no sentido econômico restrito de artigos para a venda, vêm não obstante a ser organizados e definidos em termos de produção, distribuição e consumo de mercadorias”. Um discurso educacional comodificado, por exemplo, é o que se verifica atualmente, quando a educação é tratada como “negócio” ou “investimento” e os alunos são tratados como “clientes”.

5.2 A instabilidade discursiva dos eventos sociais

Na seção anterior, delimitar que uma das propriedades que distinguem a matriz discursiva das ordens de discurso refere-se ao caráter relativamente estável destas últimas e instável daquela. E, embora não busque opor essas duas configurações, proponho que a matriz discursiva é o conjunto de representações discursivas dos eventos sociais, uma vez que atendem a propósitos únicos, e talvez irrepitíveis, desses eventos. Isso significa dizer, por exemplo, que campanhas eleitorais são eventos argumentativos, e o serão todas as vezes que forem realizadas; mas não se pode afirmar o que são as mesmas campanhas do ponto de vista das representações discursivas e ideológicas. Em resumo: a matriz genérica de uma campanha, e de qualquer outro evento, é a face relativamente previsível e estável desse evento, ao passo que a matriz discursiva é a face relativamente imprevisível e instável desse mesmo evento.

O papel dos gêneros na construção da parte mais estável dos eventos foi a ênfase do capítulo anterior; neste, a abordagem recai sobre o papel que os gêneros, orientando textos e construindo e/ou veiculando discursos, cumprem na construção da parte mais instável dos eventos sociais. Reitero, mais uma vez, que a opção por separar a atuação dos textos em termos retóricos e discursos atende apenas a preceitos de análise.

Admitir que os eventos têm uma porção instável significa admitir que eles têm lacunas onde o discurso age como construtor de sistemas de crenças, de identidades e de conhecimento. Além disso, admitir essa instabilidade significa admitir os eventos como elementos que agem, também, no plano discursivo, envolvendo as pessoas que deles participam no conflito permanente onde se dá a atuação ideológica.

De modo complementar às análises e interpretações feitas no capítulo anterior, os textos, norteados por gêneros, serão aqui tratados como o “lugar” privilegiado para a atuação discursiva, propiciando aos eventos, conseqüentemente, uma ação de caráter ideológico. Enquanto, do ponto de vista da matriz genérica, os eventos buscam argumentar, narrativizar, expor/explicar, injungir ou predizer, do ponto de vista da matriz discursiva, eles buscam representar e recontextualizar a realidade e, com isso, servem de espaço para a atuação simbólica, conforme análises feitas, nas seções seguintes:

5.3 A matriz discursiva da campanha presidencial de 2010

A matriz genérica de uma campanha política, inflexivelmente de predominância argumentativa, em associação ao conjunto de representações discursivas desta campanha, compõe o que metaforicamente vem a ser a voz deste evento social, uma atividade que visa intervir, neste caso, no comportamento de homens e mulheres, com o fito de angariar-lhes o apoio e o voto. Para tanto, campanhas eleitorais não se contentam em construir argumentos para convencer eleitores; elas submergem o processo político numa esfera simbólica e ideológica cujos efeitos podem estar explicitados nos gêneros que constroem uma campanha ou podem estar de modo sub-reptício neles. É essa esfera simbólica e ideológica que constitui a matriz discursiva, a face mais ideológica do momento discursivo dos eventos sociais. A matriz discursiva é a intervenção baseada nas crenças, conhecimentos, conceitos e preconceitos e que se entrelaça à macroação retórica de argumentar, narrar, expor/explicar, injungir ou de predizer de um evento. Por ser uma intervenção baseada nos elementos listados, a matriz discursiva foge ao exame da nossa previsibilidade e da nossa quantificação.

Essa última observação torna possível concluir que a matriz discursiva é uma efetividade, enquanto a matriz genérica é uma potencialidade. Isso denota, mais uma vez, o seu caráter de imprevisibilidade, dado que só podemos analisá-la depois de um evento levado a efeito, ou no seu curso, ao contrário do que se pode afirmar sobre a ação da matriz genérica.

Na efetivação das campanhas presidenciais de Dilma Rousseff e de José Serra, e quando se analisa a rede simbólica e ideológica em que tais campanhas estiveram ancoradas, verifico que a *semiotização do Presidente Lula* e o *discurso fundamentalista*, respectivamente, desempenharam papéis centrais na configuração dos dois eventos, conforme mostrarei nas interpretações feitas nas subseções seguintes.

5.3.1 A campanha de Dilma Rousseff e a semiotização do Presidente Lula

A grande argumentação da campanha de Dilma Rousseff, por meio da qual ela é apresentada como a garantia de que o processo de mudança por que passa o Brasil não seria interrompido, conta com uma estratégia discursiva que considero fulcral para o seu projeto de persuasão: a semiotização do Presidente Lula. O “Lula” a que me refiro não é exatamente o homem, retirante, ex-metalúrgico, ex-sindicalista, candidato quatro vezes à Presidência da República. É tudo isso e mais o que possa ter contribuído para que o Presidente fosse explorado como fonte de sentidos. O “Lula” semiotizado é um nascedouro de sentidos políticos, eleitorais, emocionais, humanos que agrega dividendos ao pleito e favorece a matriz argumentativa da campanha de Dilma Rousseff.

O “Lula” tratado nesta abordagem é, então, um recurso semiótico⁵⁶, abundantemente utilizado pela campanha em questão como parte central de um projeto de convencimento e da construção de uma esfera simbólica e ideológica favorável à candidatura de Dilma Rousseff. Nesse sentido, a imagem de Lula é, também, um elemento muito presente na constituição multimodal dos gêneros que promovem a candidatura de Dilma, como no exemplo a seguir:

⁵⁶ Para van Leeuwen (2005), recursos semióticos têm um sentido potencial, baseado, entre outros fatores, num conjunto de possibilidades (affordances) realizadas em um dado contexto social concreto.

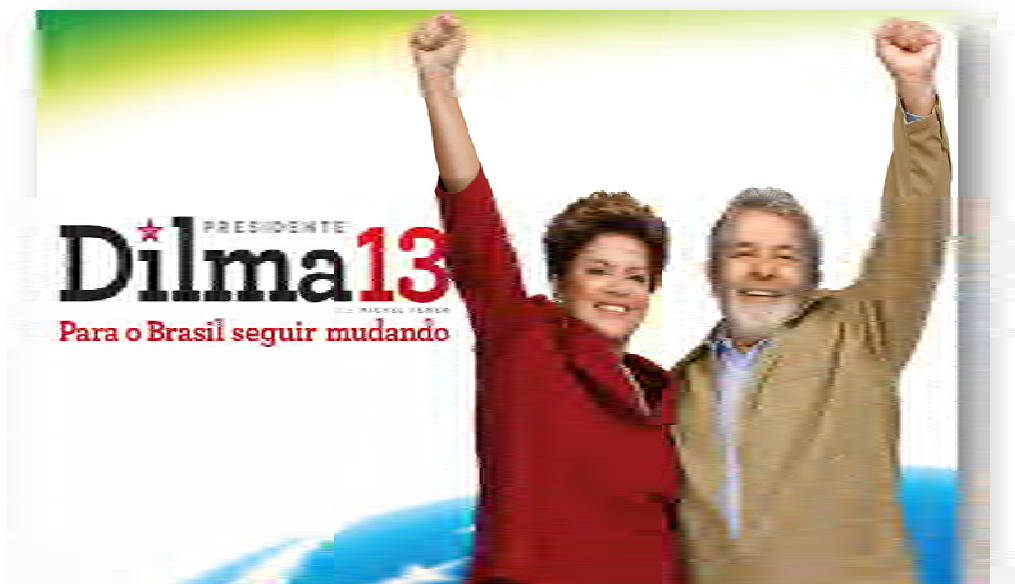


Figura 8 - Gênero “descanso de tela” da campanha Dilma Rousseff

Percebe-se, na constituição multimodal do gênero “descanso de tela”⁵⁷, que não há uma *moldura*⁵⁸, um *enquadramento* entre as imagens de Dilma e de Lula, o que mostra uma opção constante nas construções imagéticas de ambos os atores representados: eles nunca aparecem desconectados; não há nenhum elemento que os separe. Tal representação é importante para a candidata, uma vez que é ela, e mais ninguém entre os todos os outros candidatos, a escolhida pelo Presidente para sucedê-lo. Ao estabelecer uma conexão direta entre os dois atores, as configurações multimodais, em todos os gêneros que promovem Dilma Rousseff ao lado de Lula, constroem uma ideia de simbiose entre eles, uma ideia propícia ao argumento geral de continuidade da mudança.

Em outras configurações multimodais, Dilma e Lula, mais uma vez lado a lado, estabelecem uma interação diferenciada com os *viewers*, que, no presente caso, são os eleitores. Um exemplo é o panfleto seguinte:

⁵⁷ Considero, nesta abordagem, o “descanso de tela” um gênero, embora reconheça que, de forma correlata ao “adesivo”, talvez haja uma sobreposição em termos de suporte e gênero. A opção por analisá-lo na condição de gênero justifica-se pela clara função social de promover uma candidatura.

⁵⁸ Conforme Kress e van Leeuwen (2008), a “moldura” (“*frame*”, “enquadramento”) diz respeito ao modo como os elementos estão conectados ou desconectados nas imagens.



Figura 9 - Gênero “panfleto” da campanha Dilma Rousseff

Diferentemente da representação feita por meio do descanso de tela, na composição do “panfleto”, o olhar cumpre um papel central na representação dos atores. Temos uma imagem em que Dilma e Lula estabelecem um olhar direto com o leitor do texto, o que faz dela uma imagem transitiva⁵⁹, já que esse olhar está diretamente direcionado para o eleitor, numa composição diversa da verificada no descanso de tela. Isso é importante observar porque, uma vez transitiva, os atores representados

⁵⁹ Na abordagem multimodal, proposta por Kress e van Leeuwen (2008), o sistema de transitividade é realizado pelo olhar entre os participantes representados ou pelo olhar entre esses participantes e os *viewers*, que são os leitores de imagens.

criam/exigem uma *demanda*⁶⁰ nos eleitores, que, associada ao sorriso deles, estabelece uma relação afetiva entre o conjunto Lula-Dilma e os leitores do panfleto.

Tendo em vista a relevância de Lula para o projeto de persuasão da campanha de Dilma Rousseff, o espaço que Lula e Dilma ocupam nas composições é sempre bastante significativo. Nesse sentido, a *saliência* — o destaque dado a eles — os posiciona como recursos centrais dessas composições, sendo os outros recursos uma espécie de itens secundários. Outro aspecto importante na composição da imagem de Dilma Rousseff no panfleto diz respeito ao seu posicionamento à esquerda no eixo horizontal do *layout*: lugar geralmente dedicado ao elemento *novo*; Lula é o elemento *dado*, de amplo conhecimento do povo brasileiro, por causa da sua trajetória política e especialmente pela sua gestão por duas vezes como chefe da República. Ela, Dilma Rousseff, é o elemento *novo*, à época ainda pouco conhecida da enorme massa do eleitorado, e na ocasião apresentada ao povo como a candidata do ex-presidente à sua sucessão.

A análise do *jingle*⁶¹, apresentado na TV em associação às imagens seguintes, possibilita-nos observar, para além da presença fotográfica, o papel que Lula exerce na campanha de Dilma:

Deixo em tuas mãos o meu povo

*Deixo em tuas mãos o meu povo
e tudo o que mais amei
mas só deixo porque sei
que vais continuar o que fiz
E o meu país será melhor
e o meu povo, mais feliz
do jeito que sonhei e sempre quis*

Quando passo no meu Nordeste

⁶⁰ Por meio da categoria “demanda”, nos termos da Teoria da Multimodalidade, o participante representado, necessariamente humano ou animal, reclama atenção dos *viewers*.

⁶¹ O gênero analisado é, mais uma vez, a “letra de música”, tendo em vista o suporte em que se apresenta esta tese. Desse modo, pelos motivos já expostos no capítulo anterior, perde-se parte dos sentidos construídos por elementos como o ritmo e a melodia, por exemplo.

*vejo quanto já fizemos
Mas ainda o que farás
Sei que o Sul tu tens carinhos
Porque ele te acolheu
Quando precisavas mais*

*Sei que amas o Sudeste
Meu São Paulo, nosso Rio
E tua Minas Gerais
Que te viu jovem e valente
e logo te verás primeira presidente*

*No Norte sei que jamais
O povo, a mata e as águas esquecerás
E no Centro-Oeste eu sei
que cuidarás da semente
que com muito amor plantei*

*Agora as mãos de uma mulher
vão nos conduzir
Eu sigo com saudade
Mas feliz a sorrir
pois sei: o meu povo ganhou uma mãe
que tem um coração
que vai do Oiapoque ao Chuí*

Deixo em tuas mãos o meu povo.

A música acima foi veiculada na televisão como elemento de fundo para as imagens a seguir:

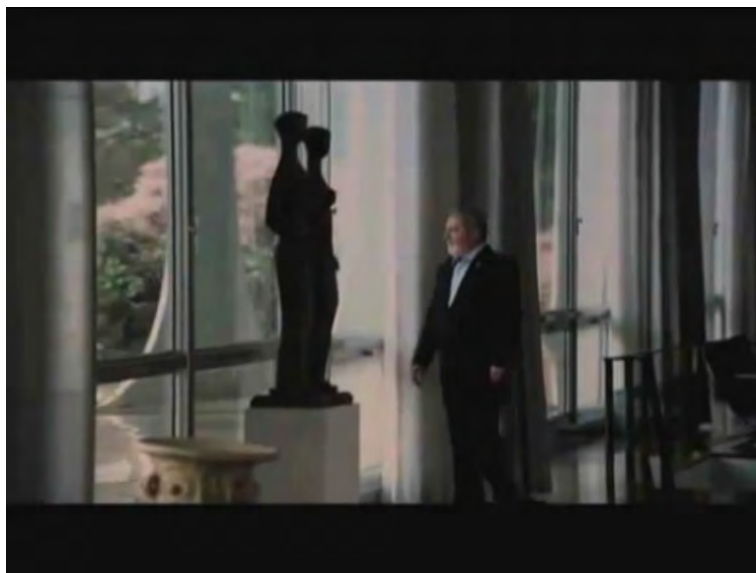


Figura 10 – Imagens do presidente Lula associadas ao *jingle* de Dilma Rousseff

O presente *jingle* marca uma espécie de despedida do presidente Lula, além de ilustrar a transição dele para Dilma, como sugerem a letra da música e as imagens do programa. Escrito na perspectiva da primeira pessoa, que se constitui na voz do então Presidente da República o *jingle* acima atesta, novamente, o caráter de continuidade que se busca imprimir em toda a grande argumentação feita por meio do evento que ora se analisa. Desse modo, a interlocução em que se sustenta o texto do *jingle* se dá entre a

primeira pessoa do singular — o “eu”, que corresponde a Lula — e a segunda pessoa do singular — o “tu”, que corresponde a Dilma.

O verso “Deixo em tuas mãos o meu povo” é emblemático para a interpretação aqui realizada, uma vez que ilustra a transição de Lula para Dilma, que é a própria intervenção na realidade que a campanha busca construir. A leitura desse verso e de outros, tais como “*E o meu país será melhor*”, “*mas só deixo porque sei que vais continuar o que fiz*” e “*do jeito que sonhei e sempre quis*”, revela um caráter quase messiânico atribuído a Lula, no sentido da incumbência de que está investido. Outra condição atribuída ao Presidente é a de um pai, um patriarca que cumpre sua missão e que, agora, precisa dar prosseguimento à sua obra. Nesse sentido, Dilma Rousseff assume os contornos de uma matriarca, como podemos observar nos versos destacados no trecho a seguir:

*pois sei: o meu povo ganhou uma mãe
que tem um coração
que vai do Oiapoque ao Chuí*

Essa construção discursiva de Dilma e de Lula como figura matriarcal e patriarcal fortalece a ligação indissociável que entre eles se quer erigir, o que, possivelmente, motiva as duas únicas ocorrências da 1ª pessoa do plural, nos trechos destacados dos seguintes versos:

*Quando passo no meu Nordeste
vejo quanto já fizemos
(...)
Sei que amas o Sudeste
Meu São Paulo, nosso Rio*

A perspectiva da voz na 1ª pessoa do plural também é um recurso utilizado no seguinte trecho do programa de TV⁶² da candidata Dilma, num momento em que há a simulação de uma entrevista de Dilma ao ex-presidente Lula⁶³:



Lula: Dilma, você candidata a presidenta da república/você vai ter que fazer mais/fazer melhor/e fazer com mais competência/porque afinal de constas/você tem oito de experiência./ Qual é a grande proposta

⁶² Considero, para os fins de execução deste trabalho, o “programa de TV” na condição de um gênero, apesar de reconhecer que ele se constitui pela articulação de vários gêneros, tais como “jingles”, “depoimentos”, “videoclipes”, “comerciais” etc.

⁶³ A reprodução do programa de Dilma Rousseff — e dos outros aqui analisados — exclui, em função do suporte em que esta tese se apresenta, as imagens em movimento. Também foram excluídas, por não se constituírem relevantes para a presente interpretação, as marcas de hesitações e de silêncio. Por fim, o uso de barras entre alguns trechos das transcrições indica a exata aparição dos caracteres na tela da TV, quando da edição dos programas. O trecho analisado compõe o programa exibido na noite do dia 09 de outubro de 2010.

para o futuro desse país?/

Dilma: Para mim, o grande desafio/É erradicar a miséria do país./*O senhor deu um passo enorme no governo/que foi os vinte e oito milhões./Que nós tiramos da pobreza./*Dizem que é impossível erradicar a pobreza no Brasil./Pelo contrário./*Todos os passos que nós demos/abriram o caminho para a gente/acabar com a pobreza no Brasil./*Então, isso é muito importante para o Brasil./A segunda questão/é levar o Brasil a ser de fato/ um país em que a sua população/ no mínimo seja de classe média./Para isso/ Sem educação de qualidade/ nós não conseguimos chegar lá.

Lula: Eu tenho a convicção/de que você é esse jeito/de fazer o Brasil melhor.

Figura 11 – Entrevista de Dilma Rousseff ao presidente Lula

A entrevista “concedida” por Dilma a Lula reforça o argumento da continuidade do processo de mudança instaurado pelo governo que ambos representam, conforme toda a campanha quer inculcar nos eleitores. E, de novo, o uso da 1ª pessoa do plural possibilita a construção discursiva de que Dilma e Lula formam um único elemento, um único conjunto responsável pelo bem-sucedido programa que a dupla conduziu na gestão do governo, como podemos observar nas passagens da fala de Dilma destacadas a seguir:

(1a) “(...) um passo enorme no governo/que foi os vinte e oito milhões./Que **nós tiramos** da pobreza”.

(1b) “Todos os passos que **nós demos**/abriram o caminho para a **gente/acabar** com a pobreza no Brasil”.

Ao mesmo tempo em que Dilma e Lula formam um único conjunto, possível de ser interpretado por meio da 1ª pessoa do plural, a candidata também é apresentada como a garantia de uma passagem de mandatos sem interrupção, agregando ainda mais qualidade ao que já foi feito pelo presidente e pela então ex-ministra chefe da Casa Civil, como se verifica na seguinte passagem, em que Lula prega a sua predileção e confiança na candidata Dilma:

(1c) “Eu tenho a convicção/de que **você** é esse jeito/de fazer o Brasil melhor”.

Há, ainda, na totalidade desta entrevista, uma construção cênica que transmite a ideia de cumplicidade entre os dois personagens, que é realizada, mais uma vez, por meio do olhar dos atores representados. A imagem é intransitiva em relação aos leitores, uma vez que o vetor do olhar direciona-se de Lula para Dilma, e vice-versa, e não de Lula para os telespectadores ou de Dilma para os telespectadores. Parece, em princípio, uma construção imagética contraditória dentro do universo eleitoral, cujas imagens de políticos são geralmente produzidas com o olhar deles “dialogando” com o eleitorado, em direção a esse eleitorado, como vimos nos caso do *panfleto*. Contudo, se a argumentação fundamental da campanha Dilma é, entre outros aspectos, mostrá-la como a candidata do Presidente e do seu governo, além de herdeira e garantia de continuidade do projeto que eles ergueram, a demonstração de afinidade entre eles se justifica plenamente. O que a imagem desta entrevista possibilita é a exibição da intimidade, da identificação e da proximidade entre Lula e Dilma, e não a exibição dela ou dele, como indica a orientação das setas na representação a seguir:





Figura 12 – O olhar construindo a transitividade entre Dilma e Lula

Essa representação discursiva de cumplicidade entre os dois reforça a ligação de Dilma e Lula num conjunto indissociável. Por outro lado, há na campanha de Dilma, a exploração de um segundo conjunto, “Serra e FHC”, que serve como elemento de comparação entre os governos dos dois ex-presidentes e, por extensão, entre os governos de que foram ministros os dois então candidatos, como podemos ver a seguir:

<p>No governo de Serra e FHC/O Brasil foi para trás/quase 6 milhões de pessoas ficaram mais pobres./</p>	<p>No governo de Lula e Dilma/olha só a mudança:/28 milhões saíram da miséria/e 36 milhões entraram para a classe média (...)/</p>

Figura 13 – Comparação entre Serra/FHC e Lula/Dilma⁶⁴

⁶⁴ Cena do programa da campanha de Dilma Rousseff exibido na noite do dia 19 de outubro de 2010.

É importante notar a ordem dos elementos nas composições “Serra e FHC” e “Lula e Dilma”: no primeiro caso, o nome que encabeça a composição é “Serra” e, no segundo caso, é “Lula”. Isso contribui com a ideia de que a figura do ex-presidente é um recurso central na campanha de Dilma, tendo em vista o fato de que agrega proveitos ao seu projeto de persuasão. Esta interpretação se ampara, entre outros aspectos, no fato de que o pleito eleitoral de 2010 ocorreu durante a gestão de um governo bem avaliado pela população, além de ter um presidente cuja aprovação pessoal atingia índices próximos a 90%⁶⁵. A aprovação pessoal de Luiz Inácio, acima da avaliação do governo de que foi chefe, o dispõe entre o mais popular presidente da história da República, e isso também possibilita a ele a posição de um importante “cabo eleitoral”.

Na análise que aqui se constrói, o “Lula” usado sem parcimônia na campanha Dilma é este recurso de onde se extraem muitos sentidos, que não se restringem à prática político-eleitoral. Trata-se de um elemento que mescla fatores de ordem biográfica, política e simbólica e que é capaz de servir de elemento favorável ao projeto de uma campanha.

Na composição multimodal da construção em análise, a imagem associada a Lula e Dilma é colorida, ao passo que a de Serra e FHC é tomada pelos tons de cinza. Isso ajuda a construir a ideia de um país que melhorou durante a gestão Lula-Dilma, em contraposição à triste realidade durante o governo anterior. Além disso, a imagem associada ao período Serra e FHC é a de um garoto triste e sem camisa, em contraste com a imagem do pão e do emprego, sugeridos na imagem de Lula e Dilma. Em termos multimodais, a *cor* é um elemento que expressa a *modalidade*, que se traduz na proximidade ou não proximidade com o real dos textos imagéticos: a presença de cor na imagem associada a Lula e Dilma denota, então, uma representação mais próxima da realidade atual, ligada, como já disse, ao emprego (participante “padeiro”) e ao alimento, fatores que marcam a atual realidade brasileira, mas que, de acordo com o que sugerem as imagens, estavam ausentes quando do governo de Serra e FHC.

Outra representação discursiva importante do presidente Lula na campanha Dilma diz respeito à construção da ideia de que ele inaugurou um país de prosperidade e com boas possibilidades no futuro, negligenciando iniciativas pretéritas realizadas por

⁶⁵ Índices divulgados pelo instituto Datafolha, no dia 20 de dezembro de 2010. Os dados encontram-se disponíveis no site do referido instituto <http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=1122> e foram capturados no dia 05 de maio de 2011.

outros governos. O Brasil “adâmico” de Lula é, portanto, mais uma face discursiva da semiotização do Presidente, como podemos ver a seguir:

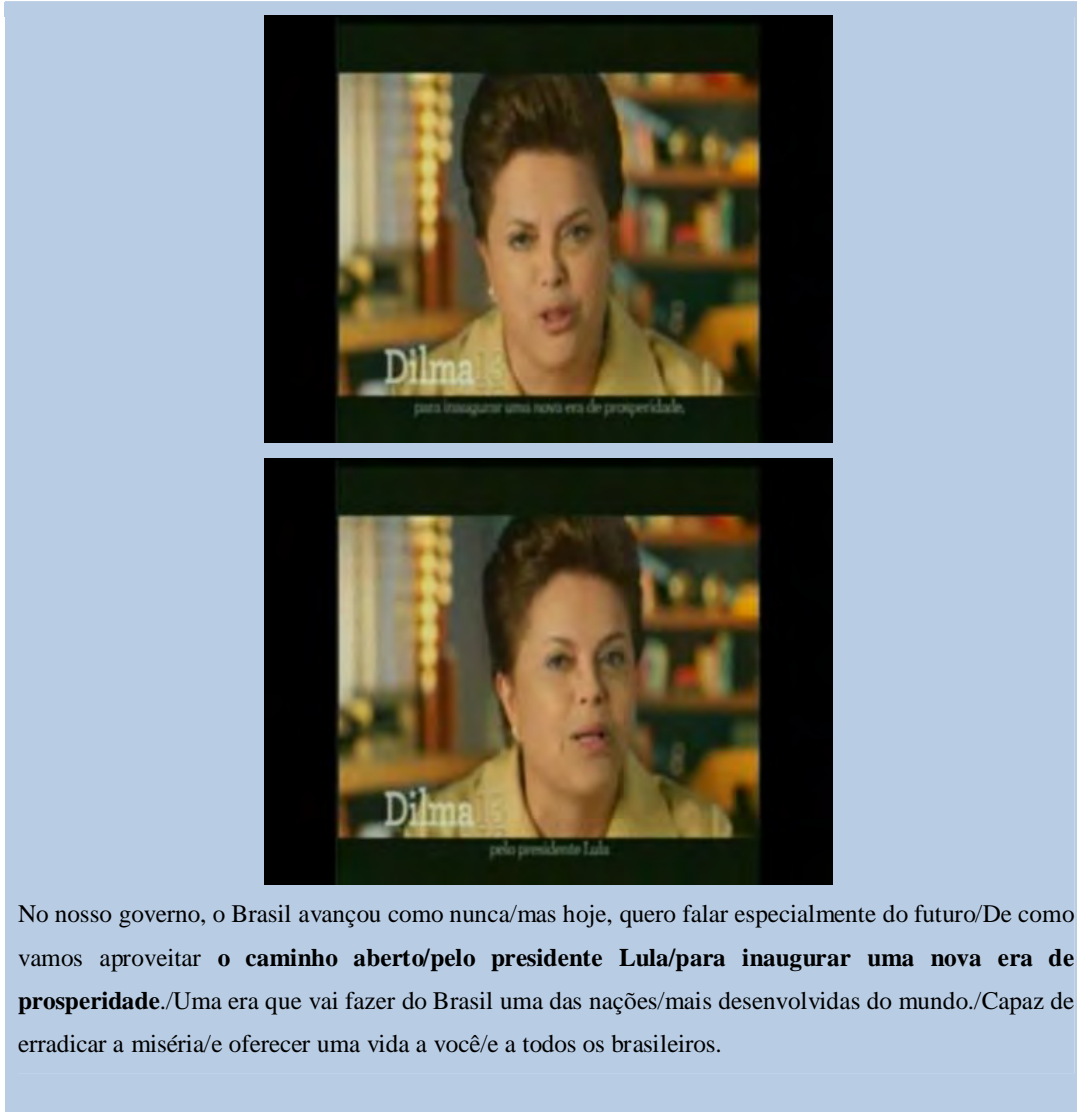


Figura 14 – Lula apresentado como o inaugurador de um Brasil próspero⁶⁶

O argumento desse “Brasil” inaugurado por Lula, além de criar a imagem de um precursor para ele, reforça a tese de que Dilma é a segurança de manutenção do processo instaurado sob a tutela do então presidente, numa estratégia que a dispõe como a legítima e única candidata capaz de dar prosseguimento à obra do seu antecessor.

⁶⁶ Cenas do programa da campanha Dilma exibido na noite do dia 19 de agosto de 2010.

Além disso, “o Lula precursor” é, simbolicamente, uma estratégia de *diferenciação* entre o governo dele e dos seus antecessores, no modo ideológico da *fragmentação*⁶⁷.

A semiotização de Lula — um processo que fez dele uma fonte de sentidos associados, entre outros, à figura do presidente de um governo bem-sucedido, do presidente mais popular da República, do Lula incumbido de uma missão e do Lula inaugurador de um país próspero — é somente, na nossa interpretação, a mais evidente representação discursiva e, portanto, simbólica e ideológica sobre a qual a matriz argumentativa da campanha Dilma se assentou. Há outras representações que marcam esta campanha, tais como a possibilidade de o Brasil eleger a primeira mulher presidenta e o fato de a candidata Dilma Rousseff não ser defensora da privatização do patrimônio nacional, por exemplo. Mas a semiotização de Lula é central para as razões argumentativas do evento aqui analisado. Representação discursiva fundamental para o plano de convencimento do eleitorado, essa semiotização de Lula responde por boa parte das configurações simbólicas e ideológicas que, ao lado da matriz genérica da campanha de Dilma Rousseff, constituem a ação deste evento no seio da sociedade. Além disso, a candidata Dilma é um *ator social* (cf. VAN LEEUWEN, 2009) que participa, nas representações aqui analisadas, como beneficiária de todos os dividendos que o Lula semiotizado pôde engendrar.

⁶⁷ Tratei dos *modos de operação da ideologia* e de suas *estratégias simbólicas*, segundo Thompson (1995), no Capítulo 2. Ao fazê-lo, observei que a ideologia, neste trabalho, não se resume apenas às relações de dominação entre grupos, mas a todas as tentativas de ocultação e disfarce que se colocam a serviço de interesses políticos, religiosos, midiáticos, empresariais etc. e que estão mascaradas atuando por meio da linguagem.

5.3.2 A campanha de José Serra e o discurso fundamentalista

As razões argumentativas da campanha Serra, baseadas mais fortemente em fatores de ordem biográfica e curricular, estão ancoradas em uma estratégia simbólica e ideológica igualmente voltada para o âmbito pessoal: a tomada do discurso fundamentalista. Em primeiro lugar, cumpre-me esclarecer que é preferível o uso do termo “fundamentalismos” no plural, dado que a sua prática se entende aos universos religiosos, éticos, étnicos, culturais, políticos etc. Porém, na interpretação aqui realizada, utilizo a expressão “discurso fundamentalista” para contemplar um conjunto de representações ideológicas e simbólicas a serviço do julgamento moral, do purismo, da reverberação do pensamento unitário e da intolerância.

Desde a sua origem, como resposta à modernidade, o fundamentalismo caracteriza-se pela negação ao pensamento e à ciência, pela condução artística por meio de preceitos da moral religiosa, entre outros (MEYER, 1989). Além disso, os fundamentalistas, do ponto de vista religioso, buscam fixar os outros longe de si, numa postura sempre reacionária (MARTY, 1988). Canclini (2008, p. 203), observa que os fundamentalistas

unicamente podem oferecer uma adesão mística a um conjunto de bens religiosos e patrióticos arcaizantes, sem relação produtiva com os conflitos contemporâneos. Sua escassa persuasão nota-se no recrutamento minoritário de adeptos; sua baixa verossimilhança pode ser percebida na necessidade de aliar-se ao poder militar ou aos setores mais autoritários da direita.

Desse modo, o discurso fundamentalista é tratado aqui como uma estratégia por meio da qual a ação eleitoral se refugia em preceitos religiosos e morais a fim de favorecer a campanha de Serra. A apropriação do discurso fundamentalista é a mais proeminente configuração ideológica e simbólica em que se sustenta a campanha em questão, como é o caso da promoção do referido candidato por meio do gênero *santinho*, mostrado a seguir:



Figura 15 – Gênero “santinho” da campanha de José Serra

Tomado para uma análise crítica, o *slogan* “Serra é o do bem” mostra a representação discursiva que se faz do candidato José Serra em toda a extensão do segundo turno de 2010. A importância do *slogan* de uma campanha reside no fato de que ele sintetiza a ideia a geral, o argumento central que se busca defender. Desse modo, enquanto a campanha de Dilma Rousseff se funda na ideia da continuação da mudança, fincada, discursivamente, na semiotização do presidente Lula, a campanha de José Serra recorre a uma construção baseada em aspectos morais e, neste aspecto particularizado, isenta de base programática. Além disso, tal construção discursiva recorre a uma estratégia maniqueísta, cuja convicção é a de que o universo é regido por dois únicos polos incompatíveis: neste caso, o bem e o mal.

No contexto de uma eleição polarizada, a representação discursiva centrada nessa visão maniqueísta cria uma construção ideológica em que os candidatos ocupam os dois polos contrários, ou seja, “Serra é do bem” e, portanto, “Dilma é do mal”. Isso, é preciso salientar, reduz o debate eleitoral a uma discussão sobre um candidato que é supostamente virtuoso e uma candidata que supostamente não o é, o que,

consequentemente, retira da campanha o seu foco político. A opção por um viés personalista, e não político e programático, contraria a lógica eleitoral, segundo expectativa de que o debate se daria entre a defesa da continuidade de um modelo de governo e a proposta de rompimento com esse modelo, já que a disputa se tratava entre a situação e a oposição.

Além do panfleto, outro gênero cujo texto resguarda o discurso polarizado do bem e do mal é o principal *jingle* do candidato:

Serra é o bem

*Quando se conhece bem uma pessoa
logo se sabe se é gente boa
Com Serra essa certeza a gente tem
Serra é do bem! Serra é do bem!*

*Quando se conhece bem uma pessoa
logo se sabe se é gente boa
Com Serra essa certeza a gente tem
Serra é do bem! Serra é do bem!*

*Serra faz bem pra saúde
não tem contra-indicação
já fez bem pra muita gente
com a cabeça boa e bom coração*

*Serra já passou no teste
é sincero e competente (Serra!)
Vida livre, transparente.*

*Quando se conhece bem uma pessoa
logo se sabe se é gente boa
Com Serra essa certeza a gente tem
Serra é do bem! Serra é do bem!*

*Quando se conhece bem uma pessoa
logo se sabe se é gente boa
Com Serra essa certeza a gente tem
Serra é do bem! Serra é do bem!
Serra do seguro-desemprego
do genérico, o remédio mais barato
sempre presente, trabalha de fato
Serra tem firmeza no que faz
Todo o Brasil já conhece bem
Tanta coisa boa ele já fez
Serra é do bem ! Serra é do bem!*

*Quando se conhece bem uma pessoa
logo se sabe se é gente boa
Com Serra essa certeza a gente tem
Serra é do bem! Serra é do bem!*

Refrão

*Quando se conhece bem uma pessoa
logo se sabe se é gente boa
Com Serra essa certeza a gente tem
Serra é do bem! Serra é do bem!
Serra é do bem! Serra é do bem!
Serra é do bem! Serra é do bem!*

A análise de letra do *jingle*⁶⁸ mostra-nos, como já delineado no capítulo anterior, a matriz argumentativa da campanha de Serra, baseada na pessoa dele, sua biografia, seu currículo e suas realizações. Ao lado disso, imiscui-se a matriz discursiva, de cunho fundamentalista e sintetizada no *slogan* “Serra é do bem”, que é repetido dezoito vezes, sem considerar as reproduções do refrão.

O *slogan* “Serra é do bem”, visto na perspectiva sistêmico-funcional, é uma oração e, como tal, atende, concomitantemente, às metafunções representacional, interpessoal e textual. Uma vez que toda a análise aqui realizada enfatiza a

⁶⁸ Pelas razões já apresentadas, o que se analisa é a letra do *jingle*, e não o *jingle* propriamente dito.

representação feita sobre os candidatos, focalizarei somente o que a oração “Serra é do bem” projeta em termos ideacionais:

Serra	é	do bem
portador	processo relacional atributivo	atributo

O recurso da oração relacional atributiva possibilita-nos uma representação em que “x pertence a uma classe” ou uma representação em que “um atributo y está adstrito a um portador”. Tal opção gramatical, na análise da oração “Serra é do bem”, constrói uma realidade em que o candidato pertence à classe de “quem é do bem” e, tendo em vista o processo eleitoral polarizado, essa opção gramatical também revela — ou esconde — uma outra realidade: a de que a candidata adversária pertence à classe de “quem não é do bem”. Terreno fértil para o sistema de avaliatividade⁶⁹, o processo relacional, no presente caso, insere o candidato em uma dimensão semântica da *atitude*, já que sobre ele foi atribuída uma valoração. E, no âmbito da atitude, temos o subsistema do *juízo*, uma vez que o comportamento do participante foi avaliado com base em condutas sociais, o que reitera a estratégia discursiva do fundamentalismo.

Assentada no discurso fundamentalista, a campanha de José Serra recorre a uma série de argumentos que visam à representação de um candidato virtuoso, como pode ser observado nos trechos do programa eleitoral⁷⁰ do candidato destacados a seguir:

⁶⁹ O sistema de avaliatividade (*appraisal*) foi brevemente apresentado no Capítulo 2.

⁷⁰ Trechos dos programas eleitorais veiculados, na ordem, na tarde do dia 08/10/2010, na noite do dia 14/10/2010 e na noite do dia 09/10/2010.



(1d) Este é José Serra:/Um homem que nunca se envolveu em escândalos/**sempre condenou o aborto e defendeu a vida.**/



(1e) Vou aplicar mais recursos no Bolsa Família,/em casas, financiamento, crédito,/para que os mais pobres possam continuar comprando/aquilo que precisam e tenham mais conforto,/mais segurança./Eu vou fazer isso com honestidade de propósitos/e **Deus no coração.**



(1f) Eu estou convencido que é possível/fazer um governo que estimule/e ajude o brasileiro a consumir, a comprar,/ter mais conforto, mais segurança/e mais saúde./E é possível fazer isso sem radicalismos./**Unindo e não jogando irmão contra irmão,**/regiões contra regiões.

Muitas vezes, a estratégia do discurso fundamentalista aparece disfarçada em construções que se embrenham na apresentação ou nos pronunciamentos do candidato. No trecho a seguir, por exemplo, José Serra é apresentado como aquele que condena o aborto e defende a vida, posições que contribuem para o esvaziamento político da campanha e, ao mesmo tempo, para a construção de um candidato eivado de valores:

(1d) Este é José Serra:/Um homem que nunca se envolveu em escândalos/**sempre condenou o aborto e defendeu a vida.**/

Além disso, numa alusão aos rumores e especulações acerca dos posicionamentos de Dilma Rousseff que, à época, eram veiculados especialmente nos meios digitais, essas construções servem, mais uma vez, para opor Dilma a Serra, não do ponto de vista político, mas a partir do prisma moral, ético e religioso.

Ao fazer promessas referentes à aplicação de recursos em diversas áreas sociais e econômicas, o candidato recorre à imagem de Deus, numa construção ideológica que agrega dividendos ao projeto do discurso fundamentalista, embora, novamente, esvazie o debate eleitoral de um conteúdo político, como podemos ver no trecho a seguir:

(1e) Vou aplicar mais recursos no Bolsa Família,/em casas, financiamento, crédito,/para que os mais pobres possam continuar comprando/aquilo que precisam e tenham mais conforto,/mais segurança./Eu vou fazer isso com honestidade de propósitos/**e Deus no coração.**

Ao lado, como já disse, de uma matriz argumentativa de cunho personalista, em que o currículo e o quadro de realizações de José Serra são ressaltados, o discurso fundamentalista é apropriado pela campanha em questão como uma estratégia para representar o candidato como um homem de virtudes e de valores religiosos cristãos, características que, supostamente, faltam a sua opositora, Dilma Rousseff. Nesse sentido, verifica-se, como nos termos de Fairclough (2001 e 2003), um aspecto do significado identificacional⁷¹ associado a fatores de ordem ética e moral, numa representação particularizada pelo discurso.

⁷¹ Em Fairclough (2001), opera-se com a cisão da função interpessoal em outras duas: a identitária, que corresponde à construção das identidades via discurso, e a relacional, que corresponde à construção das relações sociais entre os participantes do discurso. A cisão da função interpessoal nas funções identitária e

No trecho (1f), a expressão “irmão contra irmão” também alude ao universo religioso cristão, uma vez que intertextualmente nos remete ao tratamento dispensado entre os que compartilham de uma mesma doutrina religiosa, geralmente de preceitos evangélicos:

(1f) Eu estou convencido que é possível/fazer um governo que estimule/e ajude o brasileiro a consumir, a comprar,/ter mais conforto, mais segurança/e mais saúde./E é possível fazer isso sem radicalismos./**Unindo e não jogando irmão contra irmão**,/regiões contra regiões.

Esse caráter religioso que, às vezes de forma difusa, se faz por meio da alusão ao nome de Deus, ao tratamento dos cidadãos (eleitores) como irmãos e à menção ao aborto e ao direito à vida adquire referências mais explícitas, como podemos ver nos trechos do programa eleitoral⁷² destacados a seguir:



(1g) **Amigo de verdade** é assim:/sempre dá um jeitinho de aparecer./—Tudo bem? Beleza./— Está ótimo./Chega e quer logo saber de tudo./— Oito filhos?/— Oito filhos. — Nossa!./— 25 netos./Ri com a gente./— E esse cabelo, hein?/Você não quer me dar um pouquinho?/— Esse cabelo eu não dou não./— Só isso já chegaria para mim./**Divide a prece**./“Tudo quanto te vier à mão para fazer,/faze-o conforme as tuas forças,/【Serra lendo】: “porque no além para onde tu vais não há obra/nem projetos, nem conhecimento,/nem sabedoria alguma”./Eu sigo isso./Tudo o que eu tenho que fazer,/eu faço além das minhas forças./Interessante a senhora ter me dado isso./Obrigado.

relacional atende a duas grandes preocupações dos estudos em ADC: a compreensão crítica dos complexos processos discursivos e sociais a partir ou por meio dos quais as identidades são constituídas, bem como a extensa, e não menos complexa, rede de práticas sociais nas quais as pessoas se relacionam. Essa divisão da função interpessoal nas duas funções acima identificadas leva Fairclough (2003) a propor que o discurso figura de três principais maneiras na prática social: a) como *gênero* (modos de agir); b) como *discursos* (modos de representar); e c) como *estilos* (modos de ser).

⁷² Trecho do programa eleitoral de José Serra levado ao ar na noite de 15 de outubro de 2010.

Em (1g), Serra é a apresentado como um “amigo de verdade”, aquele que “divide a prece”. Novamente, porém de forma explícita, o candidato é apresentado em termos das suas qualidades pessoais, morais e religiosas. E, ao prosseguir com a leitura de *Eclesiastes*, capítulo 9, versículo 10, Serra se constitui como um candidato a presidente sabedor da Palavra de Deus, um candidato cristão, e isso é mais uma qualidade que colabora com a ação do discurso fundamentalista, porque sempre cria a anti-imagem de uma candidata que não dispõe de tais características. O duelo que se trava, entre o candidato “do bem” e a candidata “do mal”, assume a versão do duelo polarizado entre o candidato “crente” e candidata “ateia”. Não por acaso, na campanha de José Serra, a remissão ao nome de Deus é uma constante, como ocorre no caso da declaração de apoio a seguir:

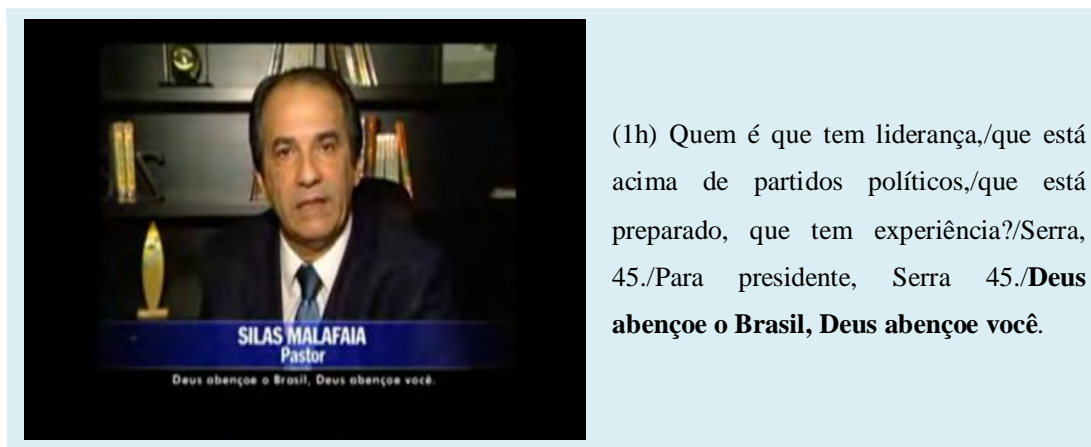


Figura 16 – Gênero “declaração de apoio” na campanha de José Serra

É importante destacar que o gênero “declaração de apoio” em questão parte de um renomado pastor evangélico. Nessa condição, é importante observar a relevância simbólica e ideológica do interlocutor: um líder religioso, uma autoridade na seara cristã. As razões que levam o pastor a declarar seu apoio a José Serra se resumem, pelo que se depreende do trecho analisado, a fatores de cunho pessoal, e não político. Por isso, o nome de Deus surge sem comedimento, o que, novamente, tornam escassos os motivos políticos e programáticos que devem pautar o voto em alguém que pleiteia o exercício da Presidência, o lugar de Chefe de Estado — um Estado laico, como preceitua a nossa Constituição.

Uma das mais proeminentes associações da campanha de José Serra com a doutrina religiosa cristã encontra-se no gênero “panfleto” abaixo:

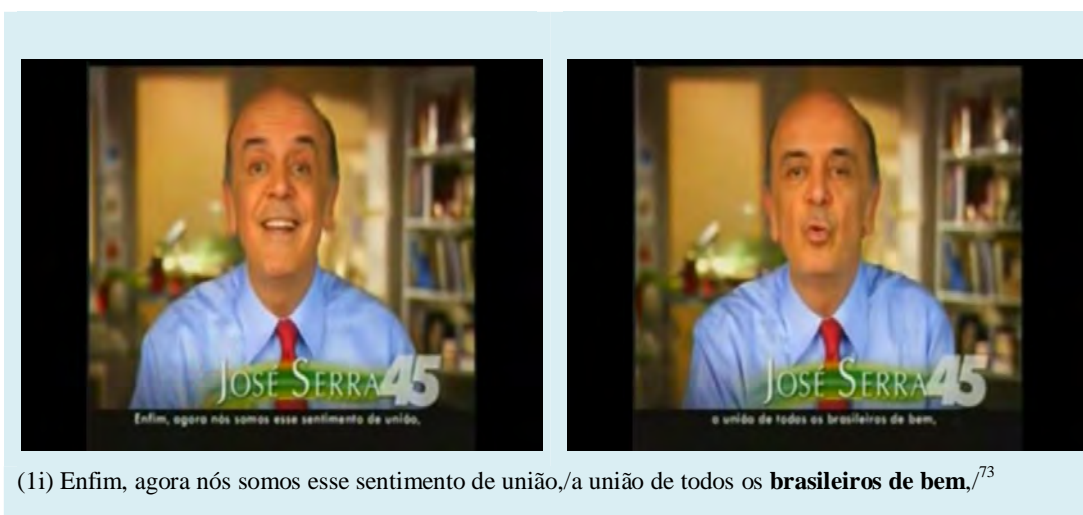


Figura 17 – Gênero “panfleto”, de cunho religioso, da campanha de José Serra

O conteúdo central deste panfleto está na frase entre aspas assinada pelo candidato. Não há propostas nem evidências de uma plataforma de governo. O que nos indicia tratar-se de um gênero de promoção eleitoral são alguns elementos composicionais do gênero panfleto, tais como a foto e o número do candidato; além do contexto eleitoral em que estávamos submersos quando este texto situado circulou. Porém, o elemento de composição mais destacado do *layout* é mesmo a frase “Jesus é a verdade e a justiça”. A *saliência* dada a esse recurso realça o comprometimento do candidato com uma imagem de homem religioso, possivelmente pertencente ao grupo dos homens de bem do Brasil. De novo, a prática discursiva própria de uma eleição — geralmente pautada no debate político, nos antagonismos partidários e na proposição de planos de governo — é reduzida ao universo intimista do candidato, associado, como

temos visto, a um viés fortemente doutrinário e desafiador da condição de laicidade do Estado que ele pretende chefiar.

Essa agregação aos dogmas cristãos, a remissão ao discurso de defesa da vida, o posicionamento contra a prática do aborto, a exposição de líderes religiosos no programa eleitoral e a leitura de trechos bíblicos são aspectos do discurso fundamentalista, latente no lema “Serra é do bem”. Para além da construção ideológica do candidato, essa representação discursiva se expande para a representação do próprio eleitorado, como no trecho a seguir:



Além de criar uma representação maniqueísta dos candidatos à Presidência da República, o discurso fundamentalista, no evento em questão, resvala na dicotomização do povo brasileiro. Desse modo, José Serra é aquele capaz de unir “os brasileiros de bem” e, dicotomicamente, a outra candidata seria aquela do lado dos “brasileiros que não são de bem”. Do ponto de vista dos modos de operação da ideologia, na proposta de Thompson (1995), o que se observa, em construções como esta, é a *fragmentação*, por meio da estratégia de *expurgo do outro*, cujo propósito é revestir alguém de características negativas e ameaçadoras. O *expurgo do outro* é, neste caso, uma opção ideológica que divide os dois candidatos e também a nação brasileira: a nação dos homens de bem *versus* a nação dos homens que não são de bem. E isso contraria o

⁷³ Trecho do programa eleitoral de José Serra levado ao ar na tarde do dia 08 de outubro de 2010.

mesmo discurso fundamentalista que outrora, e como vimos em (1f), condenou os que jogavam “irmão contra irmão”.

Há nas análises feitas até aqui a constatação de que os gêneros de promoção eleitoral, enquanto viabilizam a propaganda de candidatos ou de candidaturas — “Serra é do bem” e “Para o Brasil seguir mudando”, respectivamente —, viabilizam, também, uma espécie de antipropaganda, em que o candidato ou a candidatura adversária sofrem uma desconstrução. E tal desconstrução se dá no nível do discurso, pois envolve, como vimos, sistema de crenças, construções identitárias e, sobretudo, representações de pessoas e de mundo.

Na medida em que os gêneros aqui vistos promovem o candidato Serra, o discurso age no sentido de desconstruir a candidata oponente; e, ao passo que os gêneros promovem o sentido da candidatura de Dilma, o discurso age para desconstruir a candidatura de Serra. No caso do *slogan* “Para o Brasil seguir mudando”, pode-se depreender que a campanha Dilma sugere que, numa eventual vitória de Serra, o país regressaria a estágios de atraso ou que o processo de mudança seria interrompido. Isso equivale a dizer que, no contexto de uma eleição polarizada, os gêneros cumprem o seu propósito de promoção eleitoral, e os textos que esses gêneros orientam são o “lugar” privilegiado para a atuação do discurso, que, ao mesmo tempo, promove e desconstrói.

As análises das campanhas de Dilma Rousseff e de José Serra apenas ilustram a matriz discursiva desses eventos, destacando as mais evidentes configurações ideológicas e simbólicas de que se revestiram tais campanhas quando atuaram na sociedade. Contudo, os outros eventos sociais nesta tese já analisados também foram erigidos com base em um conjunto de representações discursivas capazes de submergi-los numa esfera ideológica e simbólica, como se mostra nas reflexões feitas nas subseções seguintes.

5.4 As eleições e a construção metonímica do voto

A dimensão legislatória⁷⁴ de uma eleição faz desta um evento social de matriz injuntiva, tendo em vista o seu caráter normatizador. Nesse sentido, além de instruir procedimentos e estabelecer o que pode e o que não pode ser feito por candidatos e eleitores, o evento eleitoral, no caso analisado, constrói discursivamente uma representação em que a participação política é reduzida ao ato de votar e ao dia da eleição, como pode ser notado nas dicas que compõem o caça-palavras a seguir:

⁷⁴ Utilizo o termo “legislatório” para evitar uma possível associação com o termo “legislativo”, que poderia sugerir um remissão ao poder da República que recebe a mesma designação.

BIO

CAÇA-PALAVRAS

NO DIA DA ELEIÇÃO, OS ELEITORES MAIORES DE 60 ANOS TÊM **PREFERÊNCIA** PARA VOTAR. ELES NÃO PRECISAM INFRENTAR FILAS.

O VOTO É UM **DIREITO** DO **CIDADÃO** E É SECRETO. NÃO VENDE SEU VOTO E NÃO O TROQUE POR NADA. O SEU VOTO NÃO TEM PREÇO E DEVE SER UMA DECISÃO PESSOAL.

NO DIA DA VOTAÇÃO, O **ELEITOR** DEVERÁ APRESENTAR, OBRIGATORIAMENTE, UM **DOCUMENTO** OFICIAL DE IDENTIFICAÇÃO COM **FOTO**, QUE PODE SER REGISTRO GERAL (CARTEIRA DE IDENTIDADE), CARTEIRA DE MOTORISTA, CARTEIRA DE TRABALHO, PASSAPORTE, ETC.

NÃO ESQUEÇA O NÚMERO DOS CANDIDATOS NO DIA DAS **ESCOLHAS**. O ELEITOR PODE LEVAR UMA ANOTAÇÃO NUM PAPEL, COM O NOME E O NÚMERO DOS ESCOLHIDOS, PARA QUE NÃO HAJA DÚVIDAS NA FRENTE DA **URNA**.

O **VOTO** DE QUALQUER PESSOA TEM O MESMO **VALOR**; NÃO IMPORTA SE ELA É RICA OU POBRE, BRANCA OU NEGRA, PATRÃO OU EMPREGADO.

B E T X O Q Q Z E X A V U F Q M K D Z F
 O J R D B W V S B O T I E R I D E R Q W
 C U C D A D Q E X H X E O I S U L E B J
 R Y W R N H C I D A D A O K I A A P P I
 O P V R A F N Y X A W M I E M U D F M J
 I A E K F F P S O G Q G A G D W W P H J
 N M B P F I H B T A C G I W Z C I P B O
 U S G I B T Z T N V A O U A O L L R W T
 J F R R E P S I E I Z S R G C A L A P O
 C E D I P R W T M T U E N N I I I R J V
 T P D C K E Z U U A W T A W W S A N C F
 V B E U O F N L C C P E W B A S M Q V X
 M P A A S E U O O I E L B Y J T V H B F
 Y A L O R R M V D F J E J Q K V Y E N C
 W X T G W E S H F I A I J R P V R L O Y
 B S H E Z N B X O T F T T F V B J Q H G
 P A T R I C I A T S R O V S E P R O V Z
 R L G L T I Y H O U X R D H E N B T F V
 J N N U J A X K L J J E D H V O S G U F
 N W C Y H W Y L K W O **S E O C I E L E V**

13

Figura 18 – Gênero “passatempo” na dimensão injuntiva das eleições

Nessa composição, o que tem o “valor” é o voto das pessoas, e não as pessoas, sua consciência, sua participação política, sua capacidade de contribuir para mudar ou transformar realidades por meio do voto ou de uma eleição. Além disso, o processo político-eleitoral é reduzido ao ato de votar, ao dia da votação, deixando de ser um processo e um debate constante sobre a atuação política do povo e dos políticos, para se tornar uma ocasião em que todos devem e têm o direito de votar.

A matriz discursiva das eleições, por meio da qual se constrói a ideia de que o voto se sobrepõe a quem vota, é uma configuração ideológica em que os *atores sociais* (van LEEUWEN, 2009) participam da prática eleitoral como pacientes, e não como sujeitos que, conscientes do seu papel político na sociedade, podem agir no curso da realidade social e econômica de um país por meio do voto que, desse modo, deixou de ser representado como uma das etapas de um amplo processo, passando a ser mais importante do que o próprio processo de que faz parte. Nesse sentido, do ponto de vista ideológico, temos o modo da *dissimulação* (THOMPSON, 1995), pois ofusca-se o poder de participação das pessoas, pela estratégia do *tropo*, numa relação metonímica em que o todo, o processo eleitoral e político, foi substituído por uma de suas partes: o voto.

5.5 O “caso Bruno” e o discurso de banalização da mulher

O caso Bruno, evento social de matriz narrativa analisado no capítulo anterior, fundamenta-se numa configuração ideológica que, entre outros fatores, constrói uma imagem banalizada da mulher, como forma de aplacar as razões de um crime bárbaro cuja autoria é, por suspeição, atribuída a um dos personagens centrais desta cobertura jornalística: o ex-goleiro do Flamengo.

No processo de narrativização em que se fundam os eventos de matriz narrativa, os fatos e acontecimentos da vida real, que ocorrem de forma dispersa, são organizados e adquirem um aspecto de unidade, conforme uma trama, um enredo que atende a diversos interesses particulares. Na configuração dos eventos sociais denominados de “casos”, na prática social do jornalismo, o foco da narrativização são os personagens e, desse modo, estes recebem tratamento que atendem a preceitos discursivos e, portanto,

ideológicos e simbólicos. No exemplo do caso Bruno, a “personagem” Eliza Samudio, vítima de um crime de assassinato, é, muitas vezes, identificada como alguém que frequentava ambientes mal-afamados e como ex-atriz de filme pornográfico, numa representação que busca mitigar a violência de que foi vítima, como, por exemplo, nos trechos destacados na matéria a seguir:

Bruno diz que conheceu Eliza em uma orgia do 3º goleiro do Fla

Gazeta Press

Publicação: 04/07/2010 17:32

O goleiro Bruno é um dos suspeitos pelo desaparecimento da jovem Eliza Samudio, com quem manteve uma relação extraconjugal. Segundo publicado na Revista *Veja*, o camisa 1 e capitão do Flamengo revelou ter conhecido **a moça em uma orgia**, que teria sido organizada por Paulo Victor (terceira opção para o gol rubro-negro).

"Conheci ela na casa de um amigo, onde havia outras mulheres. **Era uma orgia só. Tinha mulher, homem, amigas dela, outros jogadores, uma p... Essas festas são comuns no nosso meio**", declarou Bruno, que assumiu ter feito sexo com Eliza, que teria ficado grávida após ocorrer um problema com o preservativo.

"Estourou, vou fazer o quê? Vacilamos", lamentou o goleiro. "**Depois que ela disse que estava grávida, fui saber que todo o time do São Paulo a conhecia, que ela já tinha feito filme pornô**". Fiquei até preocupado com a minha saúde, tanto que logo depois fiz exame de HIV, mas estava tudo tranquilo", completou o jogador (...).

Fonte: <http://www.uai.com.br/htmls/app/noticia/173/2010/07/04/noticia_minas,i=167190/BRUNO+DIZ+QUE+CONHECEU+ELIZA+EM+UMA+ORGIA+DO+3+GOLEIRO+DO+FLAMENGO.shtml>
Acesso em 02/03/2011

Os trechos destacados não criam uma representação banalizada e vulgarizada da mulher, apenas ratificam essa representação, que não se constitui como elemento capaz de elucidar o crime de que foi vítima Eliza Samudio, que parecem diminuir o ônus de um delito. Ao identificar Eliza nas condições acima destacadas, a cobertura jornalística em questão contribui para a construção ideológica de que a mulher que se relaciona com

jogadores de futebol o faz em razão de interesses escusos, inclusive financeiros. Essa ideia pode ser observada nos trechos destacados da entrevista a seguir:

Bruno e Eliza Samudio: Renato Gaúcho afirma que jogador é bicho burro

A combinação explosiva que muitas vezes ocorre nas relações entre jogadores de futebol, suas mulheres, amantes e afins é assunto corriqueiro para Renato Gaúcho, especialista no assunto. Ídolo de milhões de torcedores nos anos 80 e 90 pelo que fez com a bola nos pés, o hoje técnico do Bahia colecionou também inúmeros títulos e namoradas. Em 1988, em entrevista ao escritor Ruy Castro publicada pela "Playboy", o então jogador afirmou que já havia transado com mais de mil mulheres.

Hoje, mais experiente, Renato se recusa a atualizar a contagem, mas, a convite do EXTRA, Renato traçou um perfil desta relação complicada que há entre jogadores e suas mulheres, normalmente envolvendo ameaças, extorsões, ofensas e que, agora, chegou ao limite extremo, com o Caso Bruno.

EXTRA: O que você pensa sobre este caso envolvendo o Bruno?

Renato Gaúcho: Não quero falar sobre isso. Prefiro ficar quieto. É uma situação muito complicada, muito chocante e não tenho muita coisa a dizer sobre isso.

Mas você é um ícone de uma geração de jogadores que sempre se deu muito bem com as mulheres. Pode falar como funciona esta relação, que você conhece como poucos.

Ah, sim. Sobre isso, tudo bem. **A mulher que procura o jogador de futebol está atrás de tudo.** Ela quer carinho, afeto e conforto? **Quer um pouco de tudo isso, sim, mas quer, principalmente, status e casamento.** De preferência, com filhos. **E não as condeno, não. Estão no papel delas.** O jogador é que tem que saber onde está se metendo. Uma coisa é ter relações com uma porção de mulheres, viver na gandaia. Outra é a mulher que você vai colocar dentro da sua casa. **Dentro de casa você tem que colocar uma mulher de verdade, não um bagaço, uma que seja só uma aventura.**

Bagaço é o termo que os jogadores usam para se referir às amantes, não é? Que dica você dá aos atletas para lidar com todo este assédio?

O nome é Maria Chuteira, mas dentro do vestiário eles chamam de bagaço. E vai desfilas com um bagaço? Tirar foto com bagaço em lugar público? É tudo o que elas querem para deitar e rolar em cima do cara. Jogador tem que ser malandro, sempre digo isso a eles. O bagaço sai de casa todo dia doida para pegar um otário. Se você for otário, já era.

Você participou de muita orgia ao longo da carreira?

Passa a pergunta, vai. Deixa essa para outros.

Ok (risos). Mas há casos em que o rendimento do jogador é prejudicado por causa desse comportamento? O treino da madrugada atrapalha?

O que mais acontece é aparecer jogador para treinar sem cabeça para fazer isso, porque está preocupado com o bagaço que ele se relacionou sem camisinha na festinha do dia anterior. Aí, fica doido, esperando vinte dias, um mês para saber se a mulher engravidou ou não. Mas o pior nem é isso. O pior é jogador se apaixonar por bagaço. A quantidade de jogador que eu vejo que é inocente, que é inexperiente... é uma coisa inacreditável.

Mas deve ser difícil resistir. As mulheres, normalmente, são lindíssimas.

Mas não pode. Eu falo sempre, sempre mesmo para todos eles, mas nem todo mundo escuta: "Você acha que é bonito? Meu querido, bonita é a camisa que você está usando". **Se a camisa for do Flamengo, do Fluminense, do Bahia, enfim, de qualquer time grande, claro. Quero ver se a mulher continua com o cara se ele trocar a camisa pela do Olaria. É ruim, hein!** Aliás, ela continua, sim, mas não com ele, e sim com a camisa. Não importa quem estiver vestindo. Jogador é bicho burro. Olha uma mulher bonita e gostosa e cai dentro, emburaca mesmo. **Mal sabe ele que ela o procura, mas está se relacionando com um monte ao mesmo tempo.** E diz para ele e para todos os outros que está apaixonada. E o cara cai. Não dá, né? Mas eu falo isso aos meus jogadores. Acho que também é papel do treinador alertá-los para este tipo de situação, que é muito comum.

A sua teoria é interessante, mas você também já agiu desta forma, sem pensar muito. A Carol (filha de Renato) é fruto de uma relação extraconjugal. Esqueceu disso?

Não dá nem para comparar uma coisa com a outra. Eu cometi um erro, sim, que foi essa relação extraconjugal, mas não foi com uma mulher qualquer, foi com uma pessoa séria, que era independente, conhecida, apresentadora de televisão (a jornalista Carla Cavalcanti). Todo mundo está sujeito a erros desse tipo, mas eu assumi o que fiz, banquei e tenho uma ótima relação com ela e com a Carol até hoje. À medida que a profissão permite, sou um pai presente e cumpridor dos meus deveres.

Fonte: <<http://extra.globo.com/casos-de-policia/bruno-eliza-samudio-renato-gaucha-afirma-que-jogador-bicho-burro-369464.html>> Acesso em 10/07/2010

Mais uma vez, nessa entrevista, a mulher que se relaciona com jogadores sofre uma representação discursiva baseada no interesse para além do envolvimento afetivo, apenas a serviço do *status* e da vantagem financeira, como, por exemplo, no excerto a seguir:

“A mulher que procura o jogador de futebol está atrás de tudo”.

Ademais, essa mulher que está “atrás de tudo”, cuja identificação é naturalizada e popularizada na figura da “Maria Chuteira”, recebe, entre os jogadores, a alcunha de “bagaço”. Assim tratada, ela se constitui naquela que mantém relações sexuais com vários jogadores e que está disposta a subtrair-lhes vantagens, como ilustram os trechos abaixo:

É tudo o que elas querem para deitar e rolar em cima do cara. Jogador tem que ser malandro, sempre digo isso a eles. O bagaço sai de casa todo dia doida para pegar um otário. Se você for otário, já era.

(...)

Mal sabe ele que ela o procura, mas está se relacionando com um monte ao mesmo tempo

Essa identificação discursiva de Eliza Samudio, na condição de representante da popular “Maria Chuteira” ou “bagaço”, contribui para naturalizar a imagem de que a mulher se aproxima de jogadores pelos interesses aqui mencionados. Essa construção baseia-se no aspecto identificacional do significado, ligado, entre outros fatores, à ética e a assuntos morais (FAIRCLOUGH, 2003). Desse modo, o processo de narrativização que marca os eventos de matriz narrativa se associa, neste exemplo, à construção ideológica no modo *dissimulação* (THOMPSON, 1995), por meio da estratégia do *deslocamento*, em que um termo próprio para designar uma coisa (“bagaço”) é usado para referir outra coisa ou pessoa (“mulher que se envolve com jogador de futebol”).

Tais representações, que compõem a matriz discursiva do “caso Bruno”, visam minimizar a barbaridade do crime cometido. Assim, a brutalidade aplicada contra a vítima é em parte mitigada pelo fato de que ela era uma representante da mulher que

está em busca de *status* e de dinheiro e que se envolve sexualmente com muitos jogadores simultaneamente.

5.6 A palestra e a oposição entre mito e ciência

A palestra “Mudança climática: mitos & verdades”, analisada no capítulo anterior como exemplo de evento social de matriz expositiva/explicativa, tem, por esta condição, a macroação retórica de elucidar fatos, acontecimentos, fenômenos etc. Além disso, como todo evento social, tal palestra se baseou numa configuração discursiva situada, capaz de fazer com que este evento tivesse, também, uma ação no plano ideológico e simbólico.

A mais destacada construção simbólica no presente evento reside na oposição entre verdade e mentira, noções que, no caso em análise, classificam as diversas visões acerca da mudança climática em duas perspectivas: uma fundada sobre princípios de cientificidade e outra fundada sobre noções sem rigor científico. Nesse sentido, a presença da palavra “mitos” sugere essa parcela baseada em noções esvaziadas da comprovação científica, talvez influenciadas pelos clamores oriundos do debate de cunho mais ambientalista. O mito, entre outros aspectos, está associado à crença (ELIADE, 2002), que, por sua vez, geralmente é tratada em contraposição à ciência. A cientificidade é, então, reduzida a dois extremos antagônicos, deixando de ser tratada no esperado palco das visões contraditórias que devem recair sobre os fenômenos observados ou sobre os objetos analisados. Assim, há apenas o que é científico e o que não é científico, sem espaço para a existência de diversas visões científicas, saudavelmente discordantes.

Essa dicotomia tão marcada é reproduzida na matriz discursiva deste evento, quando se antagoniza o teor da palestra a praticamente todas as outras investigações sobre o tema da mudança climática, como pode ser observado no trecho destacado do resumo informativo a seguir:

O meteorologista Luiz Carlos Molion volta a Santa Catarina para falar sobre mudança climática em palestra na UFSC. Com 40 anos de experiência em estudos do clima no planeta e uma vasta atuação sobre o assunto em importantes órgãos, Luiz Carlos Baldicero Molion garante: a Terra vai esfriar nos próximos 22 anos.

Bacharel em Física (USP) e doutor em Meteorologia e Proteção Ambiental pela Universidade de Wisconsin, Estados Unidos, Molion concluiu seu pós-doutorado no Instituto de Hidrologia de Florestas. Atual docente da Universidade Federal de Alagoas e diretor de seu Instituto de Ciências Atmosféricas (ICAT), tem entre suas áreas de conhecimento e interesse a variabilidade e mudanças climáticas e seus impactos no desenvolvimento e proteção ambiental.

Representante dos países da América do Sul na Comissão de Climatologia da Organização Meteorológica Mundial (MG/CCI/OMM), Molion apresenta ao mundo o discurso inverso ao apresentado pela maioria dos climatologistas: assegura que o homem e suas emissões na atmosfera são incapazes de causar um aquecimento global. Ele também diz que há manipulação dos dados da temperatura terrestre.

Luiz Carlos Molion proferirá palestra com entrada franca no dia 22 de Junho de 2010, às 19 horas, no Auditório da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina. Inscrições somente através do <http://molionufsc2010.blogspot.com/> com vagas limitadas.

O trecho destacado ilustra uma proposição contrária às afirmações de que as ações humanas são capazes de intervir nos efeitos da temperatura global, pensamento amplamente difundido entre nós. Essa proposta eivada de rigor científico é antecedida pelo resumo biográfico do palestrante, em que seus títulos acadêmicos e a sua experiência de quarenta anos são destacados. Essa construção biográfica, neste caso, mostra um *estilo de apresentação* (VAN LEEUWEN, 2009) particular do *ator social*, o palestrante, em que sua experiência e a sua lista de títulos legitimam a assunção da objetividade científica, propriedade que parece faltar às outras proposições acerca do debate sobre as mudanças climáticas, como o título da palestra e o seu resumo informativo sugerem.

5.7 A reunião de líderes e o apagamento dos efeitos da globalização

A reunião de líderes em Copenhague, a COP-15, é, segundo a interpretação deste trabalho, um evento social de matriz genérica dialogal, tendo em vista que a sua macroação retórica é discutir e intervir na sociedade por meio da corresponsabilização entre pessoas, grupos de pessoas, instituições ou governos. No caso específico da COP-15, a intervenção a ser realizada diz respeito a medidas que devem ser tomadas pelos países para conter o aquecimento global.

Ao lado disso, há uma construção ideológica no curso deste evento em que se ofusca a responsabilidade de alguns países, especialmente os mais ricos, na causa dos efeitos que agora a COP-15 busca resolver. Nesse sentido, recorrendo-se ao argumento em prol do desenvolvimento sustentável e da necessidade de uma ação conjunta para reduzir as emissões de gases poluentes na atmosfera, acaba-se por atenuar a responsabilidade dos países que, no passado, com vistas ao atingimento de um nível de desenvolvimento a qualquer custo, não foram capazes de desenvolver regras de sustentabilidade entre economia e preservação ambiental. O trecho do Acordo de Copenhague, destacado a seguir, é a única ocorrência em toda a extensão das 48 páginas deste documento que faz alusão às responsabilidades dos países:

Subrayamos que el cambio climático es uno de los mayores desafíos de nuestros tiempos. **Destacamos nuestra firme voluntad política de combatirlo con urgencia, respetando el principio de las responsabilidades comunes pero diferenciadas y las capacidades respectivas.** Para alcanzar el objetivo último de la Convención de estabilizar La concentración de gases de efecto invernadero en la atmósfera en un nivel que evite una interferencia antropógena peligrosa en el sistema climático, y teniendo en cuenta la opinión científica de que el aumento de la temperatura mundial debería permanecer por debajo de 2 °C, sobre la base de la equidad y en el contexto del desarrollo sostenible, intensificaremos nuestra cooperación a largo plazo para luchar contra el cambio climático. Somos conscientes de las graves consecuencias del cambio climático y de las posibles repercusiones de las medidas de respuesta en los países

particularmente vulnerables a sus efectos adversos, y destacamos la necesidad de establecer un programa de adaptación global que comprenda apoyo internacional; (...).

A remissão às “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” é, de fato, um reconhecimento de que o atual estado dos problemas ambientais não resultou de comportamentos similares de todos os países. Contudo, trata-se de uma remissão muito branda a essa questão, tendo em vista o que o impulso que ampliação de mercados e a industrialização desvencilhada de uma preocupação ambiental representaram no passado. Não se marcam, dessa maneira, as reais causas que hoje redundam na necessidade de uma ação conjunta. Hoje reparte-se a vontade política de mobilização conjunta entre todos os países, mas, no passado, as benesses produzidas pela exploração ambiental não foram igualmente repartidas entre todas as nações.

A intensificação dos desastres ambientais coincide com o surgimento do fenômeno da globalização, na era dos descobrimentos e intensificada a partir da Revolução Industrial. Com a ânsia mercantilista, alguns países construíram o desenvolvimento econômico e social beneficiando-se da extração radical de seus bens naturais e recursos naturais de outros países, muitos dos quais viriam ser historicamente denominados de “colônias de exploração”.

A matriz discursiva da reunião de líderes aqui analisada em que fatos históricos são omitidos ou suavizados ilustra o que o van Leeuwen (2009) propõe sobre as práticas sociais, quando são transformadas pelo discurso. Para esse autor, podemos, no processo de representação pelo discurso, *excluir* elementos das práticas sociais, no presente caso, das práticas sociais econômicas.

5.8 A reunião do Copom e a racionalização do futuro

A reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central, o Copom, é um exemplo de evento social de matriz preditiva, pois tem o condão de antever e projetar conformações futuras, neste caso, em termos de economia e de mercado. Contudo, ao realizar tal projeção, o presente evento o faz transmitindo uma ideia de certeza no modo como será o futuro, de forma peremptória, e não no plano das probabilidades. Nesse sentido, o evento deixa de prever o futuro para afirmar categoricamente de que maneira será o futuro, como pode ser observado nos trechos destacados do Relatório de Inflação a seguir:

A taxa de rolagem da dívida externa de médio e longo prazo em 2011 deverá situar-se em 150%, aumentando a participação do endividamento externo como fonte de financiamento do balanço de pagamentos. Entretanto, na composição dos passivos externos brasileiros, **os investimentos continuarão a superar as dívidas.** (Relatório de Inflação, p. 8)

(...)

O Copom entende, adicionalmente, que o dinamismo **da atividade doméstica continuará a ser favorecido pelo vigor do mercado de trabalho,** que se reflete em taxas de desemprego historicamente baixas e em substancial crescimento dos salários reais, notadamente no setor público. (Relatório de Inflação, p. 123)

(...)

Nos próximos meses, a **trajetória do comércio continuará a ser beneficiada** pelas transferências governamentais, pelo crescimento da massa salarial real, por uma expansão moderada do crédito e **pela confiança dos consumidores.** (Relatório de Inflação, p. 133)

(...)

Conforme essas projeções, **o hiato financeiro do balanço de pagamentos de mercado permanecerá superavitário,** atingindo US\$35,7 bilhões, dos quais o Banco Central já absorveu US\$24,4 bilhões, enquanto os haveres dos bancos comerciais no exterior deverão elevar-se em US\$11,3 bilhões. (Relatório de Inflação, p. 75)

Há um elemento linguístico que, na perspectiva da metafunção interpessoal, auxilia na construção de uma conformação exata da realidade que está por vir. Trata-se dos processos no futuro do indicativo: “continuarão”, “continuará” e “permanecerá”. Nesse caso, ao assumir o *papel de fala* (HALLIDAY, 1994) de quem dá uma informação, o Relatório de Inflação cumpre a *função de fala* de quem constrói uma *declaração*. Assim, as orações, condição de entrada para as análises sistêmico-funcionais, assumem gramaticalmente a forma de uma *proposição*. Além disso, verifica-se, nas construções destacadas acima, a opção gramatical pela *polarização* que, ao contrário da *modalidade*, dispõe a informação no plano das certezas, e não das possibilidades.

Vejamos o caso do seguinte excerto:

Nos próximos meses, a **trajetória do comércio continuará a ser beneficiada** pelas transferências governamentais, pelo crescimento da massa salarial real, por uma expansão moderada do crédito e **pela confiança dos consumidores**. (Relatório de Inflação, p. 133)

No trecho acima, projeta-se que a “trajetória do comércio continuará a ser beneficiada” por ações que dependem de medidas do governo, portanto previsíveis, mas também pela “confiança dos consumidores”, elemento de ordem subjetiva e que, em tese, foge ao alcance de uma projeção, pois envolve determinantes que extrapolam o domínio das atividades governamentais. Em outras palavras, a posição de poder dos que socialmente estão autorizados a predizer fatos e acontecimentos atinge a dimensão do que não se pode prever, do que está fora da ordem das projeções, dimensão que extrapola os limites da análise técnica a que deveria se restringir o evento “reunião do Copom”.

Penso que a presença dessas proposições polarizadas causa um efeito de sentido de que a conformação futura é certa, e não mais uma tendência a ser ou não confirmada. O gênero relatório, na sua porção em que se projetam cenários futuros, em termos paradigmáticos, deveria contar com o aporte de expressões que sugerissem uma ideia de algo que “pudesse” acontecer, tais como “provavelmente”, “possivelmente”, “tende a ser, a permanecer, a continuar” etc. Na argumentação que aqui construo, defendo que o

futuro é o plano das proposições modalizadas, ao contrário das escolhas polarizadas verificadas no texto do Relatório de Inflação.

Essas escolhas polarizadas se articulam com uma configuração discursiva em que se destaca o modo de operação ideológica da *legitimação*, por meio da estratégia da *racionalização*, conforme Thompson (1995). Para tanto, cumpre importante papel o uso abundante de dados estatísticos, números, gráficos e tabelas que ajudam a sustentar o teor racional do texto, além de embasar a ideia de que o futuro será uma realidade nos termos presentes nas proposições acima destacadas.

5.9 Resumo do capítulo

Neste capítulo, os eventos sociais foram tratados na perspectiva da sua matriz discursiva, o conjunto das representações discursivas e, portanto, ideológicas e simbólicas, que, ao lado da matriz genérica, sua potencialidade retórica, constitui a atuação dos eventos, que são, portanto, mais que meros acontecimentos fortuitos que simplesmente ocorrem.

Os eventos sociais, nesta abordagem, são parte do *continuum* texto>gênero>evento, sendo construídos para o fito social de argumentar, narrar, prever, injungir, explicar/expor, mas também para estabelecer representações discursivas de mundo e de pessoas, articuladas com o sistema de crenças e de conhecimentos, além das relações de poder.

A matriz discursiva responde pela porção mais ideológica dos eventos sociais e, de forma indissociável da matriz genérica, participa da construção do momento discursivo deles. Para o objetivo analítico aqui desenvolvido, operou-se com a separação entre essas duas dimensões, mas, empiricamente, as duas matrizes são imbricadas e, assim, possibilitam a atividade que os eventos infundem em termos sociais.

Na interpretação da matriz discursiva, os eventos sociais neste trabalho analisados basearam-se em representações simbólicas e ideológicas a seguir resumidas:

- **campanha de Dilma Rousseff:** por meio da semiotização do presidente Lula, o projeto persuasivo da candidata procura associá-la recorrentemente ao ex-presidente, que, nesta abordagem, funcionou como um recurso semiótico capaz de agregar dividendos à eleição de Dilma;
- **campanha de José Serra:** por meio da estratégia do discurso fundamentalista, a campanha de José Serra constrói uma imagem do candidato em que se evidenciam suas qualidades de cunho biográfico e curricular, mas também de qualidades virtuosas e religiosas, sintetizadas no seu *slogan* de campanha “Serra é do bem”;
- **eleições** (dimensão legislatória): por meio da ideia de que a importância do voto se sobrepõe à importância de quem vota, a representação discursiva do evento em questão dispõe as pessoas numa condição de pacientes, retirando-lhes a capacidade de, por exemplo, transformar realidades pelo voto e pela participação política;
- **cobertura jornalística** (“caso Bruno”): por meio de uma representação discursiva em que a vítima Eliza Samudio é banalizada e identificada como um exemplar da “Mulher chuteira”, a cobertura jornalística, em alguns momentos, visa ofuscar a barbaridade que contra ela foi cometida;
- **palestra:** por meio da dicotomização entre ciência e mito, o evento em questão reduz a cientificidade a dois extremos antagônicos, sem considerá-la a partir de uma visão multifacetada de ciência;
- **reunião de líderes** (COP-15): por meio do argumento de que todos os países devem estar engajados na resolução do aquecimento do planeta, a reunião de líderes apaga a responsabilidade dos países ricos que, no passado, exploraram suas riquezas naturais e as de outros países também, sem discutir que tal exploração tem motivações históricas ligadas, por exemplo ao processo de globalização;
- **reunião do Copom:** por meio de um discurso técnico, a reunião do Copom, ao projetar conformações futuras no cenário econômico, o faz de modo a construí-lo no plano das certezas e não das probabilidades, o que se constrói, linguisticamente, pela opção de proposições *polarizadas*, ao invés da

modalização, que, em princípio, é um recurso linguístico mais apropriado para as construções daquilo que está fora do alcance das informações categóricas.

As interpretações feitas acerca da matriz discursiva dos eventos sociais revelam que ela é um conjunto de representações discursivas capazes de submergir os eventos sociais numa esfera em que fatos, pessoas, acontecimentos e realidades são ideológica e simbolicamente afetados.

Considerações finais

Já no largo oceano navegavam,
As inquietas ondas apertando;
Os ventos brandamente respiravam,
Das naus as velas côncavas inchando;
Da branca espuma os mares se mostravam
Cubertos, onde as proas vão cortando
As marítimas águas consagradas,
Que do gado de Próteu são cortadas,

Quando os deuses no Olimpo luminoso,
Onde o governo está da humana gente,
Se juntam em consílio glorioso,
Sobre as cousas futuras do Oriente.
Pisando o cristalino céu fermoso,
Vem pela Via Láctea juntamente,
Convocados, da parte de Tonante,
Pelo neto gentil do velho Atlante.

Deixam dos sete céus o regimento,
Que do poder mais alto lhes foi dado,
Alto poder, que só co pensamento
Governa o céu, a terra e o mar irado.
(...)

Os capitães Vasco da Gama, seu irmão Paulo Gama, Nicolau Coelho e Gonçalo Nunes já comandavam em alto mar, respectivamente, as naus S. Gabriel, S. Rafael, a caravela Berrio e uma nau de mantimentos, quando o Consílio dos Deuses se reúne para decidir a sorte e os infortúnios dos lusos, compondo um dos episódios de *Os Lusíadas*, que, à maneira dessemelhante das epopéias greco-latinas, não tem um herói, mas um povo inteiro representando este papel.

Naquele dia, Júpiter, Vênus e Marte decidiram-se favoráveis à empreitada portuguesa, apenas com a restrição de Baco, o deus rebelde que impôs óbice à expansão marítima rumo ao Oriente. Baco, que incitaria mais adiante o ataque dos mouros aos portugueses em Mombaça e Moçambique, já sabia, entretanto, que o Fado seria a glória e a vitória na conquista das terras do além mar pelos portugueses.

O Consílio dos Deuses, uma assembleia no plano da mitologia e do maravilhoso pagão, pretendeu intervir no curso da trajetória de um povo e, desse modo, no curso da história de uma nação. Se atendesse às vontades de Baco, o Consílio dos Deuses teria transformado a glória e a honra de tantas conquistas em fracassos e infortúnios. Teria, outrossim, reduzido a nada a tarefa conduzida por Vasco da Gama, o herói que materializa um sonho coletivo e que consubstancia o “peito ilustre lusitano”.

N’*Os Lusíadas*, o Consílio dos Deuses é uma intervenção sem possibilidades de explicação racional no encadeamento de uma empreitada heróica, mas que me serve como ilustração alegórica para os eventos sociais de que participamos, não no nível de existência da mitologia, mas nos contextos situados em que realizamos práticas sociais políticas, econômicas, religiosas e institucionais constituídas “nos” e “pelos” discursos. Essa atividade dos eventos sociais, cujos momentos discursivos são os textos (FAIRCLOUGH, 2003), é a preocupação central da minha argumentação, a fim de interpretar o que podemos fazer socialmente quando participamos de palestras, simpósios, congressos, assembleias de classe, colegiados, reuniões de condomínios, reuniões de pais; quando organizamos campanhas; quando acompanhamos coberturas jornalísticas; quando somos recrutados para uma eleição. Outra preocupação fundamental deste trabalho é interpretar e analisar que intervenções na sociedade ou no comportamento das pessoas empreendemos por meio desses eventos mencionados, e de outros, quando manejamos os textos que lhes são típicos e que constroem o seu

momento discursivo; e que configurações simbólicas e ideológicas inexoravelmente estão embrenhadas nos textos desses eventos que construímos ou de que participamos.

A ação dos deuses, naquele dia em assembleia no Olimpo, também pode ilustrar as relações de poder, outro momento constitutivo dos eventos sociais. Ao ousar desafiar Júpiter, favorável aos portugueses, Baco ousou desafiar uma relação de poder estabelecida entre o “pai dos deuses” — Júpiter — e ele. Na nossa vida real, nos eventos sociais reais, as relações de poder também existem, podendo ser legitimadas, desafiadas, mitigadas, negadas ou transformadas pelo discurso. Entre nós, os eventos sociais têm, portanto, uma *voz*, uma atividade situada, possível “a partir de” e “com” a ação dos textos que marcam as práticas discursivas desses eventos.

Ao recorrer à metáfora da *voz*, conforme Mey (2009), pretendi tratar os eventos numa condição para além de meros acontecimentos, meras ocorrências fortuitas. Antes, os considero como elementos que, por meio de textos realizados em gêneros, atuam na sociedade, intervindo no comportamento das pessoas, na realidade econômica, no debate político, nos ritos institucionais e nas conformações do futuro, por exemplo. Pretendi, ainda, marcar que os eventos têm motivações e efeitos sociais, garantidos pelo papel que os textos orientados por gêneros cumprem na sociedade.

Tais pretensões, transformadas em objetivos de pesquisa, foram embasadas em concepções de linguagem que a veem na condição de um elemento participante das interações sociais, nas quais agimos com e sobre os outros. Além disso, a linguagem é tratada como um complexo recurso sociossemiótico, que, lado de outros, constitui-se como fonte de sentidos em contextos sociais (HALLIDAY & HASAN, 1985). Por fim, concebe-se a linguagem como um conjunto de sistemas e de funções que nos capacitam a representar o mundo e a desempenhar papéis de fala por meio de textos coerentes, coesos e sempre envoltos nos contextos da situação e de cultura (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY & MATTHIESEN, 2004).

Esse recorte conceitual de linguagem nos termos acima simplificados localizam este trabalho para além dos limites da Linguística identificada como *hard core*. Pela sua natureza transdisciplinar, o principal aporte teórico em que se baseia esta tese advém da Análise de Discurso Crítica (ADC), notadamente no que diz respeito à convicção de que o discurso compreende modos de representação, constitui as relações de poder, as estruturas, as práticas e os eventos sociais, constrói as identidades sociais e contribui

para a erigir os sistemas de crenças e de conhecimento (FAIRCLOUGH, 1992 [2001], 2003 e 2006; CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999).

Ao lado das proposições teóricas em ADC, outro referencial importante reside na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), segundo a qual o sistema linguístico é uma rede de opções em cujos estratos manejamos recursos para cumprir funções de representação, de interação e de produção de textos em contextos sociais. O texto é, segundo a proposta da LSF, o lugar onde o sistema é instanciado, ou seja, as representações das nossas experiências e as nossas interações ocorrem na forma de textos (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY & MATTIESEN, 2004; EGGINS, 2010).

A Teoria da Multimodalidade é, ainda, outra relevante contribuição para as interpretações neste trabalho realizadas, especialmente no que tange à compreensão de que os textos e, conseqüentemente, os gêneros são composições produzidas com a participação de diversos modos semióticos, todos cumprindo papéis de ordem textual, cultural, ideológica, entre outros. Nos *layouts* que ajudam a construir, as imagens obedecem a um princípio gramatical, sintático, que faz com que os sentidos dos textos sejam alterados dependendo dos arranjos feitos ou da conexão feita com os recursos imagéticos, além de outros, tais como cores e texturas (KRESS & VAN LEEUWEN, 2008).

A noção de gênero (de textos e de discursos), central para a minha análise, parte do princípio conceitual de que eles, os gêneros, são modos de ação social, além de elementos constituidores da organização societária. Para tratá-los do ponto de vista do papel que cumprem em termos civis, econômicos, políticos, institucionais e midiáticos, entre outros, as principais contribuições teóricas encontram-se nas propostas de Fairclough (2001, 2003 e 2006), Miller (1994), Bazerman (2005 e 2006), Dolz & Schneuwly (2010) e Marcuschi (2008).

Por se tratar de uma análise dos eventos sociais, embora na perspectiva do seu momento discursivo, este trabalho conta, além disso, com as seguintes teorizações, advindas de Ciências Sociais: (i) da Geografia, especialmente no que toca à noção de *processos sociais* (HARVEY, 1996); (ii) da História (WHITE, 1990), especialmente no que tange ao conceito de *narrativização*; e (iii) das Ciências Políticas (BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO, 2003), especialmente no que diz respeito à noção de *autoridade*.

Com fundamentação nessas considerações teórico-conceituais e com base no modelo de pesquisa qualitativa, a questão geral desta tese é *como os textos, realizados em gêneros, organizam e constroem o momento discursivo dos eventos sociais?* Uma resposta ampla para esta questão aponta para o fato de que o momento discursivo dos eventos sociais, na interpretação aqui proposta, é uma construção tornada possível pelo papel que os textos exercem no fluxo desses eventos. Assim, os textos realizados em gêneros fazem com que a dimensão discursiva dos eventos sociais seja, ao mesmo tempo, uma estruturação funcional de natureza mais retórica e uma configuração de cunho mais discursivo e, desse modo, mais ideológico e simbólico.

A essa estruturação funcional de natureza mais retórica denomino de *matriz genérica*, que nos possibilita organizar os eventos sociais segundo a sua atuação no plano do argumentar, do narrar, do injungir, do expor/explicar, do dialogar e do predizer, numa relação de predominância, e não de exclusividade, como observamos na materialidade dos textos que produzimos e lemos rotineiramente. Ao propor que os eventos sociais podem ser, predominantemente, de matriz argumentativa, de matriz narrativa, de matriz expositiva/explicativa, de matriz injuntiva, de matriz dialogal ou de matriz preditiva, pretendi mostrar que eles compartilham as estruturações funcionais semelhantes às dos textos que ajudam a construir o seu momento discursivo. Assim, propus que textos, gêneros e eventos sociais compõem o *continuum texto>gênero>evento*, numa sucessão que parte de estruturações funcionais mais dependentes de estruturas do sistema linguístico (morfo sintático) até atingir estruturações menos dependentes de tais estruturas. Nesse sentido, os gêneros ocupam uma posição intermediária porque eles orientam textos (sustentados em estruturações mais linguísticas) e, simultaneamente, orientam ações nos contextos sociais.

Mas os eventos sociais também atuam na sociedade no plano ideológico e simbólico, numa configuração que denomino de *matriz discursiva*, sustentada no conjunto das representações pelo discurso, nos sistemas de crenças e conhecimentos, nas construções identitárias e nas relações de poder que o discurso ajuda a construir ou transformar. Se, por um lado, a matriz genérica é uma estruturação delimitável, pois corresponde aos limitados propósitos do argumentar, do narrar, do injungir, do expor/explicar, do dialogar e do predizer, por outro lado, a matriz discursiva é não

delimitável, pois ela se traduz na macroação mais ideológica dos eventos sociais, só possível de ser analisada com a realização situada desses eventos.

É preciso ressaltar que a proposta de se dividir a atividade dos eventos sociais numa porção mais retórica e noutra mais ideológica atende unicamente a um propósito analítico e didático, tendo em vista que é a junção indissociável daquelas duas matrizes, no nível retórico e discursivo, o sentido que busquei construir por meio da metáfora da voz.

Outras preocupações de análise encontram-se nas seguintes questões: *de que maneira o momento discursivo dos eventos sociais pode afetar a produção, a distribuição e o consumo dos textos que lhe são constituidores?* e *de que maneira os gêneros, por seu turno, afetam o momento discursivo dos eventos de que fazem parte?*

A resposta à primeira questão envolve o processo de *repraticização* dos gêneros, que consiste no deslocamento dos gêneros das práticas com que estão articulados mais comumente, para outras ou novas práticas. Proponho o termo *repraticização* para marcar o fato de que não somente os textos são deslocados de um “lugar” para outro, mas que, sobretudo, as práticas discursivas e sociais são afetadas nesse processo. Assim, repraticizar gêneros significa intervir na função que eles cumprem em contextos situados, sempre interconectados a práticas discursivas e sociais específicas. Com isso, repraticizar gêneros significa também que os processos de produção, distribuição e consumo de textos (FAIRCLOUGH, 2001) são afetados, quando, por exemplo, *cartões de aniversário* passam a se associar a práticas eleitorais com a intenção de se promover candidatos ou quando *quadrinhos* e *passatempos* passam a cumprir funções normatizadoras na dimensão injuntiva de uma eleição. No caso dos *cartões de aniversários* há, particularmente, a questão que envolve a mistura entre o domínio público e o domínio privado, que, segundo Fairclough (2001), é uma tendência com papel hegemônico.

A resposta à segunda questão acima, a *de que maneira os gêneros, por seu turno, afetam o momento discursivo dos eventos de que fazem parte?*, está relacionada ao fato de que o momento discursivo dos eventos sociais, dividido, para conduzir esta análise, nas matrizes genérica e discursiva, é uma construção erigida pelos textos que são produzidos, que circulam e são consumidos no interior desses eventos, numa constituição fluida e influenciável pelos contextos em que os eventos se concretizam.

No caso da porção mais retórica do citado momento, o que se vê é uma construção concomitante em que os gêneros constroem matrizes genéricas (argumentativas, narrativas, injuntivas etc), ao passo que tais matrizes também interferem na ocorrência dos gêneros característicos dos eventos de que participam. Essa relação de mútua dependência talvez explique o fato de que em eventos de matriz narrativa, por exemplo, a maioria dos gêneros seja de textos de predominância narrativa, o que vale também para os eventos de outras matrizes. Desse modo, na construção de um dado evento social, estabelece-se uma relação dialética de pertencimento, na qual os gêneros constituem parte dos eventos, que, por sua vez, demarcam os gêneros que os constituem.

Dada a complexa tarefa de se analisar os eventos sociais com um olhar sobre os modos como os textos e os gêneros constituem o seu momento discursivo, não considero exaustivas as considerações e interpretações que realizei neste trabalho. Além disso, vislumbro que algumas outras tarefas surgiram ao longo desta discussão e que, agora, compõem tópicos de uma agenda a ser cumprida mais adiante. Uma próxima tarefa pode ser, por exemplo, uma compreensão mais detalhada acerca da relação entre gêneros e práticas sociais no seio dos eventos. Isso significa o entendimento igualmente mais detalhado do que fazemos “com” e “por meio dos” gêneros que, como vimos aqui, são modos de ação e de organização social.

Por ora, concluo que a atividade dos eventos sociais nos mostra, mais uma vez, a forma como a linguagem se permite influenciar e influencia fatores de diversas ordens. Quando me decidi pela palavra “voz” para dar título a esta tese, em referência à atividade que os eventos têm por meio de textos e de discursos na sociedade, penso ter decidido evidenciar o fato de que a voz é, na verdade, a nossa voz, no sentido de que, diferentemente dos deuses “dos sete céus”, na condição de pessoas humanas, reais, nos imiscuímos no mundo da linguagem e do discurso. E, nesse mundo, nos constituímos ideologicamente, no conflito e na tensão permanentes e na procura constante de marcar o que somos, o que queremos ser, o que pretendemos fazer com o mundo representado em discursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, J.M. A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2008.
- BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.
- BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2010a.
- BALDRY, A. THIBAUT, P.J. Multimodal transcription and text analysis. London: Equinox, 2006.
- BATEMAN, J.; DELIN, J.; HENSCHER, R. Mapping the multimodal genres of traditional and electronic newspaper. In: (eds) ROYCE, T.D.; BOWCHER, W.L. New directions in the analysis of multimodal discourse. London: Lawrence Erlbaum Associates, Library, 2007.
- BAUER, M. & GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BAZERMAN, C. Gênero, agência e escrita. São Paulo: Cortez, 2006.
- BAZERMAN, C. Gêneros textuais, tipificação e interação. São Paulo: Cortez, 2005.
- BHABA, H. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- BHATIA, V.K. Genre analysis today. Revue Belge de Philologie et d'Histoire, Bruxelles, 1997. [Tradução: Benedito Gomes Bezerra]
- BIBER, D. A typology of English texts, 27, 3-43. (1989)
- BOBBIO, N. MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003
- BOBBIO, N. MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004
- BRONCKART, J.P. Atividade de linguagem, textos e discursos. São Paulo: EDUC, 1999.
- CANCLINE, N. Culturas híbridas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

- CASTILHO, A. (entrevista) In: (orgs.) XAVIER, Antonio Carlos; CORTEZ, Suzana Conversa com linguistas: virtudes e controvérsias da Linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- CHOULIARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. Discourse in late modernity; Rethinking Critical Discourse Analysis. Edinbourg: Edinbourg Univerty Press, 1999.
- D'ONÓFRIO, S. Literatura ocidental: autores e obras fundamentais. São Paulo: Ática, 1997.
- DENZIN, N. & LINCOLN, Y. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DESLAURIERS, J.P & KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: A pesquisa qualitativa – enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DOLZ, J., SCHNEULY, B. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas: Mercado das Letras, 2004.
- EGGINS, S. An introduction to Systemic Functional Linguistics. London: Continuum, 2010.
- EGGINS, S. Introducción a la Lingüística Sistémica. Logroño: Universidade de La Rioja (Servicio de Publicaciones), 2002.
- ELIADE, M. Mito e realidade. São Paulo: Perspectiva, 2002
- FAIRCLOUGH, N. Analysing Discourse: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. Language and Globalization. London: Routledge, 2006.
- FARACO, C. A. (entrevista) In (orgs.) XAVIER, Antonio Carlos; CORTEZ, Suzana Conversa com linguistas: virtudes e controvérsias da Linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- FIORIN, J.L. Introdução ao pensamento de Bakhtin. São Paulo: Ática, 2006.
- FLICK, U. Desenho da pesquisa qualitativa . Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FLICK, U. Uma introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Bookman, 2004.
- FUNARI, Pedro Paulo A.. Antiguidade Clássica: a história e a cultura a partir dos documentos. Campinas: Editora Campinas, 2003.

GERALDI, João Wanderley. (entrevista) *In* (orgs.) XAVIER, Antonio Carlos; CORTEZ, Suzana *Conversa com linguistas: virtudes e controvérsias da Linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

GHIO, E. & FERNANDEZ, M.D. *Manual de Lingüística Sistêmico Funcional: el enfoque de M.A.K Halliday e R. Hassan/Aplicaciones a la lengua española*. Santa Fé: Universidad Nacional Del Litoral, 2005.

GIBSON, J.J. The theory of affordance. In SHAW, R. & BRANSFORD, J. (eds). *Perceiving, acting and knowing: toward an Ecological Psychology*. New Jersey: 1977, Lawrence Erlbaum Associates.

GOUVEIA, C. *Análise de Discurso Crítica: enquadramento histórico*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2006. < <http://ww3.fl.ul.pt/pessoais/cgouveia/index.html>> Acesso em 15 de maio de 2007.

HALLIDAY, M.A.K. & HASAN, R. *Language, context, text: aspects of language in social semiotic perspective*. Hong Kong: Oxford University Press, 1985.

HALLIDAY, M.A.K. & MATTHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. London: Hodder education, 2004.

HALLIDAY, M.A.K. *An introduction to functional grammar 2nd*. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M.A.K. Text as semantic choice in social contexts. In T. van Dijk & J. S. Petöfi (orgs). *Grammar and Descriptions*. Berlin: de Gruyter, 1977.

HANKS, W. F. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. BENTES, Anna Christina; REZENDE, Rena C.; MACHADO, Marco Antônio Rosa (orgs). São Paulo: Cortez, 2008.

HARVEY, D. *Justice, Nature and the Geograpy of a Difference*. London: Blackwell, 1996.

HODGE, R. & KRESS, Gunther. *Social Semiotics*. Cambridge: Polity Press, 1988.

HYLAND, K. *Genre and second language writing*. Michigan: The University Michigan Press, 2007.

JÄGER, S.; MAIER, M. Theoretical and methodological aspects of Foucauldian critical discourse analysis and dispositive analysis. In: WODAK, R. & MEYER, M. (eds). *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage, 2009.

JEWITT, C. KRESS, G.(eds) *Multimodal literacy*. New York: Peter Lang, 2008.

JEWITT, C.; OYAMA, R. Visual meaning: a social semiotic approach. In (eds) van LEEWEN, T.; JEWITT, C. *Handbook of visual analysis*. London: Sage Publications, 2001.

JORDAN, R. R. *English for academic purposes: a guide and resource book for teachers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

KINCHELOE, J.L. & McLAREN, P. Repensando a teoria crítica e a pesquisa qualitativa. In: *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

KOCH, I. e FÁVERO, L. L. Contribuição a uma tipologia textual. In: *Letras & Letras – Revista do Departamento de Letras da Universidade Federal de Uberlândia*. Uberlândia, 1997.

KRESS, G. & van LEEUWEN, T. *Reading images: the grammar of visual design*. London: Routledge, 1996.

KRESS, G. & van LEEWEN, T. *Reading images: the grammar of visual design*. London: Routledge, 2006.

KRESS, G. *Multimodality: a social semiotic approach to contemporary communication*. London: Routledge, 2010.

LEE, D. Genres, registers, text types, domains, and styles: Clarifying the concepts and navigating a path through The BNC jungle. In: *Language, Learning & Technology*, vol. 5, nº 3, 2001.

MAGALHÃES, I. Teoria crítica do discurso e do texto. *Revista Linguagem em (Dis)curso*, volume 4, número especial, 2004

MARCUSCHI, L.A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In DIONÍSIO, A. et all (org.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARCUSCHI, L.A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

- MARTIN, J. R. Beyond Exchange: Appraisal Systems in English. In: HUNSTON, S.; THOMPSON, G. (eds). *Evaluation in Text: authorial stance and the construction of discourse*. Oxford: OUP, 2000.
- MARTIN, J.R. & WHITE, P.R.R. *The language of evaluation: appraisal in English*. London: Palgrave/Macmillan, 2005.
- MARTIN, J.R. A contextual theory of language. In BILL, C. & KALANTZIS, M. (eds) *The Powers of Literacy: a genre approach to teaching writing*. London: Falmer Press, 1993.
- MARTIN, J.R. Analysing genre: functional parameters. In: CHRISTIE, F. & MARTIN, J.R. (eds). *Genre and institutions: social processes in the workplace and school*. London e New York: Continuum, 1997.
- MARTY, M. *O que é fundamentalismo: perspectivas teológicas*. Petrópolis: Concilium, 1992.
- MATTHIESSEN, C; TERUYA, K; LAM, M. *Key terms in systemic functional linguistics*. London e New York: Continuum, 2010.
- MATTHIESSEN, Christian. *Lexicogrammatical cartography.: English systems*. Tokyo: International Language Sciences Publishers, 1995.
- MEY, J.L. *As vozes da sociedade: seminários de pragmática*. Campinas: Mercado das Letras, 2001.
- MILLER, C. *Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.
- MOSS, G. Embodied Knowledges: young children's engagement. In JEWITT, C. KRESS, G.(eds) *Multimodal literacy*. New York: Peter Lang, 2008.
- OLIVEIRA, F.I.S; RODRIGUES, S.T. Affordances: a relação entre agente e ambiente. In *Ciências da Cognição*, vol. 9, 120-130, 2006.
- PALTRIGDE, B. Genre, text type, and the English for Academic Purposes (EAP) Classroom. In JONHS, A. (Ed) *Genre in the Classroom: multiple perspective*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Library, 2002.
- QUIVY, R. & CAMPENHOUDR, L.C. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 2008.

- RAJAGOPALAN, K. Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In. MEURER, J., BONINI, A., MOTTA-ROTH (orgs). Gêneros: teorias, métodos e debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- SWALES, J. Genre analysis: English in academic and research settings. New York: Cambridge University Press, 1990.
- THOMPSON, G. Introduction functional grammar. London: Hodder Education, 2004.
- THOMPSON, J. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.
- TRIMBLE, L. English for science and technology: a discourse approach. New York: Cambridge University Press, 1985.
- van LEEUWEN, T. Discourse as the recontextualization of social practice: a guide. In WODAK, R. & MEYER, M. (Eds). Methods of Critical Discourse Analysis. London: Sage, 2009.
- van LEEUWEN, T. Introducing social semiotics. London: Routledge, 2005.
- VIAN Jr., O. O Sistema de Avaliatividade e os recursos para graduação m Língua Portuguesa: questões terminológicas e de instanciação. D.E.L.T.A., 25:1, 2009.
- WHITE, H. The Content of the Form – Narrative Discourse and Historical Representation. Baltimore: John Hopkins University Press, 1990.
- WODAK, R. & MEYER, M. Métodos de análisis crítico del discurso. Barcelona: Gedisa, 2001.
- WODAK, R. Do que trata a ACD – Um resumo de sua história, conceitos, importantes e seus desenvolvimentos. In Revista Linguagem em (Dis) curso. V.4. Santa Catarina: Editora UNISUL, 2004.
- ZIZEK, Slavoj (org). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANEXO 1

(Instrução nº 11-74-2010-6.00.0000, do Tribunal Superior Eleitoral)